



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
UFC-UNILAB**

GILSON ARMINDO DOMINGOS

**O ALAMBAMENTO ENTRE OS KIBALAS (AMBUNDOS) EM ANGOLA:
SUAS TRANSFORMAÇÕES SOCIOCULTURAIS E ECONÔMICAS DIANTE DA
SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

FORTALEZA

2020

GILSON ARMINDO DOMINGOS

O ALAMBAMENTO ENTRE OS KIBALAS (AMBUNDOS) EM ANGOLA:
SUAS TRANSFORMAÇÕES SOCIOCULTURAIS E ECONÔMICAS DIANTE DA
SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Dissertação apresentada ao Programa
Associado de Pós-Graduação em Antropologia
UFC/UNILAB, como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em Antropologia.
Área de concentração: Antropologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Luís Tomás Domingos.

FORTALEZA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

- D716a Domingos, Gilson Armindo.
O Alambamento entre os Kibalas (Ambundos) em Angola: suas transformações socioculturais e econômicas diante da sociedade contemporânea / Gilson Armindo Domingos. – 2020.
123 f.: il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia UFC/UNILAB, Fortaleza, 2020.
Orientação: Prof. Dr. Luís Tomás Domingos.
1. Alambamento. 2. Kibala. 3. Compra e venda da Mulher. 4. Mudança e Aparato Jurídico. I. Título.

CDD 900

GILSON ARMINDO DOMINGOS

O ALAMBAMENTO ENTRE OS KIBALAS (AMBUNDOS) EM ANGOLA:
SUAS TRANSFORMAÇÕES SOCIOCULTURAIS E ECONÔMICAS DIANTE DA
SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Dissertação apresentada ao Programa
Associado de Pós-Graduação em Antropologia
UFC/UNILAB, como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em Antropologia.
Área de concentração: Antropologia Social.

Aprovada em: 17/11/2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luís Tomás Domingos (Orientador)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Prof. Dr. António George Lopes Paulino
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dr.^a Natália Cabanillas
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Jose Gil Vicente
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Ngana Nzambi, todo poderoso por me conceder força e saúde para concretizar a escrita dessa dissertação. Cursar o mestrado sem bolsa de estudo não é fácil, pois aumenta o grau de dificuldade, e comigo não foi diferente. Enfrentei dois anos com várias limitações, dentre as mais básicas como: falta de dinheiro de transporte e inclusive dificuldade no pagamento da renda da casa. Apesar de todas as limitações, Nzambi ajudou e graças a ele consegui concluir esse trabalho.

Agradeço também aos munícipes do bairro Rangel, terra que me viu nascer, crescer e me tornar homem. Rangel é um bairro periférico da cidade de Luanda- Angola, com cerca de 260 mil habitantes onde em cada 10 (dez) jovens apenas 1 (um) consegue concluir o ensino superior. A dificuldade de concluir o ensino superior é o reflexo da inexistência de políticas públicas de acesso e permanência no sistema de ensino. Com isso, verifica-se o abandono escolar dos jovens que leva-os infelizmente a efetuarem trabalhos informais para terem a oportunidade de comer. E em casos mais extremos são aliciados pelo crime e prostituição.

Aos mais velhos do bairro Rangel, agradeço pelos ensinamentos com os quais aprendi a olhar de onde venho e para onde vou. E isso me inspira a inspirar outros jovens do meu bairro no sentido de ajudá-los a construir um futuro melhor.

Ao meu pai, Manuel Domingos pelo esforço na materialização do meu sonho de estudar fora de Angola. À minha querida mãe, Rosa Armindo, eterna gratidão. Você enfrentou vários maltratos policial nas praças da periferia de Luanda para financiar meus estudos na graduação. Mãe, te amo. Aos meus irmãos, Vanice Domingos, Aderito Armindo, Simone Domingos, Celina Isabel Arcanjo e a minha avó Sabalo, muito obrigado portudo. Vanice muito obrigada pelo incentivo moral e financeiro ao longo dos meus estudos. Tu te doavas para compartilhar o que tens.—Lembro-me de uma nossa conversa na qual disseste: *eu não tenho muito meu irmão, mais do pouco que eu tenho eu farei de tudo para lhe ajudar, o dinheirinho que o teu cunhado mandar para mim e para filha dele vou tirar sempre um pouco pra te mandar*. Essas palavras me fazem chorar até hoje, e me dão forças para continuar a sonhar e crescer na vida, pois o filho de camponês hoje conseguiu escrever uma dissertação.

Aos meus amigos, especial ao Jeremias Boio, pela nossa cordialidade e incentivos para cumprir nossos objetivos. Lembro-me do percurso na graduação em que compartilhavas o seu notebook para que pudesse concluir minha monografia. Ao Pereira Panzo, pelo

empenho e tempo dedicado ao efetuar minha inscrição na UNILAB e o incentivo para estudar no Brasil. Ao Gilson Lubalo Pembele, companheiro de viagem de estudo ao Brasil. Participamos do mesmo processo seletivo e convivemos na graduação enfrentando vários amores, desamores e dissabores. Ao Wete Kuanzambi João, és uma pessoa sem igual e com um coração de anjo. Agradeço por todos os empréstimos financeiros que me deste, agradeço por todas as ajudas nas correções feitas nos meus trabalhos acadêmicos e o mais importante, agradeço por todo companheirismo e apoio. Obrigado irmão te amo.

Algumas pessoas entram na nossa vida e somam de forma profunda e positiva, nos ajudam a ver o que há de melhor em nós. Não poderia deixar de agradecer a minha querida companheira Kátia Karoline por todo apoio incondicional que tem me dado ao longo da minha trajetória acadêmica. Com você aprendi que nunca devemos pensar só em nós e sim nos outros, e isso chega a ser o mais importante. Sem você nada disso seria possível, muito obrigado amor da minha vida, te amo.

Agradeço também aos meus colegas da turma do mestrado em Antropologia Social UFC/UNILAB, turma 2018.1, em especial aos irmãos da Guiné-Bissau, Faia Amona e Numna Té. Foram muitos os desafios que enfrentamos cotidianamente. Não foi fácil ter que conviver com a xenofobia, racismo, preconceito de origem e com o etnocentrismo dentro e fora da universidade.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Luis Tomas Domingos. Muito obrigado pelos ensinamentos e paciência, e principalmente por me instigar a pensar a África por nós mesmos. Foram momentos de muitos aprendizados que levarei para a vida. Ao senhor o meu mais profundo Nga Saquidila (obrigado) do fundo da muxima (coração).

[...] Para compreender o processo de mudança, é necessário fazer um estudo diacrônico. Mas para fazê-lo devemos aprender primeiro tudo o que for possível sobre como o sistema funcionou antes da ocorrência das mudanças que estamos investigando. Só então podemos compreender algo sobre as suas causas possíveis e ver alguma coisa dos seus efeitos reais possíveis. Só quando mudanças são encaradas como mudanças num ou de um sistema operante é que podem ser compreendidas. (RADCLIFFE-BROWN, 1973, p.62).

RESUMO

O presente trabalho dissertativo aborda sobre o Alambamento entre os Kibalas (ambundos) em Angola: suas transformações socioculturais e econômicas diante da sociedade contemporânea, tendo como objetivo geral procurar entender através de uma pesquisa bibliográfica, as causas que estão por de trás das transformações socioculturais e econômicas do Alambamento no seio dos Kibalas. Saber quais são as consequências a nível da família e da sociedade em geral, que advém através das uniões feitas sem o Alambamento, constituem as perguntas de partida. Em Angola de um modo geral, o casamento tradicional é ainda uma tradição cultural bastante forte, e segundo consta, para alguns povos é mais importante do que o casamento civil ou 'religioso'. A principal questão teórica utilizada durante a pesquisa que resultou na elaboração deste trabalho para a obtenção do título de mestre em Antropologia Social é o casamento. Outros temas como cerimônia e rito de passagem serão analisados a partir da questão principal. Entretanto, através dos objetivos traçados, a opção metodológica constituiu-se no cruzamento da análise documental e bibliográfica, no qual analisamos livros, teses, artigos e dissertações sobre o casamento tradicional com a informação resultante das entrevistas online (tendo em conta o contexto de pandemia, optamos por fazer as entrevistas a distância respeitando as normas estabelecidas pelas autoridades locais), efetuadas com recursos e técnicas de natureza qualitativa, onde fizemos o aprofundamento no sentido de perceber a compreensão do grupo social Kibala sobre o Alambamento, e de natureza quantitativa onde procuramos de forma minuciosa perceber a visão dos Kibalas sobre o matrimônio e efetuamos também a observação participante onde podemos constatar em loco a prática do casamento tradicional entre os Kibalas. Durante a pesquisa foi possível constatar que existe uma determinada especulação monetária por parte de algumas famílias no momento do Alambamento. Por outro lado, o Alambamento não é um mero negócio onde as famílias sentam para estipular um preço para comprar a noiva, é muito mais do que isso. O valor simbólico que pedem à família do noivo está muito longe de ser uma compensação econômica, muito pelo contrário, ela representa o respeito que uma família tem pela outra, pelo fato de terem criado e educado tão bem a nova integrante da sua família (família do noivo). Concluiu-se a partir do estudo, que é importante que se dê o real valor que o Alambamento tem dentro da sociedade angolana, e não se pode reduzir o casamento tradicional a simples relações extras conjugais.

Palavras-chave: Alambamento. Kibala. Compra e venda da Mulher. Mudança e Aparato Jurídico.

ABSTRACT

This dissertative work deals with the ritual Alambamento: the reduction of its symbolic value among kibalas (Ambundos) in Angola, with the general objective of trying to understand through a bibliographic research, the causes behind the decrease in the practice of Alambamento within the Kibalas. Knowing what are the consequences for the family and society in general, which come about through unions made without the Alambamento, are the starting questions. In Angola in general, traditional marriage is still a very strong cultural tradition, and it is said that for some people it is more important than civil or 'religious' marriage. The main theoretical question used during the research that resulted in the elaboration of the work to obtain the master's degree in Anthropology is marriage. Other topics such as ceremony, rite of passage will be analyzed from the main question. However, through the objectives outlined, the methodological option constituted the intersection of documentary and bibliographic analysis, in which we analyzed books, theses, articles and dissertations on traditional marriage with the information resulting from the interviews (online), carried out with resources and techniques of a qualitative nature, where we went deeper in order to perceive the understanding of the kibala social group about the Alambamento, and of a quantitative nature where we sought in detail to perceive the Kibalas' view on marriage and we also carried out the participant observation where we can see in loco the practice of traditional marriage among the Kibalas. During the research it was possible to verify that the Alambamento is not a mere business where families sit down to stipulate a price to buy the bride, as it is much more than that. The symbolic value they ask of the groom's family is far from being an economic compensation, quite the contrary, it represents the respect that one family has for the other, because they have created and educated the new member of their family so well (family of the groom). The work is organized in six (6) parts. It is concluded, from the study, that it is important to give the real value that the Alambamento has within Angolan society, and one cannot reduce the traditional marriage to simple extramarital relations.

Keywords: Landing. Kibala. Purchase and sale of women. Moving and Legal Apparatus.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa de Angola.....	29
Figura 2 – Mapa dos povos Bantos em Angola.....	30
Figura 3 – Mapa das migrações Banto.....	31
Figura 4 – Mapa da Localização dos Ambundos em Angola.....	32
Figura 5 – Zonas onde se realizam rituais banto.....	38
Figura 6 – Aspetos geográficos e económicos da Kibala.....	46
Figura 7 – Casa em Kibala.....	47
Figura 8 – Vista de cima da zona Rural da Kibala.....	48
Figura 9 – Montanhas da Kibala.....	49
Figura 10 – Estrutura da família	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FNLA	Frente Nacional para Libertação de Angola
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
MPLA	Movimento Popular para a Libertação de Angola
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UNITA	União Nacional para a Libertação Total de Angola

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	Breve histórico da localização geográfica de Angola	14
1.2	O contexto sócio-cultural de Alambamento	14
1.3	Das práticas metodológicas aos caminhos da pesquisa	17
1.4	Do repertório teórico metodológico aos caminhos da pesquisa	21
2	DADOS GERAIS SOBRE ANGOLA	28
2.1	Sobre os Ambundus	29
2.2	Organização Social	32
2.3	Atividades Econômicas	34
2.4	Posse da Terra e Herança	35
2.5	Os Ritos de Iniciação	36
3	MUDANÇAS NO ALAMBAMENTO, A INFLUÊNCIA COLONIAL PORTUGUESA	39
3.1	Sociedade tradicional, socialismo e assimilacionismo, causas e consequências	43
4	KIBALA	46
4.1	Aspetos geográficos e econômicos do município da Kibala	46
4.2	A vida Cotidiana do município da Kibala	50
4.3	A estrutura da família	52
5	O ALAMBAMENTO	56
5.1	Kuibula ou kwibula. O namoro	56
5.2	Kupuila, pretender a noiva	57
5.3	Ulemba, o Alambamento	58
5.4	Uana, a busca da noiva	60
6	COSMOVISÃO DOS KIBALAS SOBRE OCASAMENTO	62
6.1	A Religião entre os Kibalas	63
6.2	O Alambamento Tradicional entre os Kibalas	65
6.3	A festa do Alambamento	69
6.4	Sistema de Parentesco Kibala	70
6.5	Tabus dos Kibalas	73
6.6	Alambamento como troca e seu significado se contrapondo a noção de compra e venda da mulher	74
6.7	O Alambamento da Vanice Armindo Domingos	77

7	A NECESSIDADE DA PROTEÇÃO LEGAL DO ALAMBAMENTO	81
7.1	Análise e Interpretação de Dados	85
7.2	Caracterização sócio demográfica dos entrevistados	85
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
	APÊNDICE A – CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS	98
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIOS	99
	APÊNDICE C – RESPOSTAS	105
	APÊNDICE D – GRÁFICOS	112
	ANEXO A – ACERVO DA FAMÍLIA	115

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa nasceu através de vários debates entre familiares e amigos. O assunto em debate era o lugar que os rituais tradicionais ocupam atualmente no contexto angolano. Essa discussão foi uma companheira na minha caminhada acadêmica enquanto frequentava o bacharelado interdisciplinar em Humanidades na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

No decorrer da graduação, executei várias atividades interdisciplinares na prática pedagógica e elaborei trabalhos com foco em Antropologia Social, onde surgiu a necessidade de entender o que estava na base do declínio do Alambamento na sociedade Kibala. De acordo com Agostinho (2011) etimologicamente a palavra “alambamento” deriva da língua kimbundo “kulemba” que significa prestar homenagem ao futuro sogro, por meio de presentes convencionais. O Alambamento deriva diretamente deste verbo, depois de suprir o radical do infinito “Ku” por influência do português.

Em Angola, o Alambamento ou casamento tradicional é ainda uma tradição cultural bastante forte, e segundo consta em determinadas regiões é mais importante e valorizado do que o casamento civil ou “religioso”, ainda que este seja posto em segundo plano face aos casamentos supracitados.

O Alambamento consiste em pedir a mão da namorada à família. Tal pedido de casamento deve ser feito apenas ao tio materno, pois este tem um papel fundamental para que o casamento se concretize. Quando o jovem casal decide se casar é preciso ter a autorização da família da noiva, e isso só é possível se durante o pedido todo mundo estiver de acordo com a concretização do casamento. O jovem casal marca uma data do pedido, e a posterior, esta data é confirmada pelos tios da noiva. Para este efeito, é necessário que toda a família esteja presente e entrega-se uma lista com os bens que o noivo e seus parentes têm de conseguir até a data do Alambamento.

No casamento tradicional faz-se uma série de exigências em relação à família do marido para honrar e compensar a família da noiva por estes se sentirem solitários pela saída de uma integrante do seu grupo. Outro ponto a ser destacado é a questão mística e religiosa associada a prática do casamento tradicional no sentido de honrar os antepassados.

Pedem-se vários itens no Alambamento dependendo de cada família como: bebidas, uma carta contendo um valor monetário, roupas, animais, etc.

Quanto à lista, vêm diversos itens de consumo, e apesar de ser normalmente os mesmos para todos, pode variar consoantes as condições socioeconômicas do noivo e sua família. Na lista vêm itens como:

- 1) Dinheiro (um envelope com dinheiro, com um montante que varia de trezentos à quinhentos dólares americanos), depende do que o tio estipular e varia muito do nível socioeconômico da família do noivo, nível acadêmico da jovem;
- 2) Altura da noiva em grades de cerveja, gasosa (refrigerante), sumo (suco).
- 3) Animais domésticos (que pode ser um boi ou cabrito).
- 4) Joias (fios de ouro, mascotes de ouro, anéis de ouro e brincos de ouro);
- 5) Vestimenta (fatos para os tios paternos e maternos, sapatos para as tias e para a mãe).
- 6) Eletrodomésticos (gerador de energia elétrica, antena parabólica com sinal pago durante um ano);
- 7) Imóvel (uma casa, que depois se decide quem fará o uso da mesma).
- 8) Móveis (um carro, bicicleta, etc.).

No ato da realização do Alambamento, a família do noivo (pai, mãe, tios, irmãos e demais parentes e afins), vai à casa da noiva. Ao chegarem na casa da noiva, o tio materno informa o grau de parentesco de todos os familiares do noivo presentes na cerimônia do matrimônio e posteriormente é feito o anúncio do início da cerimônia de alambamento.

A seguir, os pais da noiva convidam os pais do noivo a entrarem na casa, e o tio dá início à leitura da carta de pedido enviada ao noivo. Se o pai concordar com o pedido, o noivo terá que ir a busca do Alambamento, ou seja, a lista dos objetos solicitados, e em seguida o alambamento é apresentado. Caso tudo seja cumprido, se concretiza o Alambamento.

É importante frisar que caso o noivo tenha “saltado a janela”, (expressão utilizada quando a noiva está grávida antes do alambamento) os valores e os itens solicitados aumentam bastante, pois o mesmo terá que pagar uma multa. Caso esteja tudo correto é feita uma grande festa com as bebidas trazidas pelo noivo e com as bebidas que a família da noiva organiza para receber a família do noivo.

Atualmente há uma discussão em Angola sobre as funções verdadeiras do Alambamento, como aliança entre as famílias, e como legitimação de relações íntima e sobre a necessidade da proteção legal do Alambamento, fato que abordaremos nas páginas seguintes.

1.1 Breve histórico da localização geográfica de Angola

Angola, país africano localizado na costa ocidental do continente africano é banhado pelo oceano atlântico. Do ponto de vista político – administrativo possui 18 províncias, sendo a sua capital Luanda.

Angola faz parte da Comunidade de Países de Língua oficial portuguesa (CPLP). E semelhante ao Brasil, Angola foi uma colônia portuguesa. No entanto, sua independência tardou por várias implicações, tais como interesses políticos, sociais e econômicos, somente em 1975 pode conquistar a independência. Entende-se aqui independência como a alvedrio ou autonomia do Estado na sustentação da sua soberania política e econômica.

1.2 O contexto sócio-cultural de Alambamento

Por que é que atualmente as famílias na *Kibala* não se importam muito com a realização do casamento tradicional? A falta de explicações empíricas sobre os fatores que condicionam a diminuição da prática do casamento tradicional Alambamento na contemporaneidade, no seio dos Kibalas, está na base das razões que nos levaram ao tema em questão. Saber quais são as reais consequências para família e para a sociedade Kibala, que advém das uniões concebidas sem o Alambamento, constituem as perguntas de partida da nossa pesquisa.

A prática do casamento tradicional entre os Kibalas reduziu sobremaneira entre os anos 2000 a 2019. Esse período é marcado pela assinatura da paz efetiva em Angola e que deu abertura do país ao resto do mundo, permitindo o contato com povos vindos do ocidente que época anterior a Guerra Civil não viajavam à Angola.

Atualmente algumas famílias não atribuem o valor simbólico ao Alambamento devido às novas tendências da globalização. De um modo geral, este tipo de comportamento tem muito a ver com a dinâmica cultural e a crise econômica que afeta a sociedade Kibala. O trabalho foi pensado como uma forma de reflexão crítica para despertar a sociedade Kibala sobre os possíveis perigos da alienação cultural.

Como pesquisador que faz parte dessa sociedade tenho observado mudanças culturais. Uma vez que é de grande importância que a instituição do Alambamento seja respeitada e valorizada, pois a manutenção da sociedade e dos hábitos culturais, em parte, depende do casamento tradicional.

Desta feita, justifica-se a elaboração da presente pesquisa como contribuição da afirmação dos valores socioculturais que se encontram em decadência a margem da modernidade.

A Modernidade constitui-se a partir da pretensão de rejeitar a tradição, subentendendo tudo ao exame crítico da razão e à experimentação. Embora esta mesma tradição tenha persistido em muitas esferas da vida. Por isso, há uma tendência para um dinamismo e uma mudança incessante, questionando as suas próprias conquistas e buscando continuamente inovações. No limiar da era moderna, três grandes eventos determinam o seu caráter: a descoberta da América, com uma nova visão de mundo, a Reforma na Igreja e a invenção do telescópio, que permitiu o desenvolvimento de uma nova ciência (MAXWELL, 2013, p.26)

No entanto, a modernidade é sinônimo de sociedade moderna ou civilização industrial e está associada a um conjunto de atitudes perante o mundo, como a ideia de que o mundo é passível de transformação pela intervenção humana; um complexo de instituições econômicas, em especial a produção industrial e a economia de mercado; toda uma gama de instituições políticas, como o Estado nacional e a democracia de massa; a primazia e a centralidade do indivíduo e não, do grupo como sujeito de direitos e de decisões; o primado da subjetividade; o pluralismo e a ideologia; a concepção linear de história; a realimentação mútua entre ciência e tecnologia, com a hegemonia de sua racionalidade própria; o predomínio cada vez maior do simbolismo formal de cunho numérico-matemático (informática); a pesquisa e industrialização em níveis diversos de qualidade técnica (transformadora, inovadora, criadora); a burocratização e a organização política da sociedade. (MAXWELL, 2013, p.27).

Ainda sobre essa mesma modernidade Giddens (1999) infere que a modernidade é uma ordem pós-tradicional, mas não uma ordem em que as certezas da tradição e do hábito tenham sido substituídas pela certeza do conhecimento racional (a moderna ocidental). A dúvida, característica generalizada da razão crítica moderna, permeia a vida cotidiana assim como a consciência filosófica, e constitui uma dimensão existencial geral do mundo social contemporâneo.

A modernidade institucionaliza o princípio da dúvida radical e insiste em que todo conhecimento tome a forma de hipótese — afirmações que bem podem ser verdadeiras, mas que por princípio estão sempre abertas à revisão e podem ter que ser, em algum momento, abandonadas. Sistemas de conhecimento acumulado — importantes influências de desenhado — representam múltiplas fontes de autoridade, muitas vezes contestadas internamente e divergentes em suas implicações (GIDDENS, 1999, p.11).

Entretanto, diante dessas afirmações e concepções é preciso lembrar que essa mesma modernização que se fala é um movimento que surge no ocidente sendo implantando

em outras partes do mundo como no continente africano sob o domínio epistemológico e metodológico do norte global face ao sul global, tal como aborda Santos:

O pensamento moderno ocidental e um pensamento abissal. Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis. As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo “deste lado da linha” e o universo “do outro lado da linha”. A divisão é tal que “o outro lado da linha” desaparece enquanto realidade torna-se inexistente, e mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível. Tudo aquilo que é produzido como inexistente e excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção aceita de inclusão considera como sendo o Outro. A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha. Este lado da linha só prevalece na medida em que esgota o campo da realidade relevante. Para além dela há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não dialética. Para dar um exemplo baseado no meu próprio trabalho, tenho vindo a caracterizar a modernidade ocidental como um paradigma fundado na tensão entre a regulação e a emancipação social. Esta distinção visível fundamenta todos os conflitos modernos, tanto no relativo a fatos substantivos como no plano dos procedimentos. Mas subjacente a esta distinção existe outra, invisível, na qual a anterior se funda. Esta distinção invisível é a distinção entre as sociedades metropolitanas e os territórios coloniais. De fato, a dicotomia regulação/emancipação apenas se aplica a sociedades metropolitanas. Seria impensável aplicá-la aos territórios coloniais. (SANTOS, 2007, p.4).

Para os Kibalas a centralidade do indivíduo não constitui um ato de modernização, eis um fato estranho para um kibala assim como a negação das crenças locais em detrimento da ciência. Daí a inquietação com essa mesma modernidade. Tal como nos diz Appiah (1997):

A preocupação com as relações dos mundos conceituais “tradicional” e “modernos”, com a integração dos modos de compreensão herdados e oriundos das teorias, conceitos e crenças recém adquiridos, está fadada a ser de especial importância na vida daqueles dentre nós que pensam e escrevem sobre o futuro da África em termos basicamente tomados de empréstimo de outros lugares (APPIAH, 1997, p.21).

Sendo assim, o objetivo principal deste trabalho é entender, através de uma pesquisa empírica e bibliográfica, as causas que estão por trás da diminuição do valor simbólico no Alambamento e propor uma análise sobre o casamento tradicional entre os kibalas.

Através desta pesquisa, pretendemos explicar e reafirmar o valor simbólico do Alambamento na sociedade Kibala. Trazer para a sociedade abordagens que explicam os aspetos essenciais do Alambamento, para assim, reafirmar a sua função e o seu enquadramento como aspecto cultural de grande importância para a sociedade, face ao fenómeno do modernismo e da aculturação que se vivencia atualmente.

Os objetivos específicos são: a) entender o significado do Alambamento dentro da sociedade Kibala; b); refletir sobre as causas que estão na base da mudança no Alambamento dentro da sociedade Kibala; c) identificar as causas da diminuição do valor simbólico no Alambamento e poder desenvolver uma forma de ajudar a sanar este problema

1.3 Das práticas metodológicas aos caminhos da pesquisa

A constatação de que arqueólogos, linguistas, antropólogos culturais ou etnógrafos se defrontam a maior parte do tempo, com os mesmos problemas e de que a melhor forma de solucioná-los é a equipe interdisciplinar, é hoje um dos fatores mais animadores e estimulantes dos estudos africanos (KI ZERBO, 2010, p.388).

De acordo com Fonseca (2002), método significa organização, longo estudo sistemático, pesquisa, investigação, ou seja, metodologia é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência. Etimologicamente, significa o estudo dos caminhos e dos instrumentos utilizados para fazer uma pesquisa científica.

Com base na afirmação acima surge a seguinte indagação, e no contexto da pesquisa no continente africano sobre as questões da realidade africana, como se dá a pesquisa, uma vez que os métodos utilizados até então eram aqueles que foram instrumentalizados para inferiorizar os africanos? Como africanos devemos nos demandar nesses métodos para pensar a África na contemporaneidade, ou devemos pensar em outras formas metodológicas para pensar os estudos africanos a partir do nosso lugar de fala? Tal como diz Ki-Zerbo (2010):

O que está claro é que nenhuma disciplina se beneficia com uma abordagem individual da realidade densa e emaranhada do mundo africano. Seria como querer partir o nó górdio a golpes de sabre. É o caso dos pesquisadores que pensam encontrar o princípio de explicação fundamental de uma determinada sociedade africana num único elemento: por exemplo, na análise estrutural do parentesco ou no sistema de representações, crenças, mitos e símbolos considerados como que dotados de uma autonomia e de uma lógica própria, independente, por exemplo, das relações de produção. Ao passo que, em se tratando do parentesco, sua análise revela, na África, sistemas menos “puros”, mais complexos que na Austrália; por exemplo, estruturas que, admite Levi Strauss, são igualmente condicionadas por outros elementos (econômicos e políticos) além do simples mecanismo das regras de parentesco. A história africana, menos que qualquer outra disciplina, não pode acomodar-se ao gueto. Nem mesmo para estabelecer aquilo que, no entanto, parece pertencer justamente ao monopólio da história: a cronologia. Com frequência, a solução de um problema de cronologia só pode ser corretamente alcançada com a ajuda combinada de quatro fontes distintas de informações: os documentos escritos, a arqueologia, a linguística e a tradição oral. O historiador, reconstituindo a estrada do tempo, assemelha-se mais a um automobilista, que, para avaliar as distâncias, dispõe de vários instrumentos: o velocímetro de seu carro, seu relógio, os marcos de quilometragem e, eventualmente, o testemunho de um autóctone. Essa convivência

necessária revela-se um fator favorável para garantir a restituição clara e integral da imagem do passado, o que não ocorreria de modo perfeito se recorresse a uma única fonte (KI-ZERBO, 2010, p.389).

Ainda de acordo com a ideia do autor, o mesmo continua fazendo uma descrição com um olhar africano sobre um estudo realizado em uma localidade do continente africano:

A descrição de Kumbi Saleh feita por al-Bakri no Routier permaneceria lacunar se os arqueólogos não tivessem exumado e explicado as ruínas, ainda mais eloqüentes que o cronista árabe. Ressaltemos que, também nesse caso, a tradição oral marcou presença, pois foi graças a ela que se descobriu o sítio de KumbiSaleh. Nestas condições, poder-se-ia falar de fontes nobres e fontes vulgares, classificando-as numa escala discriminatória em cujo topo estivesse os documentos escritos e, no último escalão, a tradição oral? Ao que parece, não. O valor de uma fonte não é uma realidade em si; varia de acordo com o objeto específico da pesquisa empreendida. Assim, para cada caso concreto, existe no feixe dos testemunhos disponíveis uma fonte axial, a fonte mestra, que pode diferir segundo o tema. Para a pré-história africana e para as sociedades de pigmeus, os documentos escritos não constituem, por definição, a melhor fonte, pois não existem. Conforme o momento e a região da África, a panóplia de provas históricas é comandada por essa ou aquela fonte axial, desempenhando as demais um papel auxiliar e adventício. Dependendo do tema – uma desconhecida tribo Getula ou o reino de Jururta, os Kirdi do norte de Camarões ou os Ashanti de Gana, os Kabye do norte do Togo ou o império de Gao retratado por Ta'Rikh al- Fattash – a fonte mestra não será a mesma. Somente após a conclusão da pesquisa é que se a reconhecerá. Pois, se é a fonte que condiciona o resultado, é este que a justifica. Se tal for verdade, pode-se antecipar, sem risco de erro, que, em se tratando da história da África, a interdisciplinaridade, longe de ser um luxo, é um dos dados fundamentais do método. De fato, não existe alternativa. (KI-ZERBO, 2010, p.390).

A vista disso, através dos objetivos traçados, a opção metodológica constituiu-se no cruzamento da análise documental e bibliográfica, no qual analisamos livros, teses, artigos e dissertações sobre o casamento tradicional com a informação resultante das entrevistas (online), efetuadas com recursos e técnicas de natureza qualitativa, em que foi feito aprofundamento no sentido de perceber a compreensão do grupo social kibala sobre o Alambamento, e de natureza quantitativa onde procuramos de forma minuciosa perceber a visão dos Kibalas sobre o matrimônio.

A pesquisa quantitativa se centra na objetividade influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente. (FONSECA 2002, p. 20).

Reforçamos que no nosso trabalho efetuamos a observação participante, tendo contato com a prática do Alambamento no seio dos Kibalas podendo observar de perto e identificar os aspetos culturais e religiosos do casamento tradicional. Ao longo da observação enquanto africano sentimos o poder da oralidade por parte dos familiares mais velhos da noiva, confesso que o peso das palavras eram sentidas por mim na flor da pele. A responsabilidade e o cumprimento com a verdade nas narrativas eram bastante evidentes. Tal como infere J. Vancina (2010):

Um estudioso que trabalha com tradições orais deve compenetrar- seda atitude de uma civilização oral em relação ao discurso, atitude essa, totalmente diferente da de uma civilização onde a escrita registrou todas as mensagens importantes. Uma sociedade oral reconhece a fala não apenas como um meio de comunicação diária, mas também como um meio de preservação da sabedoria dos ancestrais, venerada no que poderíamos chamar elocuições- chave, isto é, a tradição oral. A tradição pode ser definida, de fato, como um testemunho transmitido verbalmente de uma geração para outra. Quase em toda parte, a palavra tem um poder misterioso, pois palavras criam coisas. Isso, pelo menos, é o que prevalece na maioria das civilizações africanas. (VANCINA, 2010, p.140).

Embora o nosso trabalho não seja histórico, ainda assim sentimos o poder da palavra ao longo da pesquisa e por este fato, corroboramos com o autor. Enquanto pesquisador africano levo sempre nas nossas experiências a concepção da oralidade absolvida através dos nossos mais velhos e com isso aprendemos desde cedo a ter um olhar atento sobre as narrativas em torno do ambiente em que estamos inseridos.

Malinowski (1976), diz que o trabalho etnográfico, ou seja, o trabalho de campo, só tem valor se permitir distinguir claramente, de um lado, os resultados da observação direta e das declarações e interpretações nativas e, de outro, as inferências do autor, baseadas em seu próprio bom-senso e intuição psicológica.

Na etnografia é frequentemente imensa a distância entre a apresentação final dos resultados da pesquisa e o material bruto das informações coletadas pelo pesquisador através de suas próprias observações, das asserções dos nativos, do caleidoscópio da vida da etnia. Entretanto, o contato com a realização do Alambamento foi de grande importância no sentido de conhecermos mais afundo sobre a prática do Alambamento entre os Kibalas.

Peirano (2014) infere que a empiria – eventos, acontecimentos, palavras, textos, cheiros, sabores, tudo que nos afeta os sentidos –, é o material que analisamos e que, para nós, não são apenas dados coletados, mas questionamentos, fonte de renovação. Não são “fatos sociais”, mas “fatos etnográficos”, como nos alertou Evans- Pritchard em 1950. Essa empiria que nos caracteriza, aos olhos de alguns cientistas sociais pode ser uma desvantagem, se não

uma impropriedade; penso, especialmente, nos sociólogos de ontem (e talvez nos de hoje também). Para os antropólogos, no entanto, é nosso chão.

Dessa forma, todas as técnicas em questão nos permitiram, através de um questionário, colocar um conjunto de investigados representativo de certos elementos, na qual formulamos uma série de perguntas relativas à sua situação social, familiar, suas opiniões, suas atitudes em relação à prática do casamento tradicional Alambamento.

Trivinos (1987), afirma que o avanço das ideias facilitou o confronto de perspectivas diferentes de entender o real. Frente à atitude tradicional positivista de aplicar ao estudo das ciências humanas aos mesmos princípios e métodos das ciências naturais, começaram a elaborar-se programas de tendências qualitativa, para avaliar, por exemplo, o processo educativo, e a propor “alternativas metodológicas” para a pesquisa em educação.

Alguns autores entendem a pesquisa qualitativa como uma “expressão genérica”. Isto significa, por um lado, que ela compreende atividades de investigação que podem ser caracterizadas por traços comuns.

Ao que parece, todos os autores compartilham o ponto de vista de que a pesquisa qualitativa tem suas raízes nas práticas desenvolvidas pelos antropólogos, primeiro e, em seguida, pelos sociólogos em seus estudos sobre a vida em comunidades, só posteriormente irrompeu na investigação educacional.

O aparecimento da pesquisa qualitativa na antropologia surgiu de maneira mais ou menos natural. Os pesquisadores perceberam rapidamente que muitas informações sobre a vida dos povos não podem ser quantificadas e precisavam ser interpretadas de forma muito mais ampla que circunscrita ao simples dado objetivo. Entretanto, a tradição antropológica da pesquisa qualitativa faz com que esta seja conhecida como a investigação etnográfica. E pode-se dizer que, às vezes, usam-se indistintamente ambas as expressões para se referir a uma mesma atividade.

Diante do vislumbre de fazer uma leitura dos vários trabalhos sobre o Alambamento, exploramos novas abordagens dentro da temática, não ignorando as dificuldades dos preconceitos presentes, interpretar o simbolismo do Alambamento na sociedade Kibala, estabelecendo e restabelecendo a sua grande importância.

Tal como infere Boccato:

A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa,

compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação. (BOCCATO, 2006, p. 266).

Estrategicamente, nosso trabalho teve dois momentos, indissociáveis:

No primeiro momento, buscamos compreender as várias narrativas intelectuais sobre o tema, com base em levantamento de dados e materiais produzidos em diferentes níveis e domínios acadêmicos que serviram para a nossa análise. A partir desses textos, conseguimos chegar à compreensão de como se dá o processo de construção das mudanças/dinâmicas do valor simbólico do Alambamento no seio da sociedade Kibala.

No segundo momento efetuamos a pesquisa de campo: onde realizamos as entrevistas. No entanto, o instrumento da pesquisa caracterizou-se por um questionário com perguntas abertas, na qual participaram 43 moradores da Kibala, pois com base em Clifford (1999):

o campo antropológico supõe não apenas ir e ver ou ir e pegar amostras, mas algo mais complexo: uma co-residência extensa, uma observação sistemática, uma interlocução efetiva (língua nativa), uma mistura de aliança, cumplicidade, amizade, respeito, coerção e tolerância irônica. Em uma palavra, o trabalho de campo antropológico consiste em estabelecer relações com pessoas. (URIART, 2012, p.6 *apud* CLIFFORD, 1999, p. 94).

Posteriormente transcrevemos as entrevistas, considerando questões não padronizadas através do método da Pesquisa (Auto) biográfica. Com isso, procuramos sair um pouco do paradigma da rigidez dos questionários rigidamente estruturados e padronizados tal como conhecemos no campo acadêmico. Estas questões não padronizadas podem ser compreendidas também como temas de referência em que se percebem as relações entre subjetividade, historicidade e unicidade e a possibilidade da interpretação da interação social em que se realiza e da intencionalidade comunicativa (FERRAROTI, 2010, p.10).

1.4 Do repertório teórico metodológico aos caminhos da pesquisa

A partir do ano 1998, alguns estudiosos suscitaram interesse em estudar sobre o Alambamento e sua valorização em Angola. Todavia, a historiografia registra estudos sobre o casamento anterior a 1998, que serão úteis a essa pesquisa. O interesse em pesquisas sobre o alambamento despertou os estudiosos a partir do momento que observou-se a importância que as famílias angolanas atribuíam ao alambamento.

Um dos trabalhos pioneiros nessa pesquisa é o escrito de Ruiz Altuna (1985) no seu livro sobre a “cultura tradicional banto”. O autor aborda sobre os povos bantos em Angola e as suas manifestações culturais. A obra em questão é a construção científica que mais elementos teóricos nos dará para a análise interpretação da nossa problemática.

O antropólogo Angolano Mateus (2011) também é uma referência importante nesta pesquisa. Este pesquisador buscou investigar o período de 1992 a 2002 sobre o Alambamento, no seio dos Ambundu na cidade de Luanda. O autor traz uma abordagem sobre a valorização do Alambamento, face ao fenômeno da aculturação que se vivencia na sociedade Angolana depois da guerra. Detalhando como o processo da modernização afeta no simbolismo e no significado do casamento tradicional no seio dos Ambundu, na Cidade de Luanda.

Com relação a ideia equivocada da compra e venda da mulher (visão eurocêntrica) e a conseqüente desvalorização do Alambamento, o estudo realizado pelo estudioso Angolano Moises Mbambi (2003.) investigou a origem do Alambamento, com ênfase no significado de casamento, fazendo uma comparação entre o casamento dos africanos (Alambamento) e o casamento dos hebreus (Manchar). O autor infere que os hermeneutas ao fazerem a tradução da bíblia, traduziram erradamente o manchar por dote, quando, na verdade, o dote significa algo bem diverso do casamento hebraico. Essa mesma concepção estendeu-se também ao Alambamento através do olhar etnocêntrico dos pesquisadores evolucionistas cristãos que pesquisaram o Alambamento em Angola.

A obra deste autor foi interessante para o nosso estudo, principalmente porque, ao tratar este tema, ele defende a ideia de que o Alambamento está longe de ser a compra e venda da mulher, e, que na verdade essa concepção vigorou entre os europeus, propriamente no instituto jurídico do *coemptio* entre os romanos, onde o noivo comprava a noiva aos pais, e toda gente, incluindo a própria noiva, tinham a consciência desta compra. Entretanto, essa constitui uma visão deturpada sobre o alambamento, pois na paratica do casamento tradicional não acontece a compra e venda da mulher.

Inferimos que essa visão abnegativa está fortemente atrelada ao etnocentrismo. A história é ordenada culturalmente de diferentes modos nas diversas sociedades, de acordo com os esquemas de significado das coisas. O contrário também é verdadeiro: esquemas culturais são ordenados historicamente porque, em maior ou menor grau, os esquemas culturais os significados são reavaliados quando realizados na pratica. A síntese desses contrários desdobra-se nas ações criativas dos sujeitos históricos, ou seja, as pessoas envolvidas. Porque

por um lado, as pessoas organizam seus projetos e dão sentido aos objetos partindo das compressões existentes da ordem cultural. (SAHLINS, 1997, p.6).

Por outro lado, esse desinteresse por parte de alguns antropólogos (evolucionistas) deve, sem dúvida, ser associado a própria história da disciplina e das diferentes tendências que a inspiraram. É cada vez mais evidente que a antropologia formou-se com base na rejeição da história e que essa rejeição manteve-se desde então. (MBOKOLO, 2017, p.30).

Tomamos como referência o trabalho de Radcliffe-Brown (1982) Nele, o autor explora a tese de que para compreender o processo de mudança é necessário fazer um estudo diacrônico. Mas para fazê-lo devemos aprender primeiro tudo o que for possível sobre como o sistema funcionou antes da ocorrência das mudanças que estamos a investigar. O autor ainda afirma que para compreender qualquer aspecto da vida social de um povo africano-econômico, político ou religioso, é essencial ter conhecimento do seu sistema de parentesco e casamento.

Os estudos de Malinowski (1970), serviram de base para a nossa pesquisa, especificamente Aqueles que dizem respeito a valorização das instituições culturais. O autor afirma que as instituições são os núcleos de ordenação e correlação da totalidade integrada dos elementos da cultura. As instituições se apresentam como limites “naturais” ou, seja, são estabelecidas pela própria cultura. E não é só somatório dos aspetos da cultura, mas sim, a sua síntese, sendo ainda unidade multidimensional.

Ancoramo-nos também na obra do autor do africanista francês Christian Geffray (2000) “Nem pai nem mãe: crítica do parentesco o caso da mucua”. O autor faz um esforço de restituir a coerência e a dinâmica das práticas e instituições domésticas antigas, elaborando uma espécie de modelo das relações sociais, edificados graças às narrativas e análise dos fatos sociais contemporâneos.

Ao recolher a terminologia iroquesa de parentesco, Lewis Morgan muito possivelmente evocou junto do seu interlocutor o que era para ele um “pai”, um “avo” ou um “pai do pai”, e assim sucessivamente, a fim de que este lhe desse a palavra iroquesa correspondente para designar estas figuras familiares de parentesco de Morgan. Se não se conseguiu fazer entender á primeira, Morgan deve ter evocado o que na sua representação de “pai” ou do “filho”, era susceptível de ajudar os seus interlocutores a compreender do que é que ele pretendia falar-lhes. Mas ter-se-á o etnólogo questionado sobre a palavra há-nih, que o iroquês propunha, era legitimamente traduzível pela palavra “pai”? Ter-se-á interrogado para saber se a apresentação que acompanha a enunciação da palavra há-nih para iroquês é a mesma que a que acompanha entre nós a enunciação da palavra “pai”? (GEFFRAY, 2000, p.20).

Ainda sobre a questão da família, a obra de Jimi Adesina (2000) é importante para a nossa pesquisa, no seu escrito sobre “Práticas da Sociologia Africana: Lições de

endogeneidade e gênero na academia”, o autor centra a sua atenção nos trabalhos de duas proeminentes acadêmicas africanas, que constituem exemplos de uma endogeneidade capaz de produzir rupturas epistêmicas nos discursos universais acerca da compreensão sociológica das relações de gênero e da forma como compreendemos o significado de ‘gênero’.

O autor argumenta igualmente a sua atenção na análise dos esforços que tem sido feitos para teorizar a ‘matrifocalidade’ e a maneira como o conceito de matrifocalidade produzido pelos trabalhos de Ifi Amadiume e Oyeronke Oyewumi nos oferece uma base heurística, não só para a compreensão das relações de gênero, mas também para a compreensão de assuntos ligados à identidade, ao mesmo tempo em que nos brinda com uma melhor forma de lidar com questões políticas, na luta por uma equidade de gênero.

Baseamo-nos também nos estudos de Antonio Kiala (2016) No seu trabalho sobre “A religião Kingunza na Angola contemporânea”, o autor faz uma discussão sobre a chegada do catolicismo em Angola e a sua implementação no Reino do Congo. Abordando as várias revoltas dentro da religião que culminaram na criação de religiões angolanas cristãs com um cunho africano na qual muitas passaram a sincretizar o local com o ocidental e que mais tarde serviram como base para as lutas de libertação de muitos países africanos.

Quanto a perda do valor simbólico de uma manifestação cultural, Mauss (2000), constatou que as modalidades de trocas em sociedades arcaicas não são apenas coisas do passado, pois são fundamentais para compreender a sociedade atual. Com isso, o autor chegou a conclusão de que o valor das coisas não pode ser superior ao valor da real ação, pois o simbolismo é fundamental para a vida social

Nesta pesquisa, pretendo seguir outra perspectiva analítica do enfoque dado pelos autores anteriormente citados. O objetivo central é a analisar o Alambamento e entender o que está na base da diminuição da prática do casamento tradicional, para a constituição de uma reafirmação positiva, para o presente e para a posterioridade.

Interessa-nos nesta pesquisa localizar o que está na base da pouca aderência na prática do Alambamento, que segundo as nossas tradições, o casamento tradicional representa a continuidade e formação da sociedade.

No uso comum, casamento inclui duas ideias distintas: a) a de que o homem e a mulher vivem juntos, em geral com a intenção de fundar uma família; b) a de que há uma distinção entre casamento e outras formas de união sexuais denominadas pré-marital, extramarital, adultera etc. Essa distinção, às vezes, é essencial para a definição de casamento: “Uma simples relação sexual sem a intenção de vida conjunta e criação de filhos não constitui de modo algum ao casamento” (BURROWS,1944, p. 331 *apud* FGV, 1987).

Na análise das sociedades modernas, o uso geral do termo casamento segue tal definição- mas os arranjos para a união nas sociedades estudadas pelos antropólogos sociais revelam tanta diversidade que é impossível encontrar uma definição bastante ampla e que não seja tautológica. Por essa razão, Douglas (apud FGV,1987) deixou indefinida a palavra casamento, e usá-la apenas como termo chave que indica um número de características que podem ser encontradas nas várias combinações de diferentes sociedades.

Nesse enfoque, o casamento pode possuir todas ou apenas algumas das seguintes funções: a)estabelecer o status legal dos filhos das partes que contratam o casamento; b)transferir direitos para cada uma das partes; c) domiciliar; d) da sexualidade do outro; e) dos trabalhos e serviços domésticos do outro; f) da propriedade do outro; g) estabelecer um fundo conjunto de propriedade (para beneficiar os filhos do casamento); i) estabelecer uma aliança ou relação de afinidade entre os parentes das partes; j) obter o reconhecimento público da relação.

Alguns autores tentaram seguir o uso comum, por exemplo, E. Westermarck (*apud* MACMILLAN, 1901, p. 19 *apud* FGV, 1987) que definiu o casamento: “uma união, mais ou menos durável entre homem e mulher que vai além do ato de reprodução e até depois do nascimento dos filhos”. Essa fórmula pretendia ser bastante ampla para possibilitar comparações e mesmo assim “bastante restrita para excluir completamente todas as ligações livres que não são nunca honradas com o nome do casamento”.

Embora possa parecer bastante ampla e não chega a abranger todos os usos do termo casamento. É normal ligar o casamento a procriação e a educação dos filhos, mas nem sempre é esse o caso, e nem sempre é possível fazer a distinção entre casamento e as uniões temporárias. Segundo Douglas (1987), em alguns casos, como por exemplo, entre alguns grupos de esquimós e grupos dispersos de índios americanos, a unidade familiar em si é definida de modo tão vago que não se pode distinguir o status do marido e da mulher, das formas temporárias de união sexual, além de não existir nenhuma diferença reconhecida entre casamento e concubinação. Isso importa para a definição de casamento, assim como as palavras derivadas dessa distinção e que não teriam valor algum para a sociedade: divórcio anulação, validade do casamento etc.

Em outros casos, as formas aprovadas de união podem não estar ligadas ao estabelecimento da família ou a criação de filhos. Era esse o caso entre Nayar de Malabar, sul da Índia, onde a jovem costumava submeter-se ao rito de casamento antes da puberdade, e com um homem do qual se divorciava no final da cerimônia.

A partir de então, estava livre para participar de uniões sexuais com todos os homens que pertencessem a castas apropriadas, implicam um tipo de casamento com vários maridos, e o que acontece nesse caso é apenas uma relação sexual, sem vida conjunta, sem o reconhecimento da paternidade, e nenhuma responsabilidade além de dar presentes durante as festividades ou uma reduzida contribuição para as despesas da gravidez (GOUGH, 1952 *apud* FGV, 1987).

Como não reconhecem nem a família conjugal nem o status de marido, mulher ou pai, qualquer definição baseada no fato de fundar uma família parece que excluiria as costumeiras uniões sexuais dos Nayar. Isso entra em conflito com a fórmula geral de R. M. Maclaver e C. H: “A família é um grupo definido por um relacionamento sexual suficientemente preciso e duradouro para que proporcione a procriação e a educação dos filhos” (MACMILLAN, 1950, p. 238 *apud* FGV, 1987).

Uma definição, mas ampla deveria também abranger as sociedades onde há mais de uma forma de relacionamento social pode ser considerada como casamento. M. J. Herskovits, por exemplo, distinguiu sete tipos de casamentos entre os daomeanos (HERSKOVITS *apud* FGV1987). Em casos específicos, é necessária uma cuidadosa distinção entre as funções do casamento. Em algumas sociedades a separação física do marido e da mulher não basta para delimitar o fim das relações legais decorrentes do casamento, e em que o pai fisiológico não é forçosamente o marido legal da mãe. Entre os Nuer as relações conjugais podem cessar se a esposa foge e deixa o marido, mas os laços legais de seu casamento são fixos porque ele não pode pedir divórcio (SCHNEIDER, 1953).

Observou-se também a instituição de casamento de mulher com mulher: as relações legais existentes entre marido e mulher podem existir entre duas mulheres, enquanto as relações conjugais entre marido e mulher se dão entre uma das mulheres e um homem aprovado pelo marido legal. “Em Daomé, por exemplo, uma mulher rica pode casar com muitas jovens e dá-las a homens para que estes gerem filhos para ela, de modo que sua enorme residência se torne cada vez mais populosa” (HERSKOVITS, 1958, p. 320).

No uso comum, rituais são fenômenos especiais da sociedade, que apontam e revelam representações e valores de uma sociedade, mas o ritual expande, ilumina e ressalta o que já é comum a um determinado grupo. (PEIRANO, 2002, np). Ta fenômeno pode ser encontrado no Sul de Angola, no ritual denominado *éfico* que é um ritual de iniciação em que as meninas ao atingirem a adolescência passam por uma série de ensinamentos afim de serem integradas na sociedade adulta. Portanto existe uma consciência popular local em relação a este ritual, porém também têm enfrentado graves problemas face a modernização, pois muitas

famílias alegam ser um ato primitivo que deveria ser abolido, olhando para este ritual não mais com aquele significado positivo que outrora tinha para a comunidade.

2 DADOS GERAIS SOBRE ANGOLA

Angola é um país que está situado na costa ocidental do continente africano. Faz fronteira a norte e nordeste com a República Democrática do Congo, a leste com a Zâmbia, a sul com a Namíbia e a oeste com o oceano atlântico. A República de Angola ocupa uma extensão territorial de 1.246. 700 km², e, está dividida administrativamente em 18 províncias e a sua capital é Luanda.

O país é rico em recursos naturais, em especial os vários recursos minerais, com destaque para o petróleo que é também a maior fonte de riqueza do país, mais devido à má gestão dos recursos e a ganância dos dirigentes as populações vivem em extrema pobreza. Os portugueses chegaram a Angola em 1482, na foz do rio Zaire sob o comando do navegador português Diogo Cão.

Angola viveu cerca de quatro séculos de escravização e veio a alcançar a sua independência em 1975, proclamada pelo primeiro presidente da república Doutor Antônio Agostinho Neto, líder do Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), através das lutas de libertação nacional. Devido às diferenças culturais, ideológicas e influências externas Angola viveu um longo período de guerra civil como muitos preferem chamar, porém, foi uma guerra de desestabilização promovida por interesses externos, envolvendo os seguintes partidos locais: União Nacional para a Libertação Total de Angola (UNITA); Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) e a Frente Nacional para Libertação de Angola (FNLA).

Tendo terminado em 04 de abril de 2002, com a morte do líder da UNITA, Jonas Malheiro Sidonio Savimbi, no dia 22 de fevereiro de 2002. A língua oficial é o português, fruto da influência e dominação colonial portuguesa no país. Os principais grupos etnolinguísticos de Angola são: Bakongo (Kicongo), Ambundu(Quimbundo), Ovimbundu, Ambo, Nganguela, Nyanyeka, entre outros.

Figura 1 – Mapa de Angola



Fonte: <https://www.google.com>.

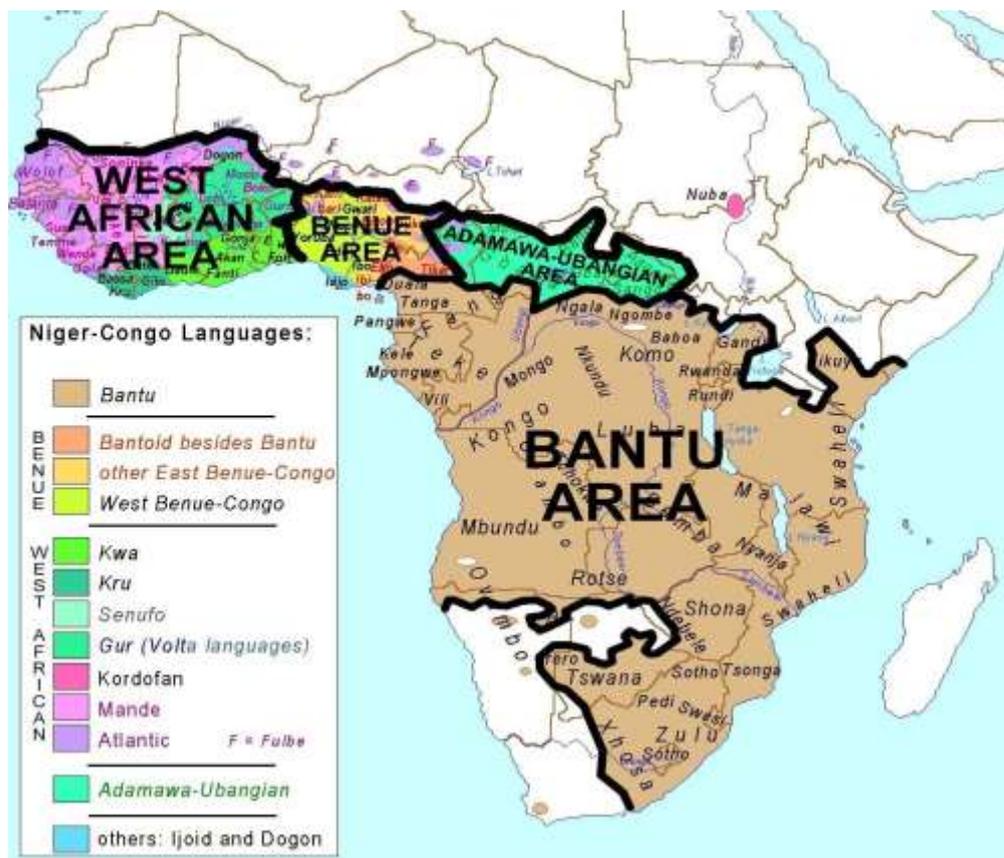
2.1 Sobre os Ambundus

Antes de qualquer avanço no presente escrito urge a imperatividade de abordarmos sobre as origens dos Kibalas. Estes que por sua vez são um subgrupo dos Ambundos que são um dos vários grupos que compõe os Bantos. Por outro lado, é importante falarmos sobre o os bantos que são um grande grupo etnolinguístico para termos uma base sobre o assunto em questão, uma vez que este é a raiz destes e de vários outros grupos existentes em Angola.

Entretanto, reza a história que um dos maiores grupos étnicos existentes no continente africano são os bantos, estes durante séculos se viram no grande movimento de migração no continente e assim espalharam-se pelo continente africano.

O termo “Bantu” aplica-se a uma civilização que conserva a sua unidade e foi desenvolvido por povos de raça negra. O radical “ntu”, comum a muitas línguas bantas, significa “homem, pessoas humanas”. O prefixo “ba” forma o plural da palavra “Muntu” (pessoa). (ALTUNA, 2006, p. 23).

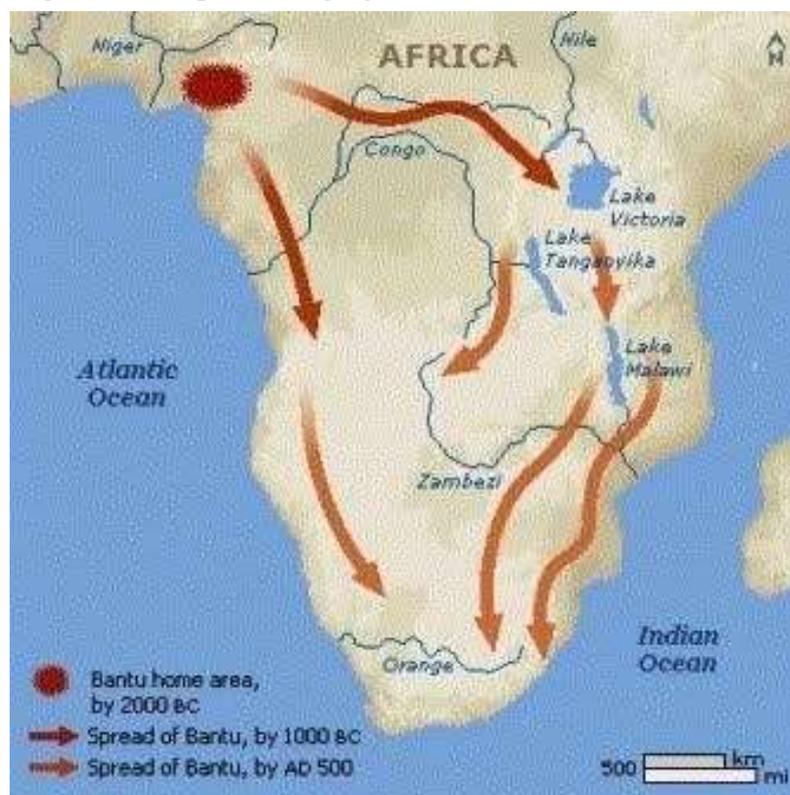
Figura 2 – Mapa dos povos Bantos em Angola



Fonte: <http://www.scielo.br/img/revistas>.

Destarte, “Bantu” significa “seres humanos, pessoas, homens, povo”. G. Grey sugeriu, para a divisão das línguas africanas em classes, a designação de “línguas bantas”, pensando que o radical “ntu” seria comum a todas elas. O prefixo “ba” forma o plural da primeira classe. O vocábulo “ntu” é, por assim dizer, a expressão cristalizada da mentalidade natural banta, acentuando de maneira extraordinária o que é fundamental e essencial no “Muntu” e na África Banta [...]. Revela o foco cultural, característico dos povos da África sul-sariana (ALTUNA, 2006, p. 23).

Figura 3 – Mapa das migrações Bantu



Fonte: <https://www.google.com>.

Ainda de acordo com Altuna, o povo banto provém de uma extraordinária explosão demográfica. Alguns autores localizam esta explosão nas mesetas do Banchi, Nigéria. Greenberg julga que se formaram nos planaltos ao norte dos camarões. Com uma migração que começou a 2.000 ou há 2.500 anos, e em seguida, se dispersaram empreendendo assim, a maior migração realizada em África.

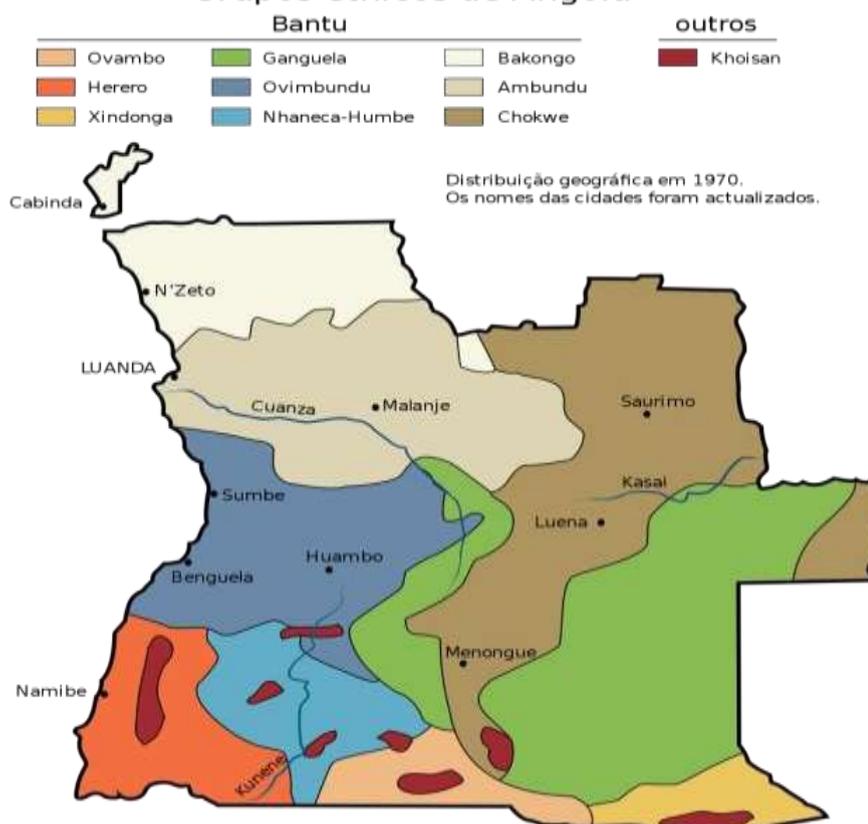
Em seguida, segundo a opinião de Guthrie, dividiram-se e seguiram duas direções diferentes: um grupo, seguindo o curso de Ubangui, atravessou Zaire, Angola e chegou ao atlântico; outro grupo atingiu os Grandes Lagos nos séculos VII ou VIII e rapidamente se espalhou até à África oriental e austral. No século VII chegaram ao Zambeze e às costas do Indico. (ALTUNA, 1985, p.13 e 16).

É imperativo inferir que durante as emigrações os povos bantos por onde passavam para além de dominar alguns povos que encontravam em certas regiões tendo em conta o domínio da técnica do ferro que eles possuíam estes também deixavam um pouco dos seus hábitos e costumes. Por este fato, podemos constatar que de uma forma geral os hábitos e costumes dos povos bantos se assemelham bastante, tendo em conta o passado histórico dessas populações. Dentre eles o ritual do casamento, pois as semelhanças entre os vários povos ainda que alguns estejam no sul e outros no centro, elas sempre são visíveis como é o

caso do Alambamento em Angola particularmente entre os Kibalas com o casamento tradicional Zulu na África d sul o deumshado.

Os Ambundos são um povo que habitam majoritariamente o norte da República de Angola, cuja língua falada é o Kimbundo. De acordo com Over Blog¹ (2011), os Ambundos ou como são chamados de kimbundo tem a sua origem no Antigo reino do Ndongo, quando os portugueses chegaram à foz do rio Zaire encontraram dois reinos, Kongo e Ndongo. Ndongo foi fundado no início do século XVI, por um pequeno chefe Kimbundo que possivelmente, controlava o comércio de ferro. Os primeiros Ngolas, partindo da possível ligação com a arte do ferro, estenderam a autoridade do Ndongo sobre diversos sobas².

Figura 4 – Mapa da Localização dos Ambundos em Angola
Grupos étnicos de Angola



Fonte: <http://civilizacoesafricanas.blogspot.com>.

2.2 Organização Social

As famílias Ambundo são alargadas e regidas por um sistema patriarcal, sendo o pai o responsável máximo da família. Geralmente os membros do grupo Ambundo procuram

¹ Disponível em: <http://angola-inteligente.over-blog.com/article-a-origem-dos-povos-kimbundu-o-reino-de-ndongo-78294853.html>.

² Chefe local de uma aldeia com poderes concedidos pelo soberano do reino.

viver próximo dos seus conterrâneos ainda que estes habitem em terras distantes como no sul, prática esta vista como uma forma de manterem os laços de irmandade e solidariedade grupal.

As sociedades africanas podem ser classificadas a partir de um número limitado de categorias econômicas e políticas. Encontramos em primeiro lugar as sociedades acéfalas, nômades. Carecem de chefes políticos e é o mais velho, com os outros velhos como conselheiros, quem delibera para o bem do grupo. A este elementar intento de organização política pertencem as organizações paleonegras. Com costumes próprios, transformados em leis, e uma solidariedade de grupo baseada na unidade cultural, étnica e linguística, não vão além do estado de “orda”. Um ou mais homens regulam a vida transumância (ALTUNA, 1985, p. 96 e 97).

Por outro lado, de acordo com (BATSÍKAMA, CA. 2005), a origem da família (núcleo da sociedade) entre os Mbundu pode ser ilustrada com a figura do “esposo polígamo”: há três termos principais cujas raízes remontam ao proto-bantu (ou proto Njila). Ainda segundo a ideia do autor, essa origem é analisada a partir da semântica dos termos que suportam o comportamento humano, subsidia-se no seguinte:

(1) MBÂNZ’ETO: literalmente *nosso esposo*. Na cosmogonia mbundu, não é correto dizer “*mbânzayami*” (isto é, meu esposo). *Mbânza*(ou *mbânze*) para dizer esposo deve ser sempre acompanhado do adjetivo possessivo *yêto*, na primeira pessoa do plural. Esse termo implica o espaço cultural e habitacional. Não faria sentido que alguém se case sem ter, casa e sabedoria. Quem se casa, é porque já possui uma residência, por um lado, e por outro, ele já é detentor de sabedoria que lhe garante emprego.

(2) NGÂN’ETO: No Kwanza Norte e também em Malanje, encontramos o termo *Ngâna yeto* ou *Ngân’eto* com três significações: (a) nosso marido, no mesmo sentido que o *mbânz’eto*; (b) aquele que nos une ou ainda a pessoa que converge os *ntumbu* (cordões umbilicais ou nomes de linhagens/família); (c) nossa autoridade. Essa palavra cuja raiz/radical proto-bantu é **-anindi* cariaque o “esposo polígamo” proporciona três categorias de autoridade: (i) *ngânda* e *ndându*: sede do poder administrativo; (ii) *ñtândala*: Chefe militar, General de vários exércitos; (iii) *Ngâna*: Autoridade política de gerir várias aldeias.(3)MWADU YAMI: literalmente “meu esposo”. Etimologicamente, *mwâdué* composto de prefixo nominal *mu* e do termo *yaduou yadi*, que significa ora *dois* ora *plural genérico* (como se diz *coupledays*, em inglês, por exemplo). (BATSÍKAMA, CA. 2005 p.98).

O autor ainda infere que isto é, ainda que a mulher faça recurso a “meu”, o adjetivo possessivo na primeira pessoa do singular, o termo *yadu* já exprime essa poligamia. (BATSÍKAMA, CA. 2005 p.98)

Entretanto, a família alargada conserva uma unidade superior a todas as instituições banto, porque se fundamenta numa realidade sagrada. A comunidade de vida

encontra a sua estabilidade numa solida organização social comunitária, ao mesmo tempo religiosa e econômica. A plenitude da vida de um homem está diretamente relacionada com a proximidade e conexão com os antepassados mais próximos da vida. O escalão social corresponde ao escalão vital e também o caudal mais idôneo para inundar de vida a comunidade. (ALTUNA, 1985, p.119)

Assim sendo, o chefe de família faz a ligação direta com os antepassados, presente na vida comunitária, cuja influência benéfica ou nefasta, deve ser cuidada. Pela proximidade com eles, qualidade, poder e conhecimentos superiores, podem arrancar-lhes favores ou torná-los propícios. É o cordão umbilical que da a vida ao mundo. (ALTUNA, 2006, p.119).

2.3 Atividades Econômicas.

As principais atividades dos Ambundos são a agricultura, caça, pesca e pastorícia. A agricultura geralmente era praticada pelas mulheres, por outro lado as outras atividades eram praticadas pelos homens. De certa maneira existe uma separação do trabalho entre homens e mulheres no seio dos povos bantos.

A sociedade banta observa com rigor as tradições que impõem as divisões das ocupações e trabalhos por sexo. A simbiose econômica e produtiva dos dois sexos dá resultados positivos para a família e para a comunidade. Esta divisão já se encontra nas sociedades de economia mais rudimentar, e é universal no tempo e no espaço. Não obedece, portanto a arbitrariedades ou a caprichos e, muito menos, a instituições fortuitas. Costuma ser conforme as características masculinas e femininas, embora não se possa dizer que brote de uma necessidade natural. (ALTUNA, 1985, p.164).

A separação de trabalhos condiciona naturalmente o matrimônio que constitui uma associação econômica recíproca a qual cada um aporta o específico da sua condição social e, o que é mais importante, na qual os dois necessitam um do outro, não só para a procriação que poderia realiza-se em matrimônios, mais para reunir as condições imprescindíveis de convivência. (ALTUNA, 1985, p.165).

Desta feita podemos inferir que longe da visão sexista generalizada que muitos discursos propagam, sobre a divisão do trabalho entre homens e mulheres, entre os Ambundos é uma prática cultural que beneficia todos sem distinção e desmerecimento daquilo que outrem pratica. Por exemplo: entre os Kibalas os homens cozinham, lavam e arruam a casa desde cedo e por este fato não existe a ideia de que os trabalhos domésticos sejam apenas para as mulheres porque desde pequenos os homens são ensinados a fazer as tarefas domésticas.

Por outro lado, por causa da mudança de paradigmas causados através de secas na agricultura, algumas famílias se viram obrigadas a adotar outras formas de subsistência, no

caso anteriormente alguns homens aumentavam o número de mulheres (muitos impulsionados pelas próprias mulheres) para assim poderem ter mais pessoas ajudando na agricultura, por outro lado, os filhos que essas mulheres geravam se nascessem homens ajudavam o pai na casa, na pesca, no artesanato, fato que já não acontece atualmente. Com isso as populações atualmente enfrentam varias crises financeiras que de alguma forma impacta na realização do casamento tradicional, tal como aconteceu no contexto dos Tsongas em Moçambique onde:

Devido às crises alimentares profundas as estratégias econômicas que o modelo tsonga apresentava procurava assegurar os níveis mínimos de sobrevivência nos tempos da fome. Entre elas estava aquela que consistia em procurar multiplicar redes privilegiadas de parceiros situados na mesma zona ou mesmo noutras mais distantes, para a troca de bens, o que garantia o fornecimento desses bens por parte dos grupos onde havia produção para outros dela carentes. (MUSSANE, 2009, p.24).

Ainda segundo a ideia do autor, essa rede permitia a cada agregado manter um nível mínimo de reserva dos produtos alimentares, pois cada um podia, quando necessário, ter acesso a produtos que necessitasse e que os aliados possuíssem. Isso assegurava um equilíbrio na relação produtor/não produtor, considerando sexos e idades por meio de instituições ainda hoje bastante vivas, possibilitando, por exemplo, aos sobrinhos (*wapsana*) irem residir na casa do tio materno (*malume*) ou tia paterna (*rhazana*). Entre vizinhos, homens e mulheres ajudavam-se mutuamente no trabalho. (MUSSANE, 2009, p.24).

Deste modo, em vista todos os aspetos relatados nas linhas anteriores que de certa maneira a união familiar tem uma grande importância naquilo que é a cultura local banto. Daqui em diante abordaremos com um pouco de mais profundidade sobre o Alambamento entre os Kibalas, porém, é imperativo inferirmos que estes são um povo que apesar da divisão do trabalho são bastante unidos e partilham de tudo desde a posse da terra como a herança e outros bens como veremos nas páginas seguintes.

2.4 Posse da Terra e Herança

Para os Ambundos a terra é um bem comum podendo todos os seres vivos usufruir dela, pois se acredita que dela viemos e nela retornaremos novamente, daí a necessidade de olhar para a terra não como um elemento que serve apenas para a exploração e sim como um elemento da qual fazemos parte, e, portanto quando tiramos devemos repor no sentido de preservar aquilo que é o bem comum.

Todas as comunidades bantas conservam direitos inalienáveis sobre um território definido, demarcado e reconhecido pelos grupos limítrofes. A extensão máxima alcançada por um reino, império ou tribo esta sempre subdividida em porções comunitárias inferiores. Cada família alargada e cada clã possuem territórios bem delimitados. (ALTUNA, 1985, p.140).

As organizações sociais banta, baseadas na consaguinidade real ou mística, exigem um meio de transmissão, de herança e de preferência que as liguem a uma das genealogias biológicas que toda a pessoa recebe ou transmite: a paterna e a materna. (ALTUNA, 2006, p.104).

Entretanto, entre os kibalas acontece à mesma coisa, a herança é passada geralmente aos familiares com um grão de consaguinidade muito próximo. Muitas das vezes essas heranças não são apenas materiais, existem casos em que o tio materno passa o feitiço ao sobrinho como forma de herança. Como é o caso dos Thongas em Moçambique onde:

Na morte do marido a terra era herdada exclusivamente aos membros da família do sexo masculino. O controle das terras do *muti*, assim como os bens e as obrigações do defunto, ficavam sob custódia e responsabilidade do filho primogênito, mas de forma nenhuma podia desvinculá-la da família, nem podia alienar ou ceder, ainda que temporariamente, sem consultar os seus pares (tios e primos). Era com base nesta regra de ouro que a família garantia a estabilidade da sua porção de terra usando todo o tipo de ameaças relacionadas com os espíritos e afeição⁹ como medida preventiva. (MUSSANE, 2009, p.25).

No entanto, ainda segundo o autor, uma das medidas preventivas eram os ritos de purificação após a morte do anterior “dono”. Estes ritos tinham por finalidade objetiva prevenir o uso “devido” da terra em função dos interesses de reprodução da família.

A purificação era uma limpeza temporária dos espíritos “maus”, que a qualquer momento podiam regressar caso não fossem cumpridas as regras estabelecidas. Os ritos de purificação eram momentos simbólicos relacionados com o acesso e a preservação dos recursos que se perdem na memória dos séculos, deles dependia o presente e o futuro do *muti* (FELICIANO, 1998 *apud* MUSSANE, 2009, p.25).

2.5 Os Ritos de Iniciação

Os ritos de iniciação entre os Kibalas representam a passagem para a idade adulta. Dela participam os meninos e meninas, podendo estes jovens posteriormente fazer parte das atividades que antes eram restritas a eles, como a caça, a confecção de certas comidas e a fabricação de alguns utensílios como cabaças, cestos de palha, etc.

A iniciação para as sucessivas etapas da vida da pessoa, nascimento, puberdade, casamento, morte – adquire a importância constitutiva, fundamental. Sem ela a pessoa não se faz, não se completa. Só ela a situa no lugar religioso, social e ético exato, a torna apta para os seus direitos e responsabilidades e lhe permite movimentar-se em traumas e com eficácia na pirâmide vital interativa. (ALTUNA, 1985, p.279)

A iniciação é imprescindível para o bem estar dos kibalas estando todos os sujeitos a elas ainda que não se encontrem dentro das suas comunidades as pessoas são obrigadas moralmente a regressar as suas zonas de origem para cumprirem com os rituais como uma forma de homenagear os antepassados e garantir a manutenção dos hábitos e costumes, uma vez que estes rituais carregam significados inerentes à existência da vida em comunidade.

Em vista disso, a iniciação masculina completa-se com os seguintes ritos sucessivos: separação da família e da comunidade, circuncisão, reclusão num local reservado (acampamento aberto na selva), situação marginal, ressurreição-regeneração e saída-regresso a aldeia com a reintegração na comunidade na qualidade de homem novo, renascido. Situação que por estar carregado de emoções, mistério, dramatismo, religiosidade e alegria, originam uma vivência psíquica que marca e determina para toda vida o homem banto. (ALTUNA, 1985, p.280)

Já a iniciação feminina entre as mulheres kibala não se faz muito sentir uma vez que este quase que não existe. Porém em outras localidades de Angola ela é praticada por vários grupos, Ganguela, Tshokwe, Nhaneka- Humbe, Ambó. A menina deve ser iniciada quando lhe aparece a primeira menstruação. Em alguns grupos, iniciam- nas antes e, em outros, depois de passar de dois anos ou mais, ou associam-na ao contrato matrimonial. (ALTUNA, 1985, p.296).

Os ritos de iniciação na puberdade, além de se representarem como os mais chamativos desta cultura, revestem-se de um claro significado e da mais vistosa exterioridade. Como situam os jovens no seu lugar dinâmico da vida cultural, social, político e religioso do grupo, podemos considerá-los como fundamentos da comunidade, o suporte da religião e garantia da continuidade e da solidariedade (ALTUNA, 1985, p.280).

Conforme podemos observar os rituais de iniciação são extremamente importantes entre os kibalas de um modo geral entre os bantos, pois através deles eram determinados os deveres morais e responsabilidades para com o próximo e com a comunidade de um modo geral em respeito aos antepassados como forma de manutenção dos hábitos e costumes.

Figura 5 – Zonas onde se realizam rituais banto



Fonte: <https://www.google.com>.

3 MUDANÇAS NO ALAMBAMENTO, A INFLUÊNCIA COLONIAL PORTUGUESA

Colonizar tornou-se sinônimo de civilizar o que por sua vez, significava submeter compulsivamente as populações locais através do aproveitamento da sua mão de obra. (MUSSANE, 2009 *apud* MACAGNO, 2001, p.74-76).

O objetivo do colonialismo português desde a sua chegada era de alienar as populações africanas de formas a convertê-las ao cristianismo e consequentemente explorá-las culturalmente sob a bandeira da “civilização”.

Para o colonizador a “civilização” deveria ser Portuguesa, estando o resto dos grupos étnicos de Angola dentro desta regra. O objetivo da ideologia colonial Portuguesa em relação ao casamento Bantu (Alambamento), era de reduzi-lo aos parâmetros do casamento civil (ocidental) e cristão, de formas a inverter o verdadeiro significado desta instituição, vendo ela apenas como um ato de compra e venda da mulher, ou seja, uma total falta de consideração e respeito para com a cultura do autoctone.

No entanto a ação colonial portuguesa de desarticular as populações locais por meio da subjugação cultural foi tão forte que as mais ações podem ser observadas no contexto moçambicano entre os thongas, onde as ligações tradicionais de assistência e solidariedade com o grupo de parentesco e a comunidade mais ampla começaram a diminuir e foram substituídas por uma dependência do dinheiro e por uma nuclearização dos agregados familiares. A vida na aldeia piorou bastante, sobretudo a vida das mulheres e das crianças, o nível nutricional baixou drasticamente. A prostituição se tornou uma das formas de a mulher ganhar dinheiro, sobretudo no Sul de Moçambique onde eram maltratadas pelas famílias dos maridos, que se encontravam a trabalhar nas minas ou roças na África do Sul. (MUSSANE,2009, p.30).

Ainda de acordo com o autor, por causa dessas dificuldades causadas pelos colonos às mulheres começaram a ser sexualmente exploradas pelos europeus e com a chegada das tropas portuguesas a prostituição aumentou de forma generalizada.

Antes, a poligamia funcionava como um mecanismo de controle social e é por isso que não era frequente esta prática que era tradicionalmente condenada. (ALTUNA, 2006, p.30).

Quando o divórcio era muito difícil, muitas delas fugiam para as cidades com a intenção de ganhar dinheiro suficiente para poder reembolsar o “lobolo” à família do marido, sendo que a prostituição era a única oportunidade para garantir o seu sustento e o dos filhos. Com a colonização começou a transformação da estrutura social dos *tsonga*. A autoridade tradicional (os chefes e os anciãos) não foi valorizada e aos poucos Portugal começou a utilizar os chefes tradicionais para fins administrativos e políticos. Em alguns casos os chefes tinham consciência disso e

tentaram fazer o melhor possível para defender a sua aldeia e a sua tribo. (ALTUNA, 2006, p.31).

De acordo com Mbambi (1997, p.1), o padre Francisco Valente, depois de ter estudado o Alambamento no Huambo e arredores, até onde pode fazê-lo, condenou no seu livro, escrito sobre a matéria, como um costume vexatório da desigualdade da mulher Africana e que isso deveria ser abolido.

Deste modo, essas explicações sobre o Alambamento estão muito distantes de corresponder com a verdade e de entrar na verdadeira amplitude do casamento Banto, em particular dos kibalas. No entanto, inferimos que essas informações são fruto da ideologia colonial portuguesa de dominação, para melhor dominar as populações, em parceria com a religião católica, que desde sempre esteve presente a quando da ocupação colonial Portuguesa, e, tinham como objetivo deformar o real sentido e objetivo da instituição do Alambamento e substituí-las pelas suas ideologias eurocêntricas (casamento civil e religioso).

A ideologia colonial, no campo social, para além de impulsionar a crise de valores culturais, dividiu os Angolanos em duas classes sociais: “assimilados”³ e “indígenas”⁴. Entre as mesmas a perda de valores culturais viria afetar mais a classe “assimilada”, devido ao contato direto e quase sempre permanente com o colonizador, os “assimilados” procuravam pautar a sua conduta de acordo com os

³ O Ato Colonial foi constitucionalmente deixado de parte a assimilação cultural uniformizadora, bandeira liberal e da própria República, apesar das “leis de exceção”, passando-se a optar por uma assimilação seletiva. A Lei das Bases Orgânicas da Administração Colonial reduziu, em 1926, os poderes dos altos-comissários, que, em 1930, foram substituídos por governadores-gerais, passando estes a depender do controlo do ministro das Colônias. O Conselho Legislativo foi dissolvido em 1930 e a nova orgânica administrativa, que, em 1933, instituiu o Conselho do Governo, deixou de admitir representantes nativos, deixando estes de terem acesso à administração da colônia, mesmo de forma meramente formal. Indubitavelmente que, com o Estatuto dos Indígenas de 1926, com nova versão em 1929 e com o Ato Colonial constitucionalmente instituído, acentuou-se o fosso existente entre uma elite de africanos em relação aos demais, pela divisão entre os chamados “assimilados”, cidadãos sujeitos à lei comum. Cabia ao governo colonial selecionar os critérios para definir o assimilado. Todavia, em Angola, exigia-se saber ler e escrever português, apesar de muitos brancos serem, à época, analfabetos. No caso de Angola, chegava-se à condição de assimilado obtendo um certificado ou alvará, passado pelos administradores das circunscrições ou conselhos. No entanto, para se habilitar a tal classificação, o indivíduo tinha de ter 18 anos de idade, demonstrar que sabia ler, escrever e falar português fluentemente, ser trabalhador assalariado, comer, vestir e ter a mesma religião que os portugueses, manter um padrão de vida e de costumes semelhante ao estilo de vida europeu e não ter cadastro na polícia. No concerne ao acesso à educação, o Diploma Legislativo n.º 238, de 17 de Maio de 1930, estabelecia as principais diferenças entre o ensino indígena: “elevar gradualmente da vida selvagem à vida civilizada dos povos cultos a população autóctone das províncias ultramarinas”; enquanto o ensino primário elementar para os não indígenas “visava dar à criança os instrumentos fundamentais de todo o saber e as bases de uma cultura geral, preparando-a para a vida social”.

⁴ Os chamados de “indígenas”, inseridos apenas no seio da sua própria cultura de origem. Contudo, se a intenção da política colonial era a separar uma camada social incrustada na pequena burguesia urbana e rural angolana dos demais africanos, a subordinação econômica e social a que aquela estava sujeita, levou-a a aproximar-se dos rotulados de “indígenas”; ou seja, uma definição baseada em “critérios étnicos e culturais, aplicados a indivíduos da raça negra ou dela descendentes, que, pela ilustração e costumes, se não distinguiam do comum daquela raça” (Art.º 3.º do Estatuto de 1928, que reproduzia o Art.º 2.º do Estatuto de 1926). Disponível em: http://jornaldeangola.sapo.ao/opiniao/artigos/definicao_dos_assimilados.

padrões da cultura portuguesa. Segundo em 1950 as estatísticas da famosa assimilação mostravam que o número de nativos assimilados era tão diminuto que só 1% da população de toda Angola nesse ano era assimilada. (KAMABAYA, 2003 *apud* AGOSTINHO, 2011, p.15),

Um exemplo concreto da magnitude dessa assimilação são as populações de Luanda. Nessa província surgiram várias mudanças nas regras do casamento Bantu na época da colonização portuguesa (1951 a 1970), dentre elas destacam-se os seguintes: a perda do valor da virgindade, o acréscimo do garrafão de vinho, a substituição da figura dos emissários (intermediários) por uma simples carta de pedido, o desaparecimento da “resistência matrilocal” temporária e a anulação do rito de passagem denominado por “mussula⁵”, que marca a entrada da mulher ao status de mãe (KIMABAYA, 2003 *apud* AGOSTINHO, 2011, p.15)

Em Luanda como em outros meios urbanos, as antigas relações que faziam dessa aliança um equilíbrio de interesse recíproco sem grandes preocupações pelos sentimentos individuais, aproximam ou desaparecem. O casamento toma um significado mais individual, que social, o consentimento matrimonial torna-se mais autêntico e pessoal para os nubentes, mas tudo isso se afastam das características da família extensa. É por isso que com certa frequência, sobretudo entre pessoas idosas, que atualmente nos musseques⁶ conta, mas a opinião e o gosto dos filhos, em matéria de casamento, do que os interesses dos pais (MONTEIRO, 1973, p.117-182).

Antigamente a virgindade era algo de muita importância, e era muito preservado pela família da noiva, depois de contrair o matrimônio, fazia-se uma amostra em público, com um lenço contendo sangue, mostrando o quanto a menina foi bem educada pelos pais e pura, mas atualmente está prática já não se faz sentir no seio da sociedade Luandense.

Na zona de Luanda, segundo Ribas (2006), esta marca inspirava certos cuidados. Antigamente as jovens eram submetidas a revistas frequentes, quer simplesmente a olho, ou com um ovo de pomba, quer com um bico de uma vela, previamente desprovida da parte externa do pavio. Então só se procedia ao Alambamento quando tudo corresse bem.

O emissário que antigamente era intermediário do Alambamento foi substituído pela carta do pedido, que até hoje vigora na instituição do Alambamento. Por esta causa os mais velhos já não são respeitados como antigamente, na verdade essa questão tem muito a

⁵ A mussula é um ritual de iniciação para as jovens abundas que marca a sua passagem para a idade adulta, ela acontece entre os povos abundos localizados na região de Luanda e Kwanza sul.

⁶ Bairros de lata construídos a margem da cidade de Luanda na década de 60 onde habitavam as populações majoritariamente nativas.

ver com a aculturação através da assimilação da cultura veiculada através dos meios de comunicação de massa. Devido à influência colonial e, conseqüentemente, da cultura ocidental, o ritual do Alambamento perdeu força, uma vez que muitas famílias já não praticam por influência da tal “civilização” ou mesmo por vergonha e acharem a pratica do casamento local como algo ultrapassado.

Em suma, inferimos que existe uma grande influência colonial em torno da realização do Alambamento atualmente, o povo da kibala e assim como os de Luanda⁷, passou a observar o casamento tradicional como uma prática sem expressão cultural, algo que não vale nada para a sociedade contemporânea.

Estas ideologias constituíram uma marca negativa no nível da consciência coletiva, de modo que, apesar dos Ambundu de Luanda continuar a dar ênfase ao casamento tradicional, passaram a encará-lo como um produto não acabado e para concluí-lo [e/ou efetivá-lo] julgavam que deveriam também casar segundo os cânones do casamento civil e cristão. (AGOSTINHO, 2011, p.25).

Tal como aconteceu na província de Luanda e em outras partes do país, hoje em dia a população da Kibala tende a não olhar para o Alambamento como um casamento que simboliza a cultura nacional, muito pelo contrário, o olhar sobre esta cerimônia cultural é um olhar eurocêntrico, feito com desprezo e quase sem interesse.

Porém, apesar de todas as transformações não favoráveis prática do Alambamento, o casamento tradicional ainda tem persistido dentro da sociedade Kibala, pois ainda existem certas famílias conservadoras que se regem dentro dos parâmetros do casamento tradicional (Alambamento).

Por conseguinte, é bastante importante promover a reafirmação dos valores locais e das tradições culturais no seio dos mais velhos e jovens para que eles passem a ter um olhar positivo sobre a questão do Alambamento, uma vez que eles são a força motriz da sociedade, e cabe a eles darem continuidade aos hábitos e costumes que existem dentro da sociedade, de formas a perpetuar a sua preservação no sentido de se evitar um possível desaparecimento. No tópico a seguir abordaremos sobre as formas de alienação que de certa forma impulsionaram esse tipo de pensamento e pouca aceitação do Alambamento no seio da população local.

⁷ Nos referimos a Luanda por ela ser a capital do país e por ter uma grande influencia cultural sobre as outras províncias de Angola.

3.1 Sociedade tradicional, socialismo e assimilacionismo, causas e consequências.

Para entendermos o estado atual da nação no que tange particularmente a cultura, é imperativo mergulharmos sobre o contexto na qual Angola se tornou independente e consequentemente como se deu a cooptação mental em relação à cultura por parte do nosso sistema político.

Daí a necessidade de pensarmos a sociedade tradicional face ao socialismo assumido como modelo de governação e de desenvolvimento pelas elites políticas assimiladas pelas ideias ocidentais que em nada ajudaram no desenvolvimento e manutenção dos hábitos e costumes locais.

A República de Angola tornou-se independente em 1975, através das lutas de libertação nacional que envolveu os três maiores partidos da época, Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)⁸, União Para Independência Total de Angola - UNITA e ⁹Frente Nacional Para Libertação de Angola (FNLA)⁹.

Com a libertação total de Angola os portugueses foram expulsos para a sua terra natal, porém, antes da saída boicotaram e destruíram várias estruturas que alavancavam o desenvolvimento local, dentre elas, pontes, hospitais, linhas férreas, etc.

Após este período aconteceu de forma imediatamente a guerra de desestabilização¹⁰ envolvendo a UNITA e o MPLA em 1975 que terminou em 2002 com a vitória do MPLA.

⁸ A UNITA foi criada em 1965 por um pequeno grupo de dissidentes da FNLA, que acusavam Holden Roberto de não conseguir ultrapassar o espírito tribalista que presidira à formação da frente. A cabeça desta dissidência estava Jonas Malheiro Savimbi, antigo ministro dos negócios estrangeiros do Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE). Integravam o núcleo fundador da UNITA pessoas de diferentes etnias angolanas: José N'Dele e Miguel N'Zau Puna, de Cabinda, Smart Chata, tchoquê, Samwimbila ou o próprio Savimbi, ovimbundus do planalto central. Em comum tinham a origem rural; além disso, a maior parte eram jovens educados nas missões protestantes — quase todas americanas — com rígidos princípios morais e uma forte ligação ao universo tradicional africano. (AGUALUSA, 1993, p.1, Tentativa de explicação de Angola)

⁹ A FNLA surgiu em 1956 com o nome de União das Populações do Norte de Angola (UPNA). No ano anterior tinha falecido D. Pedro VII, rei do Congo, o que originou uma complicada disputa entre o poder colonial português e a aristocracia bakongo em torno da sucessão ao trono. E na intenção de fazer valer as suas posições que os monárquicos congolezes, com Barros Necaca à cabeça, decidem criar a UPNA. Holden Roberto, sobrinho de Necaca, é escolhido para liderar o grupo. Inteligente e ambicioso, Roberto percebe rapidamente que o ideal da restauração do reino do Congo, defendido pela UPNA, não tem viabilidade em pleno século XX, onde se confunde com o apelo étnico, e cria a União dos Povos de Angola (UPA). Em 1961, a UPA desencadeia uma vasta insurreição armada no norte de Angola. Nesse mesmo ano, com a intenção de se tornar mais abrangente tenta algumas alianças com outros movimentos de exilados angolanos e transforma-se em FNLA (AGUALUSA, 1993, p.1, Tentativa de explicação de Angola)

¹⁰ Alguns chamam de guerra civil, porém, tendo em conta o envolvimento das potências mundiais na altura dos dois blocos dominantes (EUA e URSS), prefiro chamar de guerra de desestabilização local para benefícios de países estrangeiros

Todavia, o partido que venceu a guerra assumiu o país sob o lema de um só povo e uma só nação, ignorando as diferenças culturais existentes entre as várias nações que compõem o estado Angolano, adotando um modelo de governação importado de outras realidades e implantando mais uma vez sem levar em conta as diferenças culturais, fato que custou caro.

Todavia, o MPLA tornou-se partido único e, dois anos depois, adotou o marxismo-leninismo como sua doutrina e de Estado, transformando-se em MPLA-PT (Partido do Trabalho). Assim, o centro de todas as decisões importantes da sociedade e do Estado estava localizado no partido. Isto significa, pelo menos na teoria, que é o partido quem comanda o Estado (PAIM, 2008, p.183).

Essa prática trouxe graves consequências no âmbito cultural e social em Angola, tal como aconteceu em Moçambique onde o colonialismo (capitalismo) e o socialismo são fenômenos estranhos a mentalidade africana de que os moçambicanos fazem parte. (MUSSANE, 2009, p.34).

O modo de governação do partido no poder passou a ser idêntico ao regime colonial onde os poderes locais dos mais velhos se submetiam aos interesses da administração colonial portuguesa. Entretanto, os sobas¹¹ passaram novamente a responder as autoridades governamentais só que dessa vez chefiadas pelos próprios angolanos que de certa maneira olhavam para os chefes locais como meras peças para manter a ordem em uma determinada região.

Fruto de uma herança da administração colonial, as autoridades angolanas passaram a olhar para algumas práticas culturais como sendo primitivas e sem sentido como é o caso do casamento tradicional, o Alambamento.

Fato este que também pode ser constatado em outras ex-colônias como, por exemplo, a República de Moçambique onde o poder tradicional era acusado, pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), de representar um obstáculo à ação anticolonial e de se “opor à ciência, à técnica e ao progresso”, preconizando meios e práticas insuficientes para fazer frente ao poder ocupante. A partir de então, ele foi classificado, na análise da direção do movimento, como parte do aparelho de poder colonial; ele representaria o poder dos colaboradores que tinham assegurado a ligação dos ocupantes com as populações rurais e que, por conseguinte, se tornavam igualmente alvos da luta ideológica (CABAÇO, 2007, p.399 *apud* MUSSANE, 2009, p.34).

¹¹Antigos chefes locais com autonomia total de regência e que só respondia ao rei.

Por consequência o estado assumiu o total controle das estruturas governamentais, as igrejas passaram a atuar diretamente com o estado suprimindo as entidades tradicionais, os sobrados foram substituídos de certa forma pelas administrações locais enfraquecendo assim a autoridade local.

Em suma, o governo não levou em conta as diferenças locais fato que criou uma série de problemas tradicionais e culturais, como a não realização de certos rituais em determinadas regiões do país sobre o pretexto de estarem ultrapassadas e serem vistas como algo vexatório como é o caso da *mussula* ritual de iniciação masculina e feminina feita no seio dos Ambundos em Luanda e no Kwanza sul.

Visão essa atrelada profundamente ao assimilacionismo português. Uma vez que a ideia de assimilados trata-se de uma construção jurídica do colonialismo português, na qual era um status social, legalmente instituído, concedido a todos aqueles nascidos nas colônias que cumprissem determinadas obrigações instituídas em linhas gerais pelo Estatuto Político, Civil e Criminal de Angola e Moçambique (O Estatuto do Indigenato), publicado em 1926 e em vigor até o ano de 1961 (NASCIMENTO, 2011, p.5)

De maneira específica o “Regulamento do recenseamento e cobrança do imposto indígena”, promulgado em 1938, definia as condições pelas quais os indígenas deveriam se submeter para se tornar “cidadão”, isto é, um “assimilado” 5. Para tanto o pleiteante deveria, “[...] ter abandonado inteiramente os usos e costumes da raça negra, falar, ler e escrever corretamente a língua portuguesa, adaptar a monogamia⁶” e por fim “[...] exercer profissão, arte ou ofício compatível com civilização europeia, ou ter rendimentos, que sejam suficientes para prover aos seus alimentos, compreendendo sustento, habitação e vestuário, para si e sua família⁷”. (NASCIMENTO, 2011, p.5).

Em vista disso, estávamos em presença de um grupo que assumiu o país com ideias totalmente viradas para o desenvolvimento com um olhar para o ocidente, cujo principal objetivo era racionalizar o universal e ao mesmo tempo dar pouca ênfase para a cultura local. E, para complicar mais a situação veio o culminar da guerra civil que assolou o país, muitas populações da Kibala tiveram que se deslocar para outras zonas e para os centros das cidades, muitas acabaram indo Luanda pelo fato deste para além de ser a capital do país ser também um território Ambundo.

Por outro lado, este movimento trouxe várias consequências socioculturais para as famílias Angolanas, no sentido de abandonarem certas práticas tradicionais. Feita esta abordagem, agora falaremos sobre a contemporaneidade, ou seja, para o período que corresponde de 2000 a 2019.

4 KIBALA

4.1 Aspetos geográficos e econômicos do município da Kibala

O município da Kibala está localizado em Angolana na província de Kwanza- Sul, ocupa uma extensão territorial de 10 253 km² e atualmente alberga cerca de 168 mil habitantes. Territorialmente é limitado a norte pelo município de Libolo, a este pelos municípios de Mussende e Andulo, a sul pelos municípios da Cela e Ebo e a oeste pelos municípios de Quilenda e Quissma. E também é constituído pela comuna-sede, correspondente à cidade de Kibala, e pelas comunas de Cariango, Cachibo e Lonhe.

Figura 6 – Aspetos geográficos e econômicos do município Kibala



Fonte: <https://www.google.com>.

Não existem muitos relatos escritos sobre o município da Kibala e a sua história. Portanto, por ser natural de Angola e integrante da etnia Ambundu¹², recorri a fontes orais dos mais velhos do meu grupo para poder ter subsídios sobre a história e a origem da Kibala. Para tanto entrevistamos três mais velhos (Avó Sabalo, Avó Chiminha e Avó Tandela), a escolha desses entrevistados deu-se pelo fato deles fazerem parte dos Kibalas ainda que cônjuges de pessoas de outros grupos.

Reza a história que o termo Kibala original, não se refere simplesmente ao nome de um município da província do Kwanza sul que se localiza no noroeste de Angola, e sim, a um grupo ou povo (comunidade estável) de origem Ambundu ou Kimbundo. Este grupo que está fixado majoritariamente em quase toda região norte da província, ou seja, a norte do rio

¹²Os Ambundos são um povo de origem Bantu que habitam a parte centro-sul de Angola.

Keve, compreendendo os municípios da Kilenda, Porto Amboim, Ebo, Mussende, Amboim, parte de Wakukungo e Libolo, constituindo assim o território Čipalá, tem origem no Pungo-a-Ndongo, sul da província de Malange antigo reino de Kassange e Ndongo. (FRANCISMUNDO, 2015, p.1)¹³.

Figura 7 – Casas em Kibala



Fonte: <https://www.google.com>,

Ainda segundo o autor, os povos Kibalas falam a variante da língua Kimbundo, compartilham os mesmos hábitos e costumes com os povos do Centro e sul de Malanje, Kwanza norte e Kissama.

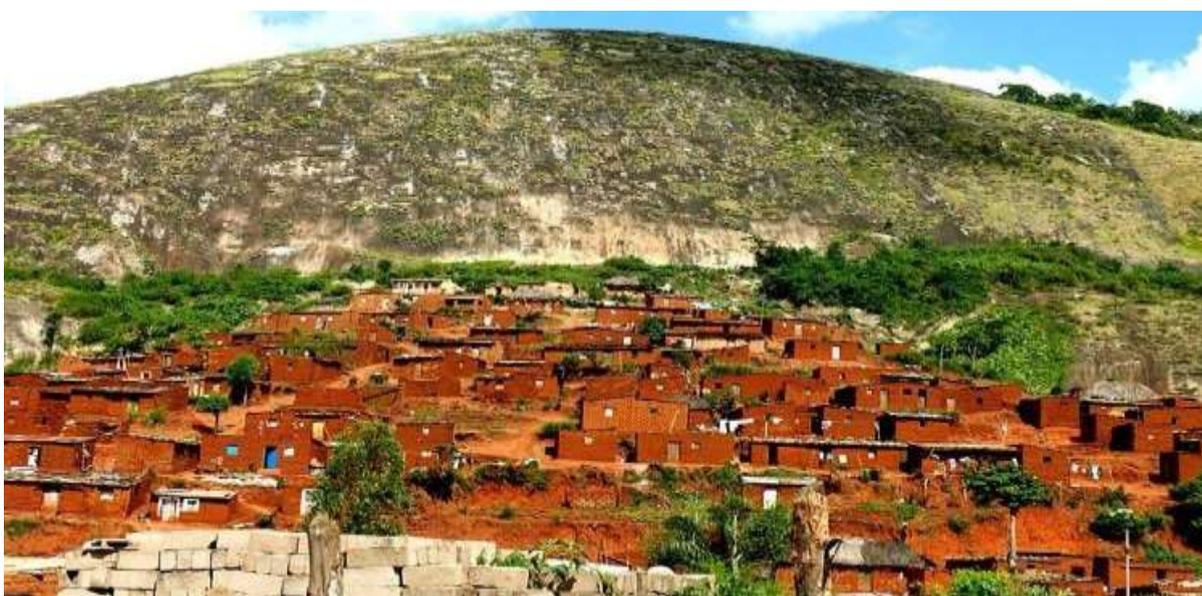
O seu êxodo até fixarem-se na região que hoje é Kwanza sul deu-se por volta do século XVI, liderado por Čipalákia Samba, homem forte que possuía muitas mulheres, um total de Sete, tinha robustez física com 1,82 de altura; algumas fontes orais confirmam ser o meio irmão de Ngola Kiluanji Kia Ndambi. Após muitos conflitos com outros grupos e tribos, Kipala Kia Samba e seu povo decidiram deixar as suas terras e cultivos, indo em direção ao sul atravessando o rio kuanza, onde ao longo do seu percurso foram deixando pequenas comunidades que estes por sua vez foram crescendo, mas respondendo à um só “ÑanaInene” (Čipalá) (FRANCISMUNDO, 2015, p.3).

O autor infere também que em detrimento dos ataques que iam sofrendo de outros grupos ao longo da sua caminhada, os kibalas foram obrigados a procurar um lugar seguro e

¹³Disponível em: <http://francismundo.comunidades.net/origem-dos-kibala-1sintese>. É um blog de coleta de relatos orais disponível de bom grado e acesso para utilização de todos os filhos abundos.

desenvolver técnicas adequadas de trabalho e de luta para a sua defesa, e, este lugar seria então a zona de Kariango, pois, nela atravessa um rio, hoje situadas a 41 km da vila da Kibala. Mas no mesmo local encontrará já os “Marimba” um pequeno grupo que veio do nordeste de Angola, atravessando Malanje. Estes por terem hábitos e costumes iguais aos do povo Kibala, foram mantendo um bom relacionamento e formaram uma aliança com vista a se defenderem dos invasores. Os filhos do povo de Čipalá foram casando-se com as filhas dos “Marimba” e vice-versa (FRANCISMUNDO, 2015)

Figura 8 – Vista de cima da zona Rural da Kibala



Fonte: <https://www.google.com>.

Quando perguntados (Sabalo e Chiminha) sobre o noivado responderam:

Que quando um homem arranja-se uma esposa fazia os deveres, e, tinha que ir logo morar junto perto da zona para procriar e constituir uma família, para assim dar origem a outros membros no sentido de fazer crescer a aldeia. (SABALO, 2019).

Quando questionado sobre a forma de governação e das guerras antigas o entrevistado respondeu da seguinte forma:

Não tenho muitas memórias sobre isso até porque eu não era nascida na época, mas o meu avô contava que o rei samba os Kibala conquistou várias terras a norte do rio Keve, na altura ninguém podia com ele porque ele tinha feitiço grande. Ele e os seus homens

apareciam e desapareciam porque ele batia a sua lança no chão e por causa disso era difícil de lhe pegar. (CHIMINHA, 2019)

Ouvi da minha falecida mãe que as moças daqui eram muito bonitas, todos os moços que vinham das bandas de malange queria alambar as moças daqui. Muitas até se achavam. Mas hoje já não vejo isso, acho que é porque também tinha muito feitiço para ter homem. (GLORIA,2019).

Para voce casar voce precisa ter o consetimento da familia, ai já voce vai poder fazer todos deveres. Mas hoje, nada, esta mais assim assim, as pessoas fazem do seu jeito e vão morar sem alambar. (ANTONIO,2019).

Figura 9 – Montanhas da Kibala



Fonte: <https://www.google.com>.

Os Kibalas Tinham como atividade principal agricultura e a caça. Faziam também a pesca, mas não em grande escala (mesmo até aos dias de hoje). As mulheres estavam mais ligadas a agricultura que produzia, sobretudo a Mandioca, nhami, ngokó, batata, e outras plantações inclusive a palmeira de dendém na qual poderiam extrair vinho branco e óleo de palma; e criação de animais domésticos (galinhas, cabritos, ovelhas, etc). A caça era feito pelos homens dos 14 aos 40 anos de idade, caçavam kambuiji e outros tipos de animais ferozes, mas antes mesmo de iniciarem a caça tinham de fazer oferenda a Deus em nome dos antepassados, ou seja, “Nzambi_mujina_ria_nzumbi” para que a mesma tivesse sucesso, ao contrário, alguém poderia morrer durante a caça. (FRANCISMUNDO, 2015, p.4).

Em relação à morte do rei Samba o soberano e fundador da Kibala, sabe-se que o mesmo era muito velho, estava muito fraco e entrou em estado de coma durante uma semana, até a decisão do conselho dos anciãos para acabar com a sua vida. Todas as tribos do território expandido vieram a lhe prestar condolência e homenagem e vieram até representantes de outros reinos (Ndongo-Matamba, Kasanje e Viyé). Depois da sua sepultura, o óbito ainda durou um mês. (FRANCISMUNDO, 2015)

Ainda de acordo com o autor, a sua mulher “Nzumba Muriango, muñambo-a-Čipalá” por ser a primeira e mãe de muitos filhos era considerada como “muñambo Inene” (a grande mulher) e depois de morte de seu marido passou a ser chamada de “Nzumba Čipalá”, fazendo papel de rainha. Nove anos depois, aos 98 de idade a “muñambo Inene” veio a falecer também. Algumas fontes orais afirmam que ela sofria de reumatismo e que essa doença pode ter a levado a morte Pouco ou nada se sabe até hoje, quem foi o sucessor de Čipalá Kia Samba. Mas poucas fontes orais confirmam um dos sobrinhos como sucessor, cujo nome não se conhece. Até hoje em todas as tribos dos Kibala a sucessão é matrilinear, mesmo depois da chegada dos portugueses no seu território em 1796. (FRANCISMUNDO, 2015, np).

Hoje os Kibala representam quase 45% dos habitantes da província do Kwanza Sul, com um número estimado em 785.500,00, as suas comunidades estão bem presentes também em outras regiões da província e do país, como no Sumbe (a), Uku Seles, Konda, Chitué (Cassonge) a Sumbe (a), Uku Seles, Konda, Chitué a sul do rio Keve; em Kisama e Luanda. (FRANCISMUNDO, 2015, np).

4.2 A vida Cotidiana do município da Kibala.

Logo pela manhã começa a jornada no campo, os pais se deslocam para as lavras a fim de plantar a terra e colher os produtos. As famílias trabalham nas *lavras* enquanto as crianças vão para as escolas mais próximas.

As lavras são geralmente pequenas e de médio porte e o tipo de agricultura praticada é a familiar, uma vez que algumas terras são passadas de geração em geração.

Tendo em conta a mentalidade de ajuda mutua desenvolveram uma cultura cooperativista de subsistência onde predominam a macaxeira, cana para a fabricação do açúcar, milho para a fabricação da fuba¹⁴, jinguba¹⁵ para confecção da muamba¹⁶, batata doce e batata inglesa, bem como várias hortaliças. A maior parte dos produtos é escoada para a capital do país Luanda e a outra parte vai para as províncias mais próximas.

¹⁴Alimento bastante comum a mesa dos kilabas feito através mandioca, o que no Brasil chamam de fubá.

¹⁵Fruta seca mais conhecida por amendoim no Brasil e mundo afora.

¹⁶Prato típico local feito com funge caldo de amendoim e galinha.

Assim, essa mentalidade de cooperativismo tem muito a ver com a comunidade da existência, formação, sentido que valoriza o indivíduo que, desde o nascimento até a morte, se subordina ao grupo, único que estabelece as diretrizes da vida social. (ALTUNA, 1985, p.203).

Kibala está localizada em uma zona em que em um determinado período do ano faz frio com intensidade, nessa época a produção local é mais de hortaliças tais como pimenta, açafraão e repolho. Estes produtos comercializados e os excedentes são consumidos pelos próprios produtores e produtoras.

Muitas famílias trabalham na fazenda do Kambondo¹⁷, fazenda que produz uma quantidade significativa de toneladas de fubá de milho e que ajuda bastante no alavancar da economia local.

Então, muitas famílias que praticam a agricultura familiar têm tido enormes dificuldades para cultivar a terra devido à falta de materiais e ajuda do governo, alguns se organizam em cooperativas e através de um empréstimo concedido por bancos vão mantendo a tradição do trabalho na agricultura, porém, cada vez mais famílias têm deixado a prática da agricultura seguindo para Luanda em busca de melhores condições de vida.

Como em todas as sociedades africanas na Kibala existe certa divisão de gênero em torno do trabalho criando certas áreas específicas para os homens e para as mulheres. Tal como abordamos nas linhas anteriores os homens geralmente trabalham na caça, criação de gado, etc. Atividades estas que exigem maior desenvoltura física. Por outro lado, as mulheres trabalham mais nas lavras cultivando a terra, cuidando da casa e da família, porém, existe toda uma justificativa em torno desta divisão: “A separação do trabalho por sexos, vista do ponto de vista sociológico, exigiu o matrimônio estável como associação econômica sólida e eficiente, contrária, evidentemente, à pretendida promiscuidade e à suposta anarquia de sexos.” (ALTUNA, 1985, p.164).

Geralmente os produtos produzidos são comercializados localmente, quem se ocupa dessas vendas normalmente são as senhoras. Podemos vê-las vendendo nos mercados informais, mais conhecidos na região como *kitandas*. Para além da venda dos produtos

¹⁷A fazenda agropecuária “Kambondo”, localizada 12 quilômetros a leste da sede do município da Quibala fornece sementes de cereais e abastece a região e o país de farinha de milho e outros produtos básicos. A produção começou em 2006 e os equipamentos e tecnologias disponíveis permitem a realização de qualquer cultura e em diferentes estações do ano, aumentando a produtividade. Com uma extensão de oito mil hectares e 53 trabalhadores, a fazenda é forte na produção de cereais e agropecuária e a sua implantação contou com o financiamento do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), num montante de quatro milhões de dólares. Disponível em: http://jornaldeangola.sapo.ao/economia/fazenda_agro-pecuaria_produz_farinha_de_milho.

produzidos localmente essas mulheres também revendem produtos vindo da cidade de Luanda, como, baldes, bidons de óleo, banheiras e materiais de limpeza para a casa.

As jovens da Kibala e mães solteiras deslocam-se para Luanda e às vezes para a vizinha república da Namíbia para combolar (*comprar*) os produtos para fazerem a kitanda (*comércio*). No entanto, devido à falta de empregos na região essa prática de ir à busca de produtos fora da cidade tornou-se bastante frequente no seio das mulheres na região, prática essa mais conhecida como *Muamba*.

Normalmente as escolas em que as crianças frequentam ficam um pouco distante das casas e não existem transportes públicos que transportem essas crianças para a escola, fazendo com que muitas crianças andem até 2 km a pé. Mas ainda assim muitas dessas crianças ajudam os pais nas tarefas de casa após o horário da escola.

As meninas, ajudam a mãe a cuidar dos irmãos menores normalmente chamados de *cassules*, ajudam também a capinar os produtos do campo, ajudam a preparar a comida, ajudam a cozinhar, a lavar a louça, a roupa e a pilar bombo que é a maior fonte da alimentação local conhecida como *funge*.

Os rapazes ajudam os pais na alimentação e na criação de animais domésticos como galinhas, cabritos, bodes e outros. Entretanto, o conjunto dessas atividades corresponde de certa maneira ao cotidiano das famílias locais da Kibala.

A alimentação geralmente é composta por *funge de bombo com rama de batata*, uma comida preparada com farinha de mandioca, idêntico ao fubá do Brasil, verduras (rama de batata doce), e a carne de galinha mais conhecida localmente por *lombi*. Dentre vários aspetos culturais podemos constatar que o povo Kibala apesar das adversidades e dificuldades encontradas no seu cotidiano ainda vivem seguindo alguns dos seus hábitos e costumes que ajudam para a manutenção das suas famílias. No tópico a seguir discorreremos um pouco sobre a estrutura da família para dar mais embasamento daquilo que abordamos neste tópico.

4.3 A estrutura da família

É imperativo lembrarmos que apesar do nosso trabalho não ter um cunho crítico sobre as categorias ocidentais de gênero, pai e mãe, fato que nos propomos a fazer em outros trabalhos. Ainda assim, fazemos aqui uma chamada de atenção sobre a categoria pai e mãe pelo fato de serem invenções ocidentais e impostas as sociedades africanas, tal como aponta Geffray (2000):

Ao recolher a terminologia iroquesa de parentesco, Lewis Morgan muito possivelmente evocou junto do seu interlocutor o que era para ele um “pai”, um “avo” ou um “pai do pai”, e assim sucessivamente, a fim de que este lhe desse a palavra iroquesa correspondente para designar estas figuras familiares de parentesco de Morgan. Se não se conseguiu fazer entender á primeira, Morgan deve ter evocado o que na sua representação de “pai” ou do “filho”, era susceptível de ajudar os seus interlocutores a compreender do que é que ele pretendia falar-lhes. Mas ter-se-á o etnólogo questionado sobre a palavra há-nih, que o iroquês propunha, era legitimamente traduzível pela palavra “pai”? Ter-se-á interrogado para saber se a apresentação que acompanha a enunciação da palavra há-nih para iroquês é a mesma que a que acompanha entre nós a enunciação da palavra “pai”? (GEFFRAY, 2000, p.20).

Tal como inferimos anteriormente o nosso objetivo não é fazer uma crítica sobre as categorias de famílias ainda que concordemos com a crítica dos pensadores africanos e africanistas. No entanto, trabalharemos com as categorias pai e mãe para se referir aos chefes de família na Kibala. Entretanto, as famílias na Kibala se estruturam de forma simplória, pai, mãe e filhos. Sendo a figura paterna a cabeça da família, e, todos devem respeito a ele, porém, isso não quer dizer que não existe respeito pela a mãe.

Por outro lado, existem também os tios¹⁸¹⁸ maternos e paternos bem como os vizinhos mais próximos que fazem parte da criação dos filhos, essa ligação faz com que todas as pessoas próximas sejam consideradas como sendo da família e não apenas o pai e mãe, tanto é que na ausência dos pais quem cuida das crianças são os vizinho e as crianças respeitam os vizinhos do mesmo modo que respeitam os pais.

A família nuclear é o pilar da sociedade banto, embora não se possa conceber separada dos círculos mais amplos e fecundos: família alargada, clã e “tribo”. A família isolada, individualizada, fechada sobre si mesma e autônoma, não existe. O banto não acontece, pois os princípios de consanguinidades e de participação vital não admitem. Além disso, as condições econômicas, climáticas e geográficas impedem o seu isolamento. (ALTUNA, 1985, p.111).

Na família Kibala todas as ações giram em torno do pai o chefe da família, *tata*: é o primeiro a comer, é servido sempre em primeiro lugar, sempre lhe é abonado no prato às melhores partes do animal, em suma, ele é o centro da família. A qualidade principal matrimonial kibala é, no entanto, a chefia do pai, tal como diz Altuna (1985):

¹⁸Na cultura africana não existe a noção de tio ou tia, diz-se mãe grande quando se trata da irmã mais velha da mãe e mãe pequena quando se trata da irmã menora da mãe e assim também se classificam os tios, pai grande e pai pequeno. (Comentário do Prof.Dr. Luis Tomás Domingos aos 31 de março de 2020).

O poder na família fica centralizado no pai, todavia, não quer dizer que ele pode ser um tirânico, uma vez que a sua autoridade fica limitada e subordinada á dos chefes de organizações sociais e políticas superiores: clã, tribo, reino. Nunca pode chegar a despotismo porque a família forma uma comunidade democrática. O conselho familiar, na qual atuam todos os maiores de idade, admite sua autoridade suprema porque lhe reconhece a superioridade da estirpe, mas controla as suas decisões e opina em assuntos importantes. As decisões devem passar por consultas prévias a comunidade. (ALTUNA, 1985, p.119).

Observamos que é tutela do pai legislar e ponderar sobre deliberações e decisões que afetam a família de um modo geral, por outro lado, também lhe cabe a tomada de decisões que afetam individualmente cada um dos integrantes da família.

Os filhos assim como o pai tendem a cuidar da criação de animais domésticos, da caça e dos trabalhos que envolvem maior esforço físico, por outro lado, as filhas tendem a ajudar a mãe nos trabalhos domésticos, no cultivo e na criação dos irmãos menores.

Em suma, é importante inferir que o papel predominante do esposo não elimina de certa maneira a autonomia da esposa, principalmente no aparato doméstico. Apesar dessas diferenças existem acordos entre ambos na qual o respeito prevalece no convívio familiar não dando espaço para a dominação do esposo em face da mulher.

Assim sendo, a separação de trabalho condiciona naturalmente o matrimônio que constitui uma associação econômica recíproca a qual cada um aporta o específico da sua condição sexual e, o que é mais importante, cada qual dos dois necessitam um do outro, não só para a procriação que poderia realizar-se sem o matrimônio, mas para reunir as condições imprescindíveis de convivência. (ALTUNA, 1985, p.165).

Vimos que apesar do homem ser o chefe da família e existir a divisão do trabalho por sexos existem acordos de respeito no sentido de manter essa divisão saudável e assim evitarem-se ideias de dominação. Vimos que esses acordos na divisão de trabalho de certa maneira propiciam a convivência matrimonial de forma positiva e salutar.

A esse respeito no capítulo seguinte abordaremos sobre o Alambamento que é a principal questão teórica deste trabalho. Entretanto, começaremos por abordar o antes e depois, para assim chegarmos aos processos de mudanças a fim de entendermos o atual estado da prática do Alambamento entre os Kibalas na contemporaneidade.

No período do casamento este costuma-se a dividir se em três momentos. O primeiro compreende as conversações entre os dois grupos sobre a convivência do casamento, costumes e qualidade dos dois jovens, capacidade de trabalho, docilidade e defeitos. No segundo combinam o Alambamento que a família do rapaz deve entregar a noiva. Depois de combinar a quantia, pode-se dizer que o A compreensão de qualquer aspecto da vida social de um povo africano- econômico político ou religioso-, passa essencialmente por ter conhecimentos completos do seu sistema de parentesco e casamento. (RADCLIFFE-BROWN, 1973).

O contrato pré-nupcial já está fixado e os dois jovens ficam comprometidos. O terceiro momento preenche o tempo necessário para realizar o casamento: preparação da casa, do enxoval e a compra do necessário para o rito matrimonial.

Figura 10 – Estrutura da família



Fonte:<https://www.google.com/>.

5 O ALAMBAMENTO

5.1 Kuibula ou kwibula. O namoro

Segundo Altuna (1985), a plena integração social do homem e da mulher, iniciados nos ritos de puberdade, está condicionada ao matrimônio. Ambos se realizam e adquirem o pleno status social quando se tornam progenitores.

Para dar mais ênfase à questão do matrimônio. *Altuna* enfatiza que o caráter comunitário e social dessa instituição se sobrepõe ao individual e privado. O contrato comunitário antecede e condiciona o individual. É mais união de grupos de que indivíduos, um fato social que compromete sobretudo duas comunidades. É a parentela que explica o casamento, e não são os casamentos que, pela sua multiplicação, explicam a parentela. (ALTUNA, 1985, p.306)

Entre os Kibalas quando um jovem pretendia se casar com uma jovem, normalmente a ação começa com a conquista, mais conhecida por *ú seka ou namoro*, geralmente, é na juventude onde começam as conquistas. A idade é algo que não é levada muito em conta, deixando o sentimento falar mais alto e porte físico, tendo em conta a maturidade dos sujeitos. Por outro lado, os atributos físicos da jovem é um elemento de bastante importância.

Tem se concluído muito amiúde, devido a observações precipitadas e polarizadas por um tipo de cultura diferente, que o banto não é capaz de namorar e que desconhece o amor. A atração dos sexos seria apenas casual e de convivência. A razão destas suposições é que não manifestam o amor como os ocidentais. (ALTUNA, 1985, p.324).

Tal como vimos acima, existem uma ideia equivocada no qual se pensa que os africanos não namoram e muitas das vezes chega-se a pensar que as pessoas são obrigadas a casar, quando na verdade no contexto Kibala e de um modo geral no contexto Angolano, os jovens antes de qualquer contato matrimonial tendem a namorar para se conhecer.

As jovens normalmente em regra gerais ficam agrupadas na casa de pessoas mais velhas, para aprenderem lições de vida, responsabilidade moral, social e ética com ênfase à vida matrimonial futura.

Entretanto é na casinha (*kandumba*) onde os jovens passam desfilando para atrair as jovens pretendentes. Nesta etapa, possuir um artefato de uso particular da jovem desejada, um pente, um colar de missangas¹⁹, ou um brinco, é considerado meio caminho percorrido

¹⁹Ornamentos locais feitos para enfeitar o pescoço das mulheres. Muito comum no seio dos ambundo.

para a segunda etapa da conquista. Todavia, a comunidade vigilante precisa consentir ou não consentir esse relacionamento que está por nascer em que se levam em conta os contras e prós entre aos dois grupos familiares.

Se não houver nenhuma contestação, a etapa a seguir será a oferenda de uma porção de tabaco cigarros, uma quantia em dinheiro para a tia paterna da jovem que está sendo cortejada. O consentimento dessa oferenda será o elo de que nada impede o namoro entre o menino e a menina, dando assim sequência para a etapa seguinte a *muibula* ou *kupuila* que implica ocupara jovem pretendida.

Essa exposição mostra o costume coletivo de matrimônio entre os Kibalas. Nada depende apenas do casal. Outra questão importante a ser ressaltada é o papel da responsabilidade social e ética que eles adquirem.

Uma considerável soma de conformidade a usos estabelecidos é essencial para uma vida social ordenada e está conformidade só pode ser mantida se as regras tiverem alguma forma e medida atrás delas. A continuidade da ordem social depende da transmissão, de uma geração à outra, de tradições, conhecimentos e habilidades, de hábitos e moral, religião e gosto (RADCLIFFE-BROWN, 1974, p.91).

5.2 Kupuila, pretender a noiva

Na *kupuila* o objetivo principal é pretender a noiva. Indagar às famílias se nada atrapalha o relacionamento. Conforme observamos anteriormente a aceitação das oferendas dadas pelo jovem pretendente à família da pretendida, como cigarros ou outros artigos adequados intercambiam o consentimento do namoro do lado de quem o recebe, no caso a tia paterna ou tio materno e posteriormente deverá informar aos pais da moça pretendida.

Os parentes da jovem devem, a seguir, marcar uma reunião com o intuito de avaliar os hábitos do jovem e da sua linhagem, no caso analisam-se se existe histórico de feitiçaria na família, abuso de bebidas alcoólicas, infertilidade, amizade ou conflitos existentes entre as duas famílias.

Suplantado de forma salutar essa fase, um mensageiro (no caso o tio materno da noiva) é mandado para a família da parte do jovem, dando as boas novas sobre o consentimento formal do relacionamento, dando abertura para que o moço possa andar na casa dos pais da namorada, de igual modo a moça que deve proporcionar a alguns trabalhos caseiros em casa da futura família na qual vai se juntar. Digamos que trata-se do experimento para ver se realmente a futura noiva será uma boa dona de casa.

Por conseguinte, essas ações de certa maneira determinam se a nora pretendida é ou não honrada, trabalhadeira e incorruptível. Quando se chega neste nível as pessoas da comunidade de forma alguma permitirão relacionamentos fora, principalmente se cometidos pela futura noiva, uma vez que qualquer ação de desrespeito do lado da mesma sujeita ao pagamento de uma multa em dinheiro e, às vezes, punições físicas, determinadas pelo soba da aldeia.

Em alguns grupos, a virgindade reveste-se de valor notável. A condição social pode também fazer encarecer o Alambamento. Não esqueçamos que nos interiores dessas sociedades aparecem bem delimitadas as camadas sociais. E uma jovem, que transmite a sua nobreza detém uma especial dignidade. (ALTUNA, 1985, p.327).

Estando tudo nos conformes, tendo a noiva cumprindo bem o papel a quando das suas idas à casa da futura sogra, o casal passa para outra fase em que os jovens formalizam o casamento, mais conhecida como *ulemba* ou Alambamento.

5.3 Ulemba, o Alambamento.

De acordo com Altuna (1985, p.327) a entrega de certas quantias de dinheiro, objetos, bebidas e animais que a família do noivo faz á da noiva, devem preceder aos casamentos tradicionais. A família do noivo, em troca, recebe um novo valor a mulher.

Chamamos de Alambamento este conjunto de preparativos e entregas que preparam e legitimam o casamento. Uma família junta a quantidade de bens necessários para que um membro seu receba uma mulher de outro grupo, que enriquecera o grupo com os filhos e o trabalho agrícola; a outra família divide os bens recebidos. (ALTUNA, 1985, p.327).

Tal como observado o Alambamento é uma ação na qual a família do noivo regulariza o casamento por meio da entrega de oferendas à família da noiva. Não se trata de compra e venda da mulher, como alguns negropeus²⁰ e europeus etnocêntricos pensam.

²⁰O termo negropeu, faz alusão a um negro que, deliberadamente ou inconscientemente, trai seu próprio grupo, participando de sua opressão. A ignorância não impede alguém de ser um Negropeu. Na verdade, a ignorância é uma das principais causas de Negropean gitis. Por outro lado, Malcom X chamou-os de "House Negro" ou "House Nigger", isto é Negro de Casa, que refere-se ao escravo que vivia na casa do senhor de escravos no período histórico da escravidão legal nos EUA. Entretanto, durante a escravidão, havia dois tipos de escravos: "Os negros de Casa", que trabalhavam na casa do mestre, e os negros do campo, que realizavam o trabalho manual no campo. O Negro de casa tinha uma vida melhor que o negro do campo, este não estava disposto a deixar a fazenda e, potencialmente, mais propenso a apoiar as estruturas de poder existentes que favorecem brancos sobre os negros, daí a terminologia negropeu.

A essa questão. Altuna explica que existem também o “casamento por troca” de noivos e de noivas entre as famílias. Os dois casais assim formados criam uma solidariedade recíproca que os compromete para o futuro. Ainda segundo a explicação, esta entrega familiar de bens tem-lhe chamado de “dote”. Mas erradamente, porque o dote engloba os bens que a esposa contribui para o casamento doados pela sua família para ajudar o jovem esposo a suportar as dificuldades econômicas iniciais, ou, os que recebe, depois de casada, para conservar o seu nível e o prestígio da família. Outros chamam-lhe “prenda” e serviria para fixar o contrato matrimonial “testemunho de aliança”, troca, “riqueza da esposa”, “oferta da noiva”, “pagamento do casamento”, “compensação matrimonial”. Nenhuma destas classificações chega para abarcar e elucidar toda a sua função social, jurídica, econômica e matrimonial. Por isso emprega-se a palavra “Alambamento”. (ALTUNA, 1985, p.328).

Entretanto, tal como vimos à prática do Alambamento está longe de ser apenas uma forma de pagamento de dote, compensação ou qual seja a forma como algumas pessoas olham. Trata-se apenas de uma ação com intuito da valorização da noiva cujo objetivo principal é o respeito aos hábitos e costume as tradições ancestrais. Não fazer o Alambamento é que se torna anormalidade e nunca o oposto.

As consequências que advêm da união concebida sem a realização do são várias e afetam principalmente as relações familiares, porque, no primeiro, limita uma serie de relações familiares entre as famílias de ambas as partes (por exemplo, as visitas tanto de um lado como de outro são limitadas), as famílias em questão, geralmente, só se relacionam em casos de circunstancias como doenças, óbito, natalidade, etc. Em segundo lugar, limita o direito do homem em relação aos filhos e condiciona o reconhecimento do mesmo em relação a família da mulher. (MATEUS, 2011, p.12).

Entre os Kibalas no ato do Alambamento a família do noivo oferece vários tipos de bebidas, como cervejas, vinhos, wisck, etc. Por outro lado, nas zonais rurais mais a bebida mais usada é a capuca²¹ e o kimbombo²². O futuro noivo, com a contribuição da família, deve juntar várias grades de cerveja, refrigerantes, panos para a mãe da noiva e para as tias da noiva, calçados para avó, e uma quantia em dinheiro num envelope representando o Alambamento que vem junto com a carta de pedido revestida em lenço e abotoada com agulhas. Importa frisar que os panos representam as fraldas que a mãe usou para vestir a moça enquanto está ainda era criança, a bebida simboliza felicidade e prosperidade que começa no convívio que esta proporcionará no ato da festa *kimbemba*, já o dinheiro representa o respeito e compensação pelos fatos pais terem criar e gastado valores na educação da filha.

²¹Bebida destilada do açúcar com fermentação, parecida com a cachaça no Brasil porém, com um teor mais forte de álcool.

²²Bebida fermentada durante uma semana em tambores com casca de frutas .

Antigamente, os bens entregues não tinham grande valor, garantiriam uma promessa que seria honrada pela futura linhagem. Nalgumas sociedades, estes bens matrimoniais não eram utilizados por quem os recebia, visto que se reservavam exclusivamente para um dia obter uma esposa para algum para algum membro da linhagem. Além disso, era pensão para uma viuvez, um laço que unia o marido com os sogros através da mulher e um selo o qual o casamento se considerava um simples concubinato. (ALTUNA, 1985, p.330).

Atualmente existem famílias que preferem enviar uma lista com o pedido para o Alambamento, já outras são mais abertas preferem não fazer o Alambamento olhando para essa prática na maioria das vezes como uma cerimônia ultrapassada, por outro lado, existem outros que por falta de condições acabam não o fazendo.

Em geral o noivo e a sua família são recepcionados com uma festa (*kimbemba*), a família da noiva prepara um banquete com bebidas e várias comidas. Na ocasião é abatido um animal doméstico, como cabrito que é oferecido à família do noivo em forma de boas-vindas. Posterior ao Alambamento segue-se *uana*, que nada mais é do que a busca da noiva, tal como veremos no tópico a seguir.

5.4 Uana, a busca da noiva

A *Uana* consiste em tirar a esposa da casa de seus familiares é o ato que carimba a junção conjugal entre o casal. Aprontada a residência em que viverá o mais novo casal da comunidade, a família do marido envia um mensageiro à casa da família da mulher com a incumbência de ir à busca da mesma. O mensageiro, geralmente é um tio mais velho ou uma tia mais velha ou um *kisoko* (Alguém com quem o casal tenha um grau de fraternidade, um amigo chegado). O mensageiro deve levar consigo alguns litros de *capuca* e também precisa prevenir-se com alguma quantia em dinheiro para o caso de haver possíveis multas devido a atrasos na chegada à casa da noiva ou de alguma gravidez antes do Alambamento.

O emissário é sempre recepcionado com festa, expõe o motivo da ida à casa da noiva e é escoltado com gritos, cantos e o bater de palmas à medida que fala sobre o motivo da ida da busca da noiva na casa dos pais.

Outra tia paterna acompanha a noiva para a sua nova residência. A nova dona de casa geralmente aparece com o rosto tapado, destapando o rosto somente posterior a apresentação efetuada pela sua família, aos familiares do noivo. Segundo os costumes locais na primeira noite as tias da noiva e do noivo devem averiguar a castidade da noiva por meio de cobertas novas e brancas que ao nascer do dia são recolhidos e devem estar machados de

6 COSMOVISÃO DOS KIBALAS SOBRE O CASAMENTO

Oh ngana niydikialowe emungu ka nahkawissu que nduku Kunduia. O feiticeiro, depois de matar muitas pessoas, amanhã quem vai lhe matar é uma criança pequena. (Proverbio- Kibala).

Compreendemos a cosmovisão enquanto interpretação pode ser entendida como a interpretação do mundo, de sua realidade global, que pretende dar uma resposta às questões últimas do ser humano, no que diz respeito à sua origem, a sua meta final. Interpretação esta que fundamenta e revela a compreensão de um eu, de um sujeito individual e coletivo. Uma cosmovisão abrange o conjunto de valores, ideias e escolhas práticas, através das quais uma pessoa ou coletividade se firmam não necessariamente de modo consciente [...]”. (REHBEIN, 1985, p.21 *apud* ADÃO, 2002, p. 37).

Por outro lado, a centralidade da cultura banta encontra-se na sacralidade, onde a Religião Tradicional Banto é constitutiva. Para os bantos, o mundo é uma criação de Nzambi. O ser humano veio de uma gruta, do seio da terra e Nzambi criou a família num só momento. A família é o centro de todas as coisas. É uma cultura matrilinear, onde a mulher possui um papel central na ordem das coisas sagradas. Assim, vida, família e comunidade estão profundamente imbricadas. Para o banto viver é viver em comunidade. Suas festas são marcadamente comunitárias. Quem vive em comunidade não morre, torna-se um ancestral: o banto confunde-se com o defunto. As Irmandades, Confrarias, Quicumbis, Congadas, expressões fortes do catolicismo popular, são enculturações bantas. (ADÃO, 2011, p.59 *apud* ADÃO, 2002, p. 38).

Para os Kibalas o casamento é o limiar de todos os acontecimentos, é uma das manifestações culturais do município da Kibala mais importantes na vida de cada elemento da comunidade, depois dos ritos de iniciação.

O matrimônio é o drama em que cada um participa como ator ou como atriz e não como mero espectador. Por isso é um dever, uma experiência fixada pela comunidade e um rito de vida em que cada um deve tomar parte. Quem não participa é uma maldição para a comunidade, um rebelde: não só é um anormal como chega a um nível inferior ao humano. Em geral, se um indivíduo não casa, significa que rejeitou a sociedade e que a sociedade o rejeitou a ele (ALTUNA, 1985, p.303).

6.1 A Religião entre os Kibalas

*Oh kimbikie ndakizuata ni kidi
O morto, anda, veste e come. A pessoa a pessoa que está para morrer faz tudo ainda na vida. (Proverbio-Kibala).*

A implicância sócia religiosa do casamento exige um conjunto de assentimentos que decidem a justeza e o enriquecimento, a cuja pujança o banto sacrifica os seus interesses e caprichos. O contrato matrimonial simboliza a vida comunitária dada pelo hipônimo e recebida de Deus. Por isso, o consentimento não é exclusivo dos noivos. “No entanto, predomina o tipo das famílias – pai, mãe, poder avuncular, pater-família e até do seu “grupo de idade” ou ‘sociedade secreta’”. (ALTUNA, 1985, p.315).

Os povos africanos antes da chegada dos colonos cultuavam a natureza e acreditavam num ser supremo detentor do construto do mundo e do universo, na qual tudo está conectado. Particularmente, os povos Ambundos, têm a figura de Nzambi como o criador do mundo e do universo e a seu lado estão os *Inkisses* que representam os outros deuses ao seu serviço.

Com a chegada dos colonizadores os povos africanos passaram a ser vistos como pagãos. Visão essa que está intimamente atrelada ao etnocentrismo. No entanto, os povos africanos eram constantemente acusados de serem adoradores do demônio, fato este que culminou com o genocídio de várias populações e a consequente implementação da religião cristã ocidental através da força como única e verdadeira. Quando na verdade sabemos que a religião é uma instituição feita pelo homem para se conectar ao divino na qual cada povo é livre de se conectar ao divino tendo em conta a sua realidade local. Entretanto, devido à todas essas práticas com fundamentos da influência colonial portuguesa aos povos Angolanos foram convertidos ao catolicismo e durante vários séculos o cristianismo se tornou preponderante na região.

Assim sendo, tendo em conta que os povos africanos nunca foram passivos a colonização, através de revoltas e descontentamentos por parte de alguns elementos cristãos africanos, algumas congregações tomaram outras formas, passaram a fazer um sincretismo entre o que era local com o que estava contido na bíblia.

O registro mais antigo que se tem de reformadores é de 1632, o seu protagonista foi o congolês Francisco Casola, o qual defendia um cristianismo africanizado separado do catolicismo; em 1704, Mama Mafuta, uma camponesa e, logo em seguida, Kimpa Vita pertencente a família real também rompeu com o catolicismo e reivindicaram um “cristianismo africano”. Em 1918 surgiram, na mesma região, Simon Kimbangu

rompendo com a missão protestante Inglesa reivindicando um cristianismo aos moldes africanos. O resultado foi que surgiram outros movimentos religiosos inclusive fundamentais para o início do processo de libertação das colônias africanas. (KILALA, 2016, p.18)

Os Kibalas na sua maioria são cristãos. Por outro lado, estes por serem um subgrupo dos Ambundos têm nos seus costumes locais o culto a natureza e creem em várias entidades que são conhecidas como *Inkisses*, na qual algumas famílias fazem oferendas para abençoar a pesca, caça e agricultura.

No entanto, afirmava-se que essas crenças não trazem nenhuma contribuição, porque a sua religiosidade não ultrapassou o feiticismo tosco e elementar. Estas apreciações obedeciam a um desconhecimento completo a formulações apriorísticas, apoiadas em descrições superficiais e tendenciosas. E ainda persistem, ao ponto de considerar a religião tradicional como uma religião menor entre as não-cristãs. (ALTUNA, 1985, p.356).

Então, apesar da influência colonial portuguesa e o acirramento da religião local ainda assim, algumas famílias praticam a religiosidade local como a Kimbanda²³ (adivinhação, oferendas e curas), mesmo que de forma tímida e restrita, uma vez que por

²³De acordo com o Blog MarNegroMoufty (2019) A origem da terminologia Kimbanda vem da língua Kimbundo pertencente ao grupo etnolinguístico de Angola(#Ambundu) que significa; curandeiro curador e médico espiritual. Kimbanda é similar ao N'ganga N'kisi que é por si só um elemento essencial na religião Candomblé de origem Kôngo. A terminologia N'ganga N'kisi vem da língua Kikongo que pertence ao grupo etnolinguístico Kôngo de AngolaCongoRD e GabãoE ambos (Kimbanda e N'ganga têm o mesmo fim dever ou significado. Em Angola, do ponto de vista histórico antropológico cultural, sobretudo etimológico, a terminologia Umbanda ou M'banda está intrinsecamente ligada a arte de curar. Só para se ter uma noção, em Angola no passado o Kimbanda era (e ainda continua ser) uma entidade que conseguia resolver problemas ligados a natureza e particularmente de saúde humana espiritual e não só. Era também o último recurso quando não se conseguia encontrar "uma determinada" solução de um eventual problema social. Tudo porque a ancient sociedade Ambundu acreditava que todo problema que vivemos derivava de uma má gestão espiritual. Daí o Kimbanda ser um elemento que dominava "amorosamente" o mundo espiritual, mas com o intuito de trazer soluções para o mundo físico. O Kimbanda como um elemento de capital importância tradicional espiritual e cultural, tinha como dever respeitar em primeiro lugar a tradição e, sobretudo conhecer também a natureza que gerava (e até hoje gera) recursos que servia de equilíbrio entre os dois mundos. Antes da invasão colonial Cristã o Kimbanda era um elemento de suma importância na sociedade Ambundu. Para desassociar os Ambundu ou os povos indígenas da sua cultura tradição e espiritualidade, o colono português criou essa aversão ao povo para implantar o seu colonialismo religioso cristão. E de facto resultou. O Kimbanda na cultura Ambundu não é e nunca foi um elemento ou entidade religiosa, mas sim, um médico espiritual com dons e poderes especiais. Apesar do dom ele também era instruído e obrigado há ter conhecimentos acerca da naturopatia. Ou seja, o Kimbanda não obstante de ser um médico espiritual ele também era considerado um naturopata ou aquele que domina a medicina tradicional por excelência. Como médico ele tinha como propósito resolver problemas da sociedade em que estivera inserido, mas sem sair da órbita ou padrão cultural tradicional e espiritual. Disponível em: <https://medium.com/@jooniangongombokina/porqu%C3%AA-que-kimbanda-no-brasil-%C3%A9-um-elemento-ligado-a-religi%C3%A3o-e-em-angola-%C3%A9-uma-entidade-fora-do-fe8f64e96c02>. Acesso em 10 out 2019.

conta da colonização as pessoas que cultuam a religião local são estigmatizadas pela sociedade. Prova disso é a vida dupla que muitos kibalas levam, num momento cultuam na religião cristã, volta e meia se dirigem nos cantos da casa para fazer oferendas aos deuses.

*Andam armados em religiosos mais quando estão doentes vão ao kimbanda.
(Trecho da música “Loucos”, Yannick Afroman, 2018).*

Tal como observamos, apesar da influência da religião cristã entre os Kibalas, a maioria do povo quando está com alguma enfermidade recorrem aos tratamentos tradicionais, curandeiros e *kimbandeiros* para resolver as suas enfermidades, fato que mostra o quão a população Kibala tem ligação com a sua ancestralidade e religiosidade tradicional. No tópico a seguir falaremos sobre o Alambamento tradicional entre os Kibalas, onde traremos mais condimentos sobre a dimensão religiosa para os kibalas.

6.2 O Alambamento Tradicional entre os Kibalas.

Kaxinji walivita ununa. Se você se acha poderoso, assume as consequências dos teus atos. Eis um adágio Kibala que faz referência a repreensão dos homens que fazem Alambamento mais de uma vez, as famílias não aceitam. (Proverbio-Kibala).

O Alambamento é uma prática nupcial em que os familiares do homem levam uma série de oferendas ao grupo da mulher, no sentido de estabelecer uma ligação entre ambas às famílias. O homem á sua família integravam um novo membro ao seu grupo, no caso a mulher. Por outro lado, o outro grupo se sentido desfalcado pedi uma compensação como restituição da saída de uma integrante do seu grupo (muitas vezes essa jovem ajudava na casa, na confecção de comida e cuidava dos irmãos menores na ausência dos pais). Tornando-se assim parte da família do marido com o nome acrescido da família do marido no seu.

É imperativo inferirmos que ainda que certos evolucionistas olhassem para a prática do Alambamento como compra e venda da mulher, tal como o padre Francisco Valente, depois de ter estudado o Alambamento no Huambo e arredores, até onde pode fazê-lo, condenou no seu livro, escrito sobre a matéria, como um costume vexatório da desigualdade da mulher Africana e que isso deveria ser abolido. (MBAMBI, 1997, p. 1) Na instituição do Alambamento não existe a compra e venda da mulher e muito menos existe essa noção. Nota-se, porém, que não se fala de “compra” ou “venda” da mulher embora essa instituição de uso a abusos e prepotências que a de formam (ALTUNA, 1985, p.327)

Radcliffe-Brown (1974) infere que pesquisas antropológicas feitas em várias sociedades africanas mostraram que um casamento envolve toda uma série de prestações em dinheiro ou serviço, que se deve por lei ou costume. Entretanto, os prestamentos a que nos mencionamos são todas aquelas oferendas e os bens exigidos pelo costume local do Alambamento no seio dos Kibalas, cujo único intuito é de instituir um casamento válido e aprovado pela família e a comunidade de formas a prestigiar e homenagear os antepassados.

O Alambamento não é tutelado pelas autoridades políticas com base nas raízes do regimento civil ocidental, é obtido através de um contrato entre dois clãs, os familiares do noivo e da noiva. Trata-se da união entre duas famílias com base em interesses idênticos na qual se presa primordialmente para continuação das suas linhagens que serão parte constituinte dos dois grupos.

Diferente de outras formas de autoridades legais, o Alambamento serve de instrumento oficial e público para garantir e provar o consentimento dos dois grupos; é laço definitivo, específico. É título com valor jurídico para realizar a aliança matrimonial. Firma a aliança e conclui a solidariedade física e mística. Vale como instrumento comprovativo público do consentimento intergrupar (ALTUNA, 1985, p.331).

Entretanto, o fato em questão é a perda que um grupo com a saída de um dos seus membros para fazer parte de outro grupo, uma perda significativa para o grupo. O elemento mais preponderante no *valor* de uma mulher é justamente a fertilidade.

O casamento banto realiza-se quando se torna fecundo em filhos. Um dos fundamentos da vida social repousa nas noções de paternidade e maternidade. O casamento faz-se obrigação social, demonstra responsabilidade perante a sociedade, equilíbrio moral e dá sossego religioso (ALTUNA, 1985, p.68)

Á vista disso caso o marido se descobrir estéril a família da mulher tem o direito de ir a busca da sua filha, em outros casos, existem famílias que propiciam a relação sexual de um dos irmãos do marido para gerar filhos com a esposa do homem estéril. No caso da mulher, os seus familiares devolvem o Alambamento ou arranjam um relacionamento com uma das irmãs solteiras para gerar filhos para o casal.

Durante o ato matrimonial, a família toda do marido participava do casamento, principalmente, no dia da entrega do Alambamento. Todos os homens maiores de idade tem direito a opinião sobre o valor monetário a ser entregue a família da noiva, tal como supra citamos a cima esses valores monetários representam uma compensação pelo fato dos pais da noiva terem dado uma boa educação a jovem noiva e conseqüentemente por terem gasto determinados valores ao longo da sua educação.

Se por acaso o noivo tiver poucas capacidades financeiras, cunanga²⁴²⁴, as famílias do pai e da mãe se reúnem e juntam os bens para o ajudarem no Alambamento. Isto porque ao casar-se com um dos membros da família a mulher não está apenas casando com um homem e sim com a família toda, daí a ajuda das famílias, porém, não lhe será admitido envolver-se sexualmente, sem que este compense as famílias pelo Alambamento.

Deste modo, as famílias que vivem sem fazer o Alambamento vivem sob grandes problemas sociais, um deles é a privação do homem de ver os filhos e o não reconhecimento dele perante família da esposa como marido da esposa e conseqüentemente esses filhos são considerados da família da mulher; o tio materno pode cometer atos de bruxaria levando a morte das crianças que nascem na vida conjunta sem a realização do Alambamento.

Radcliffe-Brown (1973) infere que este fenômeno está baseado no fato de haver “tribos” africanas, onde a posição social de uma criança na estrutura social depende da fonte dos pagamentos para o casamento da mãe.

Tal como observamos, havia e há toda uma dinâmica em torno do Alambamento na qual envolve a participação ativa da família e da comunidade, antecipadamente a expansão do modernismo por meio da colonização portuguesa. De uma forma coletiva no seio dos *Kibalas*, esse ato cultural revigorava os laços familiares do patriarcado e do matriarcado, embora que este último apareça muito pouco. Todavia, o poder do chefe da família (o pai) inibia o término do matrimônio pelo fato da esposa não poder largar o esposo sem que o seu grupo devolve-se as oferendas que o esposo deu para o Alambamento. Mas isso não significa que o homem podia fazer e desfazer da mulher.

Altuna (1985), explica que quando o marido não cumpre os mais elementares deveres (cuidar da esposa, respeitar, dar filhos, etc) de esposo e pai a mulher pode pedir o divórcio. Por outro lado, o autor ainda explica que nos meios tradicionais, as separações temporárias são mais frequentes que as definitivas. Basta que haja rixas frequentes, infidelidades, ou que o Alambamento não tenha sido entregue por completo. As mulheres regressam às suas famílias e, normalmente, depois de um período de tempo, as famílias conseguem reconciliá-los.

Dessa maneira, a possibilidade de divórcio debilita a instituição matrimonial banto, que por si tende à estabilidade. “Mais que uma questão de princípios, o divórcio é uma

²⁴Cunanga são aquelas pessoas que não trabalham, as vezes também são denominadas aquelas pessoas que trabalham mais que ganham muito pouco

solução prática perante uma situação de fato, criada pela impossibilidade de continuar o casamento.” (ALTUNA, 1985, p.341).

Alguns *Kibalas* já não praticam o casamento tradicional seguindo os costumes, por outro lado, existem outras famílias que ainda praticam o casamento tradicional banto. Desta feita, como já descrevemos o significado do Alambamento dentro da sociedade “tradicional “Kibala, podemos inferir que as causas que estão na base da mudança no Alambamento dentro da sociedade Kibala, entre outras causas, tem a ver com os abusos e deformações do Alambamento.

Desta feita recorreremos novamente ao capítulo 7 do escrito de Altuna. O escrito faz referência à época de 1985, época na qual as pesquisas e as publicações de Altuna foram elaboradas. Todavia, é imperativo levar em consideração que apesar da mudança de época, alguns aspetos dos acontecimentos aqui abordados estiveram presentes até no momento atual, no seio dos *Kibalas* sendo estes constituintes dos Bantos.

De acordo com este Altuna (1985) a introdução do sistema monetário polarizou o Alambamento no dinheiro e distorceu os mecanismos tradicionais. Os tutores transformaram a mulher em fonte de ingressos, em objetos cobiçados de lucros desmedidos. Os homens aproveitaram a instituição para alimentar suas paixões e solidificar uma prepotência, contrária a tradição e que rebaixa a mulher até a colocar a mercê de seus caprichos.

Para dar mais ênfase a questão da harmonia social. *Altuna* enfatiza que a nova economia, baseada no dinheiro, e o insipiente consumismo excitaram a ganância, a rapariga converte-se em fácil e cômoda fonte de ingressos, cada vez mais lucrativa uma vez que a entregam a quem mais dá com detrimento da sua dignidade, liberdade e estabilidade matrimonial. (ALTUNA, 1985, p.338).

Em vista disso, muitas famílias atualmente pedem valores exorbitantes à família do noivo no seio dos *kibalas*. Existem famílias que chegam ao cúmulo de pedir terrenos de casa, um ano de sinal de antena parabólica paga. Entendemos que com a dinamicidade dos tempos os bens que se pedem nas oferendas tendem a mudar. Se outrora por se tratar de uma sociedade totalmente agrária se pediam majoritariamente meios agrícolas, atualmente por conta da globalização é compreensível que peçam meios que fazem jus a realidade atual. Porém, muitas famílias se aproveitam da situação para explorar a família do noivo, fato que faz com que muita gente olhe para esta prática como venda da noiva, tirando o verdadeiro simbolismo do casamento tradicional.

Logo, a noção de “trato” alheia a estas sociedades, ao introduzir-se com rapidez, traumatizou a sociedade e quebrou o seu equilíbrio. Como em tantos outros aspetos, a erupção

violenta ou muito rápida de modos de comportamentos estranhos desagregou a harmonia social e desnivelou os mecanismos reguladores (ALTUNA, 1985, p.338)

Em suma, todos esses aspetos fazem com que muitas famílias entre os Kibalas hoje em dia já não pratiquem o Alambamento. Entretanto, uma das formas de resolver este problema seria justamente o enquadramento do casamento tradicional Alambamento dentro do ajuste jurídico no sentido de regularizá-lo e normatizar no sentido que acabar com os excessos praticados por algumas famílias e consequentemente preservar a prática do casamento tradicional, no sentido de tirá-la do segundo plano.

Utilizamos o termo segundo plano para fazer alusão à colonização, ou seja, com a introdução do casamento ocidental as populações locais sentem-se realmente casadas depois que passam pela religião ocidental e quando vão à conservatória, fazendo com que o casamento tradicional seja posto em segundo plano.

Quando na verdade não se casar no tradicional traz várias implicações como: acabar com a harmonia social da família local; a não legitimação dos filhos perante as famílias e a comunidade; evita (*dizumbas*) problemas familiares e desestruturação das mesmas e evita desgraça de feitiçaria no seio das famílias, etc. Por isso é de grande importância a regularização da instituição do casamento tradicional no sentido de reafirmar os valores dessa instituição no seio da população para um bem coletivo, tal como veremos mais adiante.

6.3 A festa do Alambamento

Katelebo Kadyebo. Não contribuiu, não espere usufruir. (Provérbio-Kibala).

A festa do Alambamento é sempre um evento planejado, pois ela envolve o contato com a ancestralidade através do ritual de passagem da vida de solteiro para a vida a dois. A família da noiva se dividia em duas partes, paterna que cuidavam da fermentação das bebidas como *capuca* e a parte materna que eram os responsáveis dos preparativos dos pratos típicos para como a muamba de galinha de óleo de palma com funge²⁵ de bombo. Assim que tudo estivesse pronto a família da mulher mandava visar à família do marido que tudo estava apostos para recebê-los.

Ao chegar à casa da família da mulher, vários panos eram estendidos na parte de fora da casa até na sala onde os mais velhos da linhagem da mulher estariam reunidos para receber o noivo e o seu grupo. No entanto, à medida que o noivo passa pelos panos, isto é, cada passo que o noivo dá obrigatoriamente tem que deixar cair do seu bolso alguns

²⁵Comida local feita através da mandioca transformada em fubá.

emolumentos que representam oferenda para as tias da noiva que cozinham a noite toda para alimentar os seus familiares.

Posteriormente vem a parte religiosa, o casal recebe a benção dos mais velhos que fazem vênias aos ancestrais e também conselhos sobre a vida matrimonial no sentido de respeitarem um ao outro, fato que ocorre geralmente em um luando²⁶ que fica estendido no meio da sala. Depois deste momento, inicia-se então a festa ao som do batuque, músicas e muita dança banhada de capuca²⁷, vinho de palma ou maruvo²⁸, entre outros. Entretanto, depois da festa a noiva é levada para a sua nova casa junto da família do marido.

É importante inferirmos também sobre o significado dos *itens* que eram pedidos na altura. Pediam normalmente enxadas, pano tradicional, barras de sabão, e tabaco. A enxada representava o cultivo que os pais da noiva faziam da qual alimentavam a filha; os panos tradicionais significam as fraldas que os países gastaram nos cuidados higiênicos da filha; as barras de são simbolizavam a lavagem e os vários a seios e cuidados que a mãe teve ao lavar a filha durante a sua criação; e o tabaco simbolizava os momentos de reflexão que os pais ficavam no campo trabalhando horas sem parar.

6.4 Sistema de Parentesco Kibala.

As organizações sociais banta, baseadas nas consanguinidades real ou mística, exigem um meio de transmissão, de herança e de preferência que liguem a uma das genealogias biológicas que toda pessoa recebe ou transmite: a paterna e a materna. As sociedades humanas adotam um sistema de descendência, cujo ponto de referência se situa num dos progenitores ou em ambos, (ALTUNA, 1985, p.104).

Isto posto, embora as categorias de gênero tal como as conhecemos sejam invenções ocidentais e engendrada nas sociedades africanas, tal como inferem alguns autores Africanos:

Colocado de forma mais simples, ‘na sociedade Yorubá pré-colonial a forma corporal não fundava uma base da hierarquia social: os homens e mulheres não eram classificados segundo distinções anatômicas. Esta situação explica-se porque o conceito tem a sua origem nos ‘discursos filosóficos acerca das distinções entre o corpo, a mente e a alma, e nas ideias acerca do determinismo biológico e das ligações entre o corpo e o social. Colocado de uma forma simples, ‘antes da colonização pelo Ocidente, o conceito gênero não fazia parte dos princípios

²⁶É uma esteira grossa, feita de papiro, muito utilizada pelos ambundus para dormir, substituindo um colchão na realidade das famílias que não tem condições. Outrora á cama das populações ambundas.

²⁷Bebida local destilada do açúcar parecida com a cachaça, porém, com um teor de álcool bem mais elevado.

²⁸Bebida local fermentada derivada da palmeira.

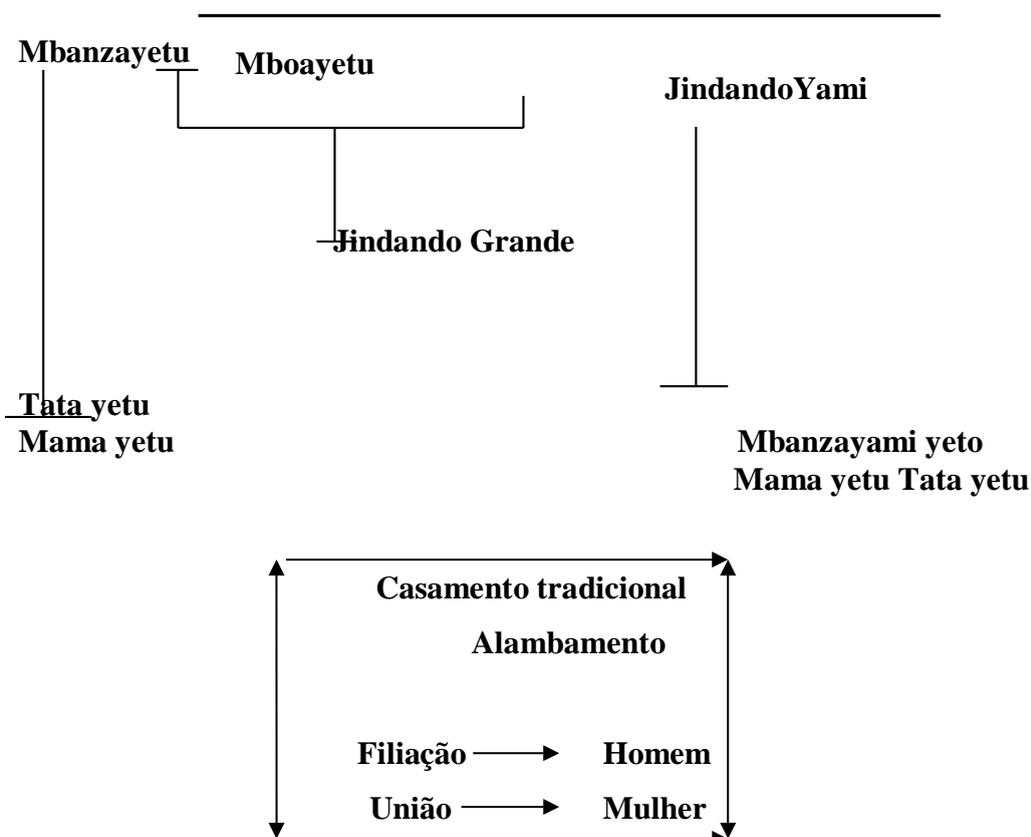
organizativos da sociedade Yorùbá. Pelo contrário, o princípio fundamental da organização social era a senioridade definida pela idade relativa. (ADESINA, 2012, p.201).

Ou seja, no contexto africano a questão não no sentido de hierarquização comparada, superior. Ainda que corroborem com essa crítica positiva, no entanto, o nosso trabalho no momento não comporta a construção de críticas as categorias feitas pela antropologia do século passado nos propõem nos próximos trabalhos nos debruçar sobre o assunto dentro de um viés crítico. Desta feita trabalharemos de forma positiva com certas categorias utilizadas pela antropologia clássica para alavancar o nosso trabalho.

Então, na África bantu, o sistema de descendência ou de parentesco é unilinear ou unilateral. Existem, pois, dois sistemas: o patrilinear e o matrilinear. A descendência está ligada a uma só linhagem. As relações entre as pessoas que se consideram aparentadas por consanguinidade real, fictícia ou putativa, são chamadas de “parentesco” (ALTUNA, 1985, p.203).

Logo abaixo ilustraremos o diagrama do sistema familiar banto e mostraremos como funcionam as relações entre ambas às famílias depois da realização do casamento tradicional Alambamento entre os Kibalas.

Diagrama do Casamento Tradicional Alambamento²⁹.



²⁹Diagrama de nossa autoria. Elaboramos para ajudar na descrição

De acordo com Radcliffe-Brown (1973) um sistema de parentesco e casamento pode ser encarado como um arranjo que capacita pessoas para viverem juntas e cooperarem umas com as outras numa vida social ordenada. Desta feita, descreveremos abaixo as relações que existem entre as famílias depois da prática do Alambamento entre os Kibalas.

Tal como podemos observar no Diagrama, o marido (*mbanza yeto*) trata a esposa por *mboa yeto*, Por outro lado a noiva depois de casar deixa a sua família (*jindando*) para se juntar a família do marido, passando a tratar o pai do marido por (*mbanza yami yeto*) e a mãe do marido por (*mbaza mama yeto*), devendo muito respeito a eles, ao mesmo tempo em que os trata como pai e mãe, e estes a tratam como filha (*nawayami*). O novo laço familiar chama-se *Jindando grande*, na qual todos estão integrados. O homem por sua vez também passa a ter outras responsabilidades em relação à família da mulher, pois ele como marido é recebido pelos pais da mulher como se fosse um filho em sua casa, devendo este muito respeito à família da mulher.

Por conseguinte, esse novo laço familiar também traz consigo uma série de normas, uma vez que o marido e a mulher são tidos como novos filhos para ambas as famílias são necessárias que estes demonstrem respeito. Exemplo desse respeito é quando:

Os mais velhos estão a falar, os filhos não podem falar até que lhes passem a Palavra, ainda que este assunto seja de extrema importância para ele ou mesmo que ele entenda melhor do assunto. (Ensinamentos do povo Kibala)

Todavia, um exemplo do respeito das normas da mulher com a família do marido é:

Quando a nora não fala mais alto que a sogra dentro de casa e procura fazer todos os deveres e acima de tudo quando faz um dever de casa sem reclamar da sogra, respeitando sempre o que lhe é dito. (Ensinamentos dos povos Kibala)

Então, todas essas relações criam de certa maneira o pacto de sangue entre as famílias, que em geral, consiste num pacto-aliança que dois indivíduos ou os representantes de dois grupos concluem, por um ato ritual no qual fazem entre si troca de sangue. Ligando os com obrigações severíssimas e cria uma fraternidade de sangue, melhor, uma ficção de como se fossem irmãos. (ALTUNA, 1985, p.122).

Desta feita, o casamento tradicional Alambamento é um reajuste social, por meio do qual o homem passa a pertencer à família da mulher e a mulher passa a pertencer à família do homem, desta forma, eles passam a renovar votos de irmandade e de sangue entre duas famílias constituindo uma nova família. No entanto, essas novas relações podem ter altos e baixos, porém, não devemos confundir com algo negativo, pois assim como a vida, as relações familiares tendem a ter os seus bons e maus momentos. Porém, o respeito do marido

e da esposa para com a família de cada um é sempre posto em primeiro plano sobre qualquer circunstância.

6.5 Tabus dos Kibalas

O Alambamento desde os seus primórdios foi proibido³⁰ entre mãe e filho, pai e filha, tio e sobrinha, sobrinha e tio e entre irmãos. A lei da exogamia e clânica e da endogamia “tribal” parece geral: “Jamais se desposa o próprio sangue.” Os “mesmos sangues não se amam entre si”. A infração da exogamia qualifica-se de incestuosa. (ALTUNA, 1985, p.322)

No entanto, podemos inferir que o casamento entre pessoas da mesma família se constitui como uma prática incestuosa em outras partes do continente africano, tal como podemos ver na citação a baixo:

O lobolo era proibido entre descendentes do mesmo avô, isto é, entre primos em primeiro grau. Estas proibições estavam ligadas ao fato de serem vistos como sendo pessoas do mesmo grupo clânico, mas não só. Entre os *rhongas* havia repulsão instintiva em confundir e misturar *vuxaka*, parentesco por consanguinidade e *vukon* “wana, parentesco por aliança. O sistema de casamento rhonga é patrilinear e tem como regra a exogamia, que é o costume de casar-se (lobolar) fora do clã. O régulo Zanta disse-nos que, por exemplo, “*um Tembe não podia casar com uma Tembe, pois eram considerados parentes clânicos*”. (MUSSANE, 2009, p.58).

A propósito disto, Lévi-Strauss (1976) teve o foco da sua análise na instauração da regra como marco de passagem do estado da natureza para a cultura, ou seja, um salto para a regra particularmente universal: a proibição do incesto. A regra de exogamia teria, a seu ver, a função de assegurar a permanência do grupo- pois quem não se casa com a mãe, a irmã e a filha veem-se obrigado a casar com outras mulheres. Por outro lado, Lévi-Strauss abriu a possibilidade de revelar que certos sistemas de família e casamento eram apenas sistemas de casamento. Entretanto, não era pela descendência que se perpetuavam os conjuntos de direitos, mas pelo casamento visto como aliança, que é de fato o casamento observado como instituição absoluta.

No seio dos Kibalas a prática do incesto é vista como uma ação desvirtuosa, algo que só alguém em busca de feitiço o faria, no caso um bruxo (*ngapa*). Entre os Kibalas existem também vários mitos em torno da prática do incesto como uma instituição que

³⁰Proibição convencional imposta por tradição ou costume. Aquilo que a sociedade considera como tradição, intocável ou imutável. Segundo Radcliffe-Brown (1974), o tabu tem a ver com proibições ou evitações ritualísticas. Uma proibição ritualística é uma regra de comportamento que está ligada a uma crença segundo a qual uma infração a essa regra resultará numa modificação indesejável do estatuto ritualístico da pessoa que não cumpriu essa mesma regra.

acarreta muitas desgraças para a família, na qual desse envolvimento podem-se originar filhos prematuros, filhos que nascem como animais, bruxos, albinos, etc. Por isso entre os Kibalas se evita e se repudia o tabu do incesto.

Só pessoas que vão à busca de feitiço (*pemba*) é que acreditam na prática do incesto. Geralmente essas pessoas recebem feitiço para ter dinheiro, sucesso na vida, mulheres, etc. Para isso indivíduo acredita que ao se deitar com a própria mãe ou com a irmã, possuirá poderes sobrenaturais.

No tópico a seguir falares sobre o Alambamento como troca e seu significado se contrapondo a noção de compra e venda da mulher.

6.6 Alambamento como troca e seu significado se contrapondo a noção de compra e venda da mulher

Posteriormente as pesquisas do antropólogo Malinowski (1962) no Pacífico Ocidental, Boas (1938) entre os povos indígenas americanos e Radcliffe-Brown (1950) e a análise, comparação e interpretação dos dados etnográficos destes, por Marcel Mauss (1972) e Lévi- Strauss (1976), o campo dos estudos na área da antropologia auferiu um grande desenvolvimento.

Teorias inovadoras possibilitaram outras perspectiva de análise e de modos distintos em função de cada sociedades anteriormente consideradas não civilizadas. Com isso, Mauss apresentou para o campo antropológico o trabalho que aborda o trabalho intitulado “Ensaio sobre o Dom”. Por outro lado, o Antropólogo Lévi-Strauss publicou “As estruturas elementares do parentesco”, trabalho em que estuda os aborígenes na Austrália, particularmente, os seus sistemas de matrimônio e parentesco. No seu estudo, o antropólogo evidencia que as alianças são mais importantes que os laços de sangue.

Tal como observado, as transformações que surgiram no campo dos estudos antropológicos são relevantes a medida que possibilitam-nos entender aspectos gerais da antropologia. Entretanto, é importante ressaltar que apesar de serem estudos fundadores e primoridas no nosso campo de estudo, tais estudos refletem a realidade ocidental que pouco ou nada atende aos interesses dos povos africanos. Nesse sentido, o desafio para pesquisadores africanos é re(formular) teorias que se adequem à realidade africana e que leva em conta aspectos da oralidade muito presente e marcado no alambamento. Com isso, é importante um diálogo interdisciplinar, como afirma Ki-Zerbo (2010):

[...] na ausência de fontes escritas, a história da África deve coligar todas as fontes disponíveis para reconstituir o passado. E a carência pode, afinal, transformar-se quase num fator positivo, na medida em que permite fugir ao peso esmagador da escrita, que por vezes acarreta uma depreciação implícita das outras fontes. Por outro lado, a pesquisa histórica e das ciências humanas na África sofreu, por longo tempo, de dois males contraditórios. Em primeiro lugar, a deformação historicista, que leva a considerar o fluxo do processo social como um rosário cujas contas são eventos datados; em segundo lugar, a obsessão de reconstituir um calendário que torne inteligível a evolução dos povos, e a indiferença por tudo mais (economia, estruturas sociais, culturas). Daí essa história linear, genealógica, fatural, em suma, esquelética, pois que desprovida da própria carne da vida. Um outro desvio, ainda mais pernicioso, oriundo talvez, em parte, do preconceito de primitivismo aplicado à realidade africana por um evolucionismo sumário, analisa estruturas atemporais, abolindo a profundidade histórica, sem a qual, no entanto, as referidas estruturas perdem seu significado tanto objetivo quanto subjetivo. É o que acontece com certos pesquisadores a quem as disciplinas enchem de auto suficiência: esses linguistas alérgicos a toda e qualquer interferência cultural e esses etnólogos funcionalistas que recusam toda dimensão histórica. Felizmente, essas “murallas da China” disciplinares vão desmoronando progressivamente. (KI-ZERBO, 2010,p.388).

É importante frisar que ao nos referimos sobre a avalanche de pesquisas ocidentais não estamos a tecer críticas às tais pesquisas. Pelo contrário, chamamos atenção para necessidade adequarmos tais teorias a realidade africana, estabelecendo uma interdisciplinaridade e intersecção teórica produzida em África. Conforme apontamos anteriormente, o estudo da arte sobre o alambamento é antigo. Entretanto, alguns evolucionistas como o padre Francisco Valente, ao se debruçar sobre o assunto no Huambo e outras regiões de Angola, condenou o alambamento considerando-o como um costume vexatório da desigualdade da mulher Africana e que isso deveria ser abolido. (MBAMBI, 1997, p. 1).

Por outro lado, existem outros pensadores como Radcliffe-Brown (1974) que olharam para essa prática sem julgamentos baseados na sua própria realidade cultural, e sim, com base na interpretação cultural dos sujeitos dos grupos observados.

Se um casamento, em África, implicasse verdadeiramente a compra de uma mulher, como afirmam certas pessoas ignorantes, então poderia existir uma relação próxima, permanente, entre um homem e a família da sua mulher. Mas se os escravos podem ser comprados, as mulheres não. (BROWN, 1974 *apud* MUSSANE, 2009,p.66).

Assim como podemos observar, existe uma ideia errada em relação ao casamento tradicional difundidos por um pensamento eurocêntrico. Entretanto, no seio da sociedade Kibala, em Angolana de um modo geral, certos órgãos de comunicação de massa difundem tais ideias alienantes através de narrativas eurocênticas fruto da colonização.

Duas delas é o casamento dentro do mesmo grupo e a obrigação da menina para contrair o matrimônio por parte dos familiares. Estas ideias são bastante equivocadas, porque

dentro das sociedades Bantu os jovens aprendem desde pequenos que não podem ter nenhum tipo de envolvimento sexual dentro do seu próprio grupo (incesto), caso isso aconteça os filhos dessa relação podem nascer com deficiência e também constitui uma grande falta de respeito praticar tais atos dentro do próprio grupo.

Uma família junta a quantidade de bens necessários para que um membro seu receba uma mulher de outro grupo, que enriquecerá o grupo com filhos e trabalho agrícola; a outra família divide os bens recebidos. Este costume parece ser tão difundido que especifica o casamento negro-africano. Note-se, porém, que não se fala de “compra” ou “venda” da mulher embora esta instituição de aso a abusos e prepotências que a deformam. (ALTUNA, 1985, p.327).

Para Marcel Mauss (2001) a troca é também uma linguagem, uma forma de comunicação em que se trocam bens, mulheres, linguagens, etc. O argumento central do *Ensaio sobre o Dom* é de que a dádiva produz aliança, tanto as alianças matrimoniais como as políticas (entre chefes ou diferentes camadas sociais), religiosas (como os sacrifícios entendidos como uma forma de relacionamento com os deuses), econômicas, jurídicas e diplomáticas (incluindo-se aqui as relações pessoais de hospitalidade). Este autor via a vida social não só como uma circulação de bens, mas também de pessoas (mulheres concebidas como dádivas em praticamente todos os parentescos conhecidos, nomes, palavras, visitas, festas, etc). (MAUSS, 2001 *apud* MUSSANE, 2009, p.67).

Longe da compra e venda da Mulher o casamento Bantu é baseado no encontro entre famílias e não o contrário como se tem propagado. O Alambamento não é um mero negócio onde as famílias se sentam para estipular um preço para comprar a noiva, pois é muito mais do que isso. O Alambamento é a continuidade das culturas, e representa o surgimento de uma nova família dentro da sociedade. O que acontece é que existem regras e valores simbólicos que devem ser compactuados entre as famílias envolvidas. O valor simbólico que pedem à família do noivo está muito longe de ser uma compensação econômica, muito pelo contrário, ela representa o respeito que uma família tem pela outra, pelo fato de terem criado e educado tão bem a nova integrante da sua família (família do noivo).

Os bens que compõem o Alambamento variam segundo as regiões, nível e tipo de economia e a proximidade dos ambientes destruídos. A beleza e a juventude da mulher, seus dotes e preparação tem, sem dúvida, influência. A jovem educada que, além de ter a instrução primária, sabe cozinhar, lavar e passar ferro, é mais valorizada. O mesmo acontece com mulher que deu provas da sua fecundidade ou demonstrou a sua perícia e laboriosidade na agricultura. Em muitos grupos, a

virgindade reveste-se de valor notável. A condição social pode também fazer encarecer o Alambamento. (ALTUNA, 1985, p.327).

Tal como podemos observar o Alambamento está muito longe de ser a compra e venda da mulher e sim o pacto de valores mútuos entre duas famílias para dar surgimento a uma nova família dentro da sociedade no sentido de dar continuidade nos hábitos e costumes tradicionais de formas a homenagear os ancestrais. Depois de explicarmos sobre a falsa noção da compra e venda da mulher no Alambamento no tópico a seguir abordaremos sobre o Alambamento da Vanice Armindo que ocorreu entre 2000 e 2019, momento em que efetuamos a observação participante no campo.

6.7 O Alambamento da Vanice Armindo Domingos

Num sábado dia 24 de março de 2012, pela manhã, presenciamos e acompanhamos o Alambamento de Vanice Armindo Domingos, de 24 anos, minha irmã. A alambada namorou cinco anos com o rapaz, Euzinho dos Santos de 29 anos. Durante uma prova com o noivo o mesmo expôs o seguinte:

“Conheci a Vanice no bairro Marçal. Trabalho numa empresa de exploração de madeiras com o meu pai. É um negócio de família. Eu tinha familiares no bairro Marçal e costumava a frequentar as festas que organizavam por lá, foi numa dessas festas que nos encaramos. E lembro que no princípio os irmãos dela não gostavam muito de mim, pois existe a fama em Luanda que os moços que andam de motorizadas não prestam, e agora estamos aqui fazendo o Alambamento”.
(Depoimento do noivo, 10/07/2010)

O noivo nos informou que a família da noiva pediu poucas coisas na carta, tudo porque lhe tinham como filho da casa. Pois sempre fora um jovem respeitoso. Por outro lado, quando falamos com a noiva, a mesma abordou que estava mais concentrada no nas outras etapas do casamento que era justamente dar à luz de uma criança.

A cerimônia foi marcada para Sábado, na cede, onde moram as famílias mais velhas da noiva que não podiam se deslocar para a capital Luanda. A família Armindo é oriunda da *Kibala* mais a maioria vive em Luanda, e foi na capital onde ambos se conheceram. Por este fato a família do noivo se deslocou de Luanda para a *Kibala*.

O casamento aconteceu em novembro de 2012. A nossa presença neste casamento deveu-se pelo fato de termos uma aproximação com a noiva, na qual podemos observar de perto todos os momentos.

Chegamos à casa da noiva bem cedinho quando ainda estavam a fazer os pequenos tratos para organizarem tudo no sentido de receberem a família do noivo. Além disso, antes do início do casamento, dialogamos com o Tio Miguel, o tio mais velho da noiva. O tio materno nos informou prontamente que um dia antes havia se reunido novamente com a família da irmã e do cunhado no sentido de fazer os últimos acertos sobre os detalhes do Alambamento para que no próprio dia tudo saísse nos conformes.

Por conseguinte, procuramos saber do tio sobre como seriam os procedimentos ou propriamente, sobre o que os tios conversaram. O mesmo nos informou que de acordo com os costumes locais, é enviado sempre um tio para junto da família do noivo de forma desconhecida no sentido de investigar um pouco mais a fundo se não existe de fato histórico de feitiçaria na família do noivo, caso se constate que exista e que tivera sido omitido, pode causar sérios empecilhos a realização do Alambamento.

Logo, é mais uma ação para garantir o bem estar da noiva e dos seus futuros filhos, uma vez que quando exista histórico de feitiçaria as pessoas que mais sofrem são aquelas desavisadas que tendem a entrar na família.

De acordo com o tio da noiva essa tarefa geralmente é incumbida ao tio mais jovem da noiva, pois se acredita que quando este estiver a indagar os parentes do marido dificilmente desconfiarão e poderão dialogar com o mesmo de forma aberta e descontraída.

Fizemo-nos presente na casa da noiva as sete horas da manhã. O ato cerimonial teve início quinze horas da tarde. No entanto, durante esse tempo a noiva estava aos cuidados da madrinha e das tias e dando orientações de natureza doméstica sobre a cozinha. Por outro lado, ficamos sabendo que o noivo estava ainda na praça comprando alguns itens que faltavam na carta.

Por volta das catorze horas, chegaram os familiares do Euzinho dos Santos para fazer o Alambamento. A delegação da família do noivo estava composta por cinco tios da parte da mãe do noivo, dois irmãos do pai do noivo, duas tias, cinco amigos chegados (Outros familiares aparecem no ato da festa).

Prontamente as tias da noiva se dirigiram ao portão da casa de madeira para recepcionar a família do noivo, batendo muitas salvas de palmas, cantando o *insunje madiyana*, musica que traz bênção para o casamento.

A família do noivo foi convidada a entrar em casa e em seguida lhe foi dado cadeiras para se sentarem, sentaram-se todos em forma de roda, de um lado a família do marido e do outro a família da noiva. Imediatamente, houve um momento de saudação aos

ancestrais por meio da benção da avó Sabalo, avó materna da noiva de 89 anos de idade. No sentido de afastar os maus olhados ao novo casal.

O tio da noiva como se de um orador se trata-se deu início as apresentações apresentando a família da noiva á família do marido e posteriormente passou a palavra ao tio do noivo que por sua vez apresentou toda a comitiva do noivo a família da noiva.

Assim sendo, pediu-se a família do noivo que fosse a busca das oferendas para averiguação para a posterior realização do Alambamento. Em seguida os amigos do noivo saíram da residência da noiva em direção ao carro para pegar os bens solicitados pela família da noiva. Em seguida, o tio da noiva se fez presente com a lista na mão e pediu ao noivo que tirasse item por item e a cada item que este retirava o tio conferia na carta se estava tudo nos conforme tal como combinado entre ambas às famílias.

Nos itens solicitados estavam 10 grades de refrigerante, 10 grades de cerveja, três mudas de pano para a mãe da noiva, um vestido para a avó da noiva, um par de sandálias para a tia da noiva, um fato social e sapatos para o pai da noiva e na carta pediram 800 dólares norte americano.

O tio da noiva acompanhou toda a contagem dos itens com a lista na mão. No entanto, essa lista é antecipadamente preparada pela família da noiva com a participação de ambas as partes, materna e paterna, e levada à casa da família do noivo pelo tio da noiva. No entanto, trata-se de um processo de envio com vários dias de antecedência ou mesmo meses no sentido de ajudar e dar tempo ao noivo e sua família de conseguirem reunir os itens contidos na carta de pedido.

Depois da contagem dos itens, chegou-se a conclusão que estava tudo dentro dos conformes. Prontamente as famílias da mulher começaram a bater muitas salvas de palmas com gritos anunciando a entrada da noiva, esta que vinha descendo a escada com o rosto tapado com a tia *ximinha*³¹.

Assim que a noiva desceu, pediu-se que todas as crianças menores de idade saíssem da sala, pois daí em diante se tratava de uma cerimônia na qual só pessoas adultas poderiam fazer parte. A noiva sentou-se no centro da sala junto do noivo e foi apresentada a toda família do noivo. Em seguida perguntaram se a noiva está de acordo com o casamento, ela respondeu, sim.

Mostraram os itens que o marido e sua família reuniram para o seu Alambamento e perguntaram se ela estava de acordo, ela disse sim, perguntaram se era de livre espontânea

³¹Ximinha é o termo que se utiliza entre os kibala para se referir a tia materna que cuida da noiva na infância, conhecida localmente como mãe pequena.

vontade que ela estava realizando o ato matrimonial, ela disse que sim. Confirmando assim a cerimônia, uma vez que apesar de ambas as famílias terem conversado, tudo depende da noiva para se concretize, tendo a noiva dito, sim, o acordo está firmado entre ambas as famílias.

Desta feita, deu-se a palavra ao tio mais velho da noiva, o mesmo que presidiu a cerimônia. O tio fez um minuto de silêncio em honra aos ancestrais, posteriormente falou sobre a importância do casamento para os *kibalas*, aconselhou o mais novo casa a respeitarem um ao outro.

Depois passaram a palavra para o pai do noivo que agradeceu pelo encontro entre as duas famílias e pelo fato de receberem mais um membro na sua família, a noiva e tal como o tio da noiva proferiu vários conselhos de respeito ao casal e de como o homem deve tratar a esposa, com respeito, amor e fidelidade, pois agora não se trata só deles e sim de ambas as famílias.

Em seguida as duas famílias felicitaram-se mais uma vez, trocando vários afetos. Pediram que as pessoas que haviam se retirado entrassem para participar da troca dos itens trazidos pela família do marido.

Posteriormente a noiva se retirou com a família do marido para o salão de festa onde a família da noiva havia preparado tudo para realização da grande festa de celebração. Geralmente a família da noiva além das bebidas trazidas pela família no noivo prepara comidas e bebidas para recebê-los que acaba culminando em música e dança para celebrar o ato matrimonial em grande homenageando os ancestrais.

Depois da festa a noiva foi com a família do marido para a sua nova residência. Desta feita podemos observar que a cerimônia do Alambamento está muito longe de ser apenas a compra e venda da mulher e tão pouco se trata de um acontecimento isolado. Trata-se de um ato que uni duas famílias e noiva tem opinião acerca da realização do ato sem a obrigação dos familiares.

No entanto a narrativa que muitos evolucionistas tentam empregar ao Alambamento como sendo um ato de compra e venda da mulher é inverdade. E, está muito longe da compreensão da verdadeira essência do Alambamento. Daí a necessidade de pensarmos em medidas positivas que se contrapõem a esses argumentos que alienam as populações. No tópico adiante falaremos sobre uma dessas medidas que é justamente a proteção legal do Alambamento no sentido de proteger e dar maior segurança a essa instituição que é de grande importância na manutenção das famílias na *Kibala*.

7 A NECESSIDADE DA PROTEÇÃO LEGAL DO ALAMBAMENTO

Como ato público com efeitos jurídicos, o casamento exige diversas formalidades: Alambamento, intermediários, testemunhas, contrato, cortejos, cerimônias, festas. Esta instituição não pode ser modificada por conveniência ou caprichos pessoais. O matrimônio-aliança não se confirma num simples ato nem se resolve com um contrato-consentimento dado num momento e dum vez para sempre. O “sim” resolutivo desenrola-se através de uma série de convênios, intercâmbios, aceitações e alianças. O consentimento matrimonial vai se concretizando durante um longo processo. (ALTUNA, 1985, p.314).

Com a proclamação da Independência Nacional o Povo Angolano entrou numa nova era da sua história. O MPLA-Partido do Trabalho ao optar pela via de desenvolvimento socialista criou as condições para a libertação das forças produtivas e para o desenvolvimento de novas relações de produção baseadas na justiça e na igualdade entre todos os cidadãos, que se foram progressivamente estabelecendo. É nesse contexto que surge a necessidade de uma revisão total do direito da família vigente e conseqüentemente, da elaboração de um novo código de família radicalmente oposto, na sua essência, às leis colonialistas implantadas em Angola que tinham como base as antigas relações sociais baseadas na exploração do homem pelo homem. (Lei n.º 1/88, de 20 de fevereiro, 2017).

Ainda de acordo com o mesmo documento, já durante a 1.º Guerra de Libertação Nacional, a mulher e o homem constituídos em família, desempenhavam um papel importante na educação patriótica e social dos seus filhos, consentindo, em igualdade de circunstâncias, os sacrifícios necessários para a libertação nacional. E esta participação livre não negou a família como núcleo fundamental da estrutura social, que, não se encontrando já sob o domínio da moral fascista e colonialista, se desenvolvia no sentido de uma maior consolidação e solidariedade entre os seus membros. O novo código insere-se também no combate de toda a humanidade progressista contra o obscurantismo e o misticismo nas relações entre, os homens, características das sociedades onde existem graves contradições entre a superestrutura e as relações de produção, e consagra as suas conquistas. (Lei n.º 1/88, de 20 de fevereiro, 2017).

Podemos observar que a nova lei se refere às tradições e as práticas culturais locais como obscurantismo e misticismos. No entanto, como é que as autoridades locais irão proteger os costumes do povo, se estes olham para essas práticas como sendo obscuras? ~~Como é que~~ de que maneira a instituição do Alambamento deixará de ser simplesmente vista como uma união de fato e ser enquadrada no aparato legal tal como o casamento civil, uma vez que atualmente já não basta o testemunho da comunidade, a palavra de respeito entre

ambas as famílias para firmar o Alambamento como união matrimonial e sim a necessidade de um enquadramento para conhecimento público?

A posição legal do governo quanto ao alambamento tem sido posta em segundo plano face ao casamento ocidental, ou seja, as pessoas sentem-se de certa maneira que casaram de fato quando passam pelo matrimônio ocidental imposto pela colonização, fato bastante preocupante tendo em conta o histórico de opressão colonial na qual se deu a implantação da religião cristã e islâmica no continente africano.

De acordo Agostinho (2011) a origem de Angola como uma unidade territorial, ela teve como causa, primeira, a submissão dos reinos pelo colonizador português. O fator principal para a submissão foi à guerra. Neste sentido, os diferentes reinos da região hoje conhecida por Angola se viram obrigados a seguir os padrões do governo colonial que havia os conquistado. Por força da lei o território havia se convertido em província Ultramarina de Portugal.

Por outro lado, entendemos que o direito de família não pode e nem deve estar apenas de acordo com questões de natureza meramente política. Deve estar primeiro, de acordo com questões que se prendem a história, a organização cultural e social dos grupos étnicos Bantu e Khoisan, - sem deixar de incluir os descendentes dos europeus, mais precisamente dos portugueses – evitando assim, o “desajuste entre o conteúdo da norma jurídica e a prática social”, como acontece frequentemente.

A constituição da República de Angola não tem trazido em seu âmbito modificações significativas no que diz respeito ao resguardo das relações afetivas, a final a afetividade transborda as relações pessoais enviesando-se por vários ramos do direito e da sociedade. (MATEUS, 2011, p. 19).

Á vista disso, a ideia do não enquadramento do direito costumeiro no direito moderno ganhou força jurídica no período colonial. E nem se quer a independência do país o reconheceu, tal ideologia (colonial), embora menos espalhada do que já foi subsistema até hoje:

A constituição de Angola de 1975 nem se quer refletiu ou legislou sobre a família e sobre a preservação do direito costumeiro ou da sua integração no direito moderno. Como consequência o código da família, lei 1/88 de 20 de fevereiro, atualmente em vigor- obedeceu a tal subordinação – não deu proteção legal ao alambamento. Como o Alambamento é uma instituição a qual se liga outra instituição como a família extensa, o seu não reconhecimento pressupõe também o não reconhecimento desta instituição código da família (2000: 33) no seu artigo 22. (ineficiência da Promessa do casamento), n-1, expõe: A promessa de casamento seja ou não acompanhada da entrega de bens ou valores ao outro nubente ou á sua família, não produz qualquer

efeito jurídico e não direito a exigir a celebração do casamento. (AGOSTINHO, 2011, p. 18 - 19).

Ainda de acordo com o autor, a interpretação da letra deste artigo ou do seu espírito, fortemente influenciada pela ideologia colonial, é claramente percebida a partir das anotações (deste código) feita pela jurista Medina ao afirmar que:

O Alambamento existe no direito costumeiro, mas não obteve proteção legal, ainda que não seja prática proibida. A lei não prevê a lei a obrigação de restituição dos bens entregue aquando da promessa do casamento, o que constitui omissão voluntária da lei para impedir que haja coação sobre os nubentes, em especial sobre a mulher, obrigando a contrair o casamento contra a sua vontade. (MEDINA, 1998, p. 33 *apud* AGOSTINHO, 2011, p. 19).

Nota-se uma clara omissão das autoridades locais no sentido de enquadrar o Alambamento no código legal, munidas de premissas eurocentrizadas, quando é chegada da necessidade da proteção legal desse ato cerimonial.

Para explanarmos sobre estas ideologias que circundam o Alambamento é necessário destacarmos algumas razões extras legais, fruto da herança colonial que escurecem as verdadeiras funções históricas e socioculturais do Alambamento, e que reduzem esta grande e bela cerimônia a um aspecto meramente econômico dando vida a este editado.

Agostinho infere que as leis estabelecidas em Angola, estão diretamente associadas às leis do sistema português, e por estas razões no direito moderno, em Angola (fiel ao sistema jurídico germano-romano) essas ideias são fortemente sustentadas pela jurista Medina (2005), na sua obra sobre o Direito de Família (AGOSTINHO, 2011, p. 19).

A visão deturpada e negativa sobre o alambamento é fortemente divulgada inclusive pelos intelectuais diretamente influenciado pelas leis que mais se aproximam da realidade de Portugal do que da de Angola. Com isso, alguns intelectuais continuam encarando o casamento tradicional com uma cerimônia de compra e venda da mulher. Corroboramos com Agostinho (2011) ao inferir que é um erro crasso sustentar que em nível da família (tradicional) africana ‘o parentesco e o casamento funcionam como relações de produção’. Entre os Bantu, em geral, para a organização e funcionamento do parentesco como unidade social, a relação consanguínea é importante, mas tem significado secundário porque o sistema social (as pautas ideológicas) dá primazia à unidade de família extensa (pessoas ligadas por consanguinidade, filiação e aliança).

O Alambamento não é um mero negócio onde as famílias se sentam para estipular um preço para comprar a noiva, pois é muito mais do que isso. O Alambamento é a

continuidade das culturas, e representa o surgimento de uma nova família dentro da sociedade. O que acontece é que existem regras e valores simbólicos que devem ser compactuados entre as famílias envolvidas. O valor simbólico que pedem à família do noivo está muito longe de ser uma compensação econômica, muito pelo contrário, ela representa o respeito que uma família tem pela outra, pelo fato de terem criado e educado tão bem a nova integrante da sua família (família do noivo).

É importante que se dê o real valor que o Alambamento tem dentro da sociedade angolana, e não se pode reduzir o casamento tradicional a simples relações extras conjugais.

A redução do Alambamento, no código da família, a uma simples “promessa de casamento” para além de ser antissocial, reflete a “ignorância” ou os “mitos” tendentes a justificar “atitudes negativas” da ideologia colonial sobre o casamento Africano. Pois, ainda segundo o autor, retira todo o seu conhecimento como instituição social operacional que legitima as relações íntima, e conseqüentemente banaliza as funções da família extensa, mais precisamente a função de regulação do matrimónio. (AGOSTINHO, 2011, p.38).

Ainda de acordo com o autor, o casamento Bantu (Alambamento), não é um simples estabelecimento voluntário de vida entre um homem e uma mulher, ele tem força jurídica (no direito tradicional) e reflete em primeira instância, a legitimação das relações íntima e em segundo, a aliança entre duas famílias. Tal como as constituições anteriores (Constituição de 1975, Lei constitucional de 1992), a constituição de 2010 não legislou ou deu proteção legal ao casamento Africano (Bantu).

Apesar de reconhecer no título I – Princípios Fundamentais, a “validade e a força jurídica do costume” (artigo 7º.); artigo 223º. (capítulo III do título VI), artigo 35, n.4, que consagra especificamente essa matéria (família, casamento e filiação) expõe, a lei regula os requisitos e os efeitos do casamento e da união de facto.

O espírito do artigo 35º. (nº. 4), indica que os requisitos do casamento (embora não clarificados) que a lei regula, são casamento civil (que herdamos dos ex-colonizadores portugueses) e não do casamento africano. Estando este último subordinado ao mesmo ou não a união de facto.

Em suma, de acordo com a nova lei no Artigo 27.º que aborda sobre a validade do casamento infere-se que o casamento só é válido quando celebrado perante os órgãos do Registro Civil ou reconhecido de acordo com as regras da presente lei, deixando a margem o casamento tradicional. (Código da Família - Lei n.º 1/88, de 20 de Fevereiro)

Diante dessas afirmações inferimos que as conseqüências dessas ações do estado no plano prático e teórico contribuem para a deformação e dos vários estigmas dos valores

que norteiam o casamento tradicional, Alambamento e conseqüentemente sua extinção. Diante disso, urge a necessidade do enquadramento no aparato jurídico no sentido de se evitar tais acontecimentos. No tópico a seguir nos deteremos a analisar as interpretações dos dados obtidos nas entrevistas e a caracterização demográfica dos entrevistados.

7.1 Análise e Interpretação de Dados.

No presente tópico, apresentaremos e analisaremos os resultados das entrevistas efetuadas. No que toca ao Alambamento entre os Kibalas (Ambundos) e a diminuição da prática do casamento tradicional. Os *Kibalas* não têm o casamento tradicional apenas como algo satisfatório que faz uma ligação com a ancestralidade. Para os Kibalas o Alambamento também permite a conservação e a identidade da consanguinidade. Neste sentido, as regras de casamento tradicionais uma vez interpretadas e recriadas passam a existir como indicadores geradores de união da família extensa face aos tropeços da modernidade.

Assim sendo, diante dos dilemas socioculturais e econômicos como: falta de trabalho e condições básicas na região e estes afetarem de forma drástica as regras do Alambamento, os *Kibalas*, na sua maior parte, as famílias ainda se conduzem nos códigos na qual o sistema de parentesco era dirigido, onde o principal vínculo que liga uma família a outra é o casamento tradicional.

Desta feita, ainda que o estado não assegure legalmente a prática do Alambamento reduzindo este para segundo plano face aos casamentos ocidentais implantados pelos colonizadores, os *kibalas* acreditam fortemente na instituição do casamento local. Desta feita, de acordo com as nossas investigações apresentamos a distribuição com base na idade, sexo, nível acadêmico e ocupação laboral as mostras representadas no quadro Nº 1.

7.2 Caracterização sócio demográfica dos entrevistados.

A primeira pergunta formulada foi: O que é o Alambamento? Da amostra de 50 entrevistados (quadro 1.1) da faixa etária dos 18 anos aos 90 anos, os 50 entrevistados responderam a 100%, disseram que o Alambamento é o casamento tradicional que une duas famílias feitas a gerações pelos Kibalas.

É uma festa ou ritual celebrado como forma de entrega da noiva ao seu noivo cujo papel do noivo é cumprir com as obrigações e requisitos dados pela família da noiva, ou seja o Alambamento é o primeiro casamento. O noivo recebe uma carta

onde constam alguns requisitos para então ele receber sua noiva. O noivo compra sapatos, roupas, produtos alimentícios, em alguns casos lhes são obrigados a animais etc.

De modo raso, diria que o Alambamento é uma manifestação da cultura de origem Angolana que tem como foco promover a união de casal, massificar laços familiares. É tido como "casamento" tradicional em várias regiões de Angola, e apresenta vários elementos que se diferem das outras formas de união de casal manifestadas em outras regiões do mundo como Europa e Ásia. (Entrevistado-A)

É uma cerimônia tradicional para a união ou noivado de um homem e uma mulher. (Entrevistado-B)

Posso entender o Alambamento como sendo a união de um homem e uma mulher, isto é, uma relação conjugal que se conecta à ideia de família. O Alambamento tem como objetivo a comemoração do conceito da família através da união de duas pessoas; a junção de duas famílias e por vezes até de duas tribos, clãs ou etnia. Trata-se de uma prática cultural manifestada pelos povos africanos, pese embora cada comunidade africana tenha denominação própria para tal prática. (Entrevistado-C)

É uma série de rituais característico dos países africanos. Geralmente consiste na entrega de uma carta com o pedido da mão da noiva, ofertas de bens e até mesmo dinheiro. Essas ofertas podem depender também do estado (grávida ou não) da noiva. Caso esteja grávida, o valor da multa a ser paga pode ser bem alta. Pois, os familiares da noiva alegam que o noivo desrespeitou a família, engravidando antes do pedido. (Entrevistado- D)

Em relação a questão: que importância tem o Alambamento para a sociedade?

Da amostra de 50 entrevistados 99% responderam dizendo ser importante porque simboliza o respeito e a continuidade de uma prática local de união das famílias.

A importância do Alambamento reside na valorização simbólica da mulher como resultado dos cuidados que os pais deram a filha. Além disso, o Alambamento é importante, pois permite às famílias angolanas a perpetuação da cultura nupcial africana. (Entrevistado-A).

O Alambamento tem grande importância nas famílias, pois além de promover alegria, ele é um ritual que envolve a compra de produtos variados em troca da noiva, que simboliza a retribuição dos parentes do noivo por aceitarem dar sua filha como futura esposa de seu filho. É também um meio de fortalecimento de laços familiares, da parte do noivo e da noiva. (Entrevistado-B)

O Alambamento apresenta um significado muito alto dentro das famílias Angolanas devido ao grau de responsabilidade que o mesmo trás quando cumprido dentro de todos os seus moldes. O sentido de comprometimento do casal com as famílias e com os mesmos. (Entrevistado-C)

Em algumas famílias da sociedade Angolana o Alambamento representa a ancestralidade. O Alambamento significa a preservação dos valores éticos, morais e

culturais dos antepassados africanos. Desde antiguidade os povos africanos praticam o Alambamento (ou lobolo para o povo de Moçambique, K' mari para a etnia papel da Guiné-Bissau, etc.), para a criação do conceito de família. Se existe a humanidade é porque existiram os nossos ancestrais e, as memórias dos nossos antepassados estão dentro de nós. O que os nossos antepassados foram é o que somos hoje. Nós somos a continuidade dos nossos ancestrais, deste modo, a ancestralidade é um registro genético e espiritual. Assim sendo, a prática do Alambamento mantém-nos de algum modo conectados com os nossos ancestrais. (Entrevistado-D)

Na questão: por que é que depois do Alambamento a pessoa se casa no civil? Dos 50 entrevistados 100 responderam que a necessidade de se casar no civil é justamente para ter o reconhecimento jurídico e da sociedade, no sentido de ter algo escrito que comprove a união do casal.

Porque o Alambamento pode representar a união entre duas pessoas, mas perante a lei ele não representa um casamento/união oficial de duas pessoas perante a lei. (Entrevistado-A)

Atualmente considera-se necessário para dar segurança a esposa, pois juridicamente o Alambamento não é considerado suficiente para provar a união entre duas pessoas. (Entrevistado-B)

Para ter reconhecimento do estado. (Entrevista-C)

Certos costumes angolanos, o casamento só é reconhecido depois do alambamento. O casamento no civil é uma das heranças do colono, fazendo parte integrante da cultura europeia, que hoje os africanos adotaram, como uma segunda etapa oficial para que a mulher possa usar o apelido do homem e ser reconhecido pelo governo. (Entrevistado-D)

Em relação à questão: qual visão você tem do Alambamento atualmente? Na amostra de 50 entrevistados 25 por cento responderam que essa prática está perdendo força porque algumas famílias pouco se importam e outros 25% (vinte e cinco) por cento alegaram que muitas famílias tem se aproveitado da família do noivo para explorar no pedido das coisas.

Atualmente, algumas famílias solicitam bens supérfluos como, por exemplo: antena parabólica e terreno, alegando adequação a realidade vigente. Entretanto, muitas famílias, principalmente de outras provinciais, exigem apenas os aspectos básicos da tradição. (Entrevistado-A)

Tenho visto que devido a carência econômica muitas famílias veem o Alambamento como uma oportunidade para obter valores. É uma prática que deve ser valorizado e preservado em 7 chaves porque nela espelha os nossos hábito e costumes do nosso povo. (Entrevistado-B)

Importante para o processo de construção das famílias Angola. (Entrevista-C)

Atualmente o Alabamento vai perdendo espaço e desvalorizada cada vez mais no seio da sociedade Angolana, em virtude do advento da modernidade como sendo o período temporal identificado pela prática social, econômica e cultural atual no mundo. Ao versarmos a era moderna, fazemos menção à criação do Estado-nação, à estrutura política, à organização social vigente. No entanto, esse período é caracterizado por numerosas transformações sociais, culturais, econômicas e tecnológicas decorrente desde a época das grandes navegações, que culminou com a colonização das comunidades africanas, sob a opressão dos colonizadores europeus. Infelizmente após o contato com os europeus, que foi bastante hostil, África formou novas sociedades e seguimos novas culturas. Hoje, o africano sente-se orgulhoso e civilizado por seguir a cultura de seu opressor, por isso, alguns dizem que o Alabamento é coisa do passado, e preferem o casamento religioso cristão. Com isso, me resta dizer o seguinte: Podemos até viver a modernidade e achar que estamos evoluídos ou civilizados, a verdade é que continuaremos sendo frutos e resultados do passado. A compreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Quando os africanos deixarem de banalizar a sua história, passado e cultura, irão compreender o atual momento em que nos encontramos. (Entrevistado-D)

Em relação à questão: qual o significado do casamento tradicional para você, na amostra de 50 entrevistados 100% (cem por cento) responderam que significa respeitar a cultura e a união de duas famílias.

Para mim o casamento tradicional significa valorização cultural e também conexão espiritual com a ancestralidade. (Entrevistado-A)

O Alabamento traduz um estímulo de virtudes no seio das famílias Angolanas estando em jogo não apenas duas famílias, mas acima de tudo o estabelecimento de uma aliança pública entre duas famílias. Além da união de dois indivíduos, também é a união de duas linhagens, dois clãs, dois valores diferentes. (Entrevistado-B)

Para mim o casamento tradicional poderia substituir o casamento no civil. (Entrevistado-C)

Conforme aclarado anteriormente, o casamento tradicional significa ancestralidade e cultura. Cada cultura como elemento único gera um grupo ou povo específico. Cada cultura é responsável pela humanização de seu povo. Destarte, o Alabamento significa a exteriorização ou expressão humana cultural dos povos africanos. (Entrevistado-D)

Na questão: que importância você vê na cobrança de valores financeiros e valores simbólicos (matérias, roupas, objetos, etc) no Alabamento? Na amostra de 50 entrevistados 95 por cento disseram se fosse apenas o valor simbólico tudo bem, caso não seja ele não é tão importante devido ao fato de muitas famílias se aproveitam da família do noivo. E outros 5% disseram ser importante devido o valor simbólico.

Tornou-se um exagero... por vezes parece mais um assalto a família do jovem. Quando a cobrança é consoante o que sempre foi (anos atrás), tudo bem. (Entrevistado-A)

Pelo q sei no início eram valores irrisórios q simbolizava riqueza e outras coisas, hoje em dia os pais querem mesmo quase que vender as filhas. (Entrevistado-B)

Eu acho necessário, só que nos últimos dias as pessoas têm exagerado quanto às cobranças feitas. (Entrevista-C)

A representação dos "valores financeiros" representa uma forma de respeito para com a família da noiva. A importância da cobra de favores se moldou as tempos atuais no passado as pessoas davam outros tipos de bens valiosos hoje atualmente como a sociedade está susceptível as transformações e como já não é possível dar os valores que eram cobrado no passado haveria a necessidade de moldar com o tempo. (Entrevistado-D)

Em relação à questão: você acha que é importante que o estado crie lei para amparar o casamento tradicional tal como o casamento civil? Se sim ou se não, justifique a sua resposta. Na amostra dos 50 entrevistados, 100% (cem por cento) responderam ser importante porque assim como o civil dará maior peso para as famílias que casarem no Alambamento e maior reconhecimento perante a sociedade.

Sim acho que o estado deve de maneira obrigatória, estabelecer lei para enquadrar o Alambamento, assim limitar os abusos de familiares que, acabam por deixar a situação econômica da filha e do futuro marido, num estado péssimo. (Entrevistado-A)

Sim. Assim como o casamento civil, o Alambamento também deve ser considerado uma cerimônia amparada pela constituição nacional, sendo ela uma identidade nacional. (Entrevistado-B)

É importante sim qui o estado crie lei qui vigora o casamento tradicional"porque famílias e tribos á em Angola,qui quando elaboram o documento do alambamento parece q é um comércio, logo o estado deve por mão nisto e estabelecer lei. (Entrevistado-C)

Eu acho que sim,o estado deve criar essa lei,primeiro para a regularização do próprio dote porque existem muito oportunismo e liberalidade nesta tema, relativamente aos valores financeiros e simbólicos,assim o homem que for fazer o Alambamento já saberá exatamente qual é o dote e não terá surpresas. segundo a elegibilidade do noivo por causa da proliferação da poligamia e da fuga a paternidade que está de certa forma associada a indivíduos que podem fazer alambamento a mais de uma mulher,vivem maritalmente,fazem filhos,depois se separam e abandonam os filhos.ja com a regularização do estado desta união acredito que eles terão mais responsabilidade e a mulher e os filhos terão mais proteção legal. (Entrevistado-D)

Na questão: você acha que Alambamento está a perder o seu valor simbólico? Se sim ou se não, justifique a sua resposta. 99% responderam que sim e 1% responderam não.

Sim já começou a perder a muitos anos. Para mim, o Alambamento perde sua função cultural e tradicional, justamente porque tornou-se apenas econômico, perdeu o valor do vínculo social, baseado na reciprocidade das trocas. O Alambamento era sagrado, simbólico e agora tornou-se o preço da futura mulher é a ruína do futuro marido. O infortúnio do Alambamento hoje em dia é cair sobre uma garota cujos pais, só juram por dinheiro esquecendo os valores, as tradições e o símbolo por detrás desta prática dos nossos antepassados. (Entrevistado-A)

Sim. Pelo facto do oportunismo econômico. De alguma forma sim. Tem havido um afastamento da juventude nas questões tradicionais e de identidade cultural, tendo em vista valores ocidentais, na qual se tornaram aceites em muitas sociedades africanas. (Entrevistado-B)

Sim. Algumas famílias hoje exageram no pedido dos valores simbólicos tais como: Dinheiro, e materiais desde roupas aos produtos alimentícios. Antes não se pedia o que se pede hoje nas cartas do Alambamento, hoje algumas famílias exigem terrenos grandes e caros, carro de marca, produtos eletrônicos caríssimos, valores muito elevado, casas bem localizadas e caras, roupas importadas, celulares importados e caros. São uma série de coisas que estão descaracterizando o Alambamento. (Entrevistado-C)

Está sim. Não se respeita o antigamente. (Entrevistado-D)

Desta feita, com base nas várias narrativas apresentadas pelos 50 entrevistados teceremos nos próximo tópico as considerações finais do nosso trabalho onde apresentaremos os dados da pesquisa e análise, bem como um quadro geral dos entrevistados ao longo do nosso trabalho.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação abordou sobre o casamento tradicional entre os Kibalas (Ambundos) em Angola: suas transformações socioculturais e economicas diante da sociedade contemporanea. Através das nossas pesquisas empíricas podemos inferir que existe em si uma diminuição no valor simbólico do alambamento fortemente influenciada por mudanças que advém através da globalização. O valor sociocultural do alambamento mudou em função dos tempos modernos. Outrora pediam-se panos, sabão, enxada, uma garrafa de vinho, etc. Mas atualmente devido a globalização e a aculturação as exigências que as famílias fazem na carta mudaram porque se adequam as necessidades vividas na contemporaneidade o que consequentemente acaba sendo marcado pelo viés do vislumbre economico. Porém, existem também fatores relacionados com a assimilação dos hábitos e costumes deixados pelo colono que fazem com que haja uma diminuição da pratica do alambamento dentro da sociedade kibala, tais como: a perda da virgindade antes do casamento, a substituição do tio como intermediário, o respeito aos elementos pedidos na carta, que representam o valor simbólico dado a família da noiva para preencher a lacuna da saída de um membro da família, a pratica do namoro com o consentimento dos pais, etc.

Tendo em conta as inferências dos entrevistados podemos constatar também que atualmente existe uma grande especulação socioeconômica no Alambamento por parte de muitas famílias, fato que acaba inibindo alguns no que tange a realização do casamento tradicional. E, o que está na base dessa especulação são as mudanças através da modernidade, conforme supracitamos anteriormente. Segundo constatamos, estas especulações trouxeram grandes modificações na prática do Alambamento, como: o pedido exagerado de bens para o Alambamento; a não valorização e banalização do casamento tradicional face ao casamento ocidental.

Ainda de acordo aos nossos interlocutores a falta de empregos pode ser também um fator determinante na kibala, pois ela condiciona a maior parte dos jovens a não realizarem o casamento tradicional. Podemos constatar também a inexistencia de estruturas estatais que protejam o casamento tradicional no código da família de um possível desaparecimento, assim como a falta de ligação entre a tradição e as novas tendências contemporâneas. No entanto o não reconhecimento do casamento tradicional pelo código civil da família originam situações de difícil classificação, marcando ao nível da consciência coletiva a ideia de que embora a familia faça o alambamento primeiro para conclui-lo deve ser

feito o casamento civil e cristão, estes dois últimos acabam tendo mais importância deixando o casamento tradicional em segundo plano face ao casamento ocidental.

Desta feita o resultado da pesquisa empírica que efetuamos entre os kibalas nos leva a inferir que a não proteção legal do casamento tradicional no código da família faz com que o casamento civil (que herdamos do colonizador) seja mais importante que o casamento tradicional. É importante estabelecer a necessidade da proteção do Alambamento no sentido de fazer uma ligação entre o tradicional e o moderno. Essa necessidade ao longo das abordagens dos interlocutores apareceu como fator preponderante.

Sobre o grupo estudado os dados disponíveis nos permitem afirmar que o Alambamento entre os Kibalas e o não enquadramento no aparato legal do estado provoca a não legitimidade entre os casais (uma vez que na modernidade a palavra já não basta, é necessário escrituras que comprovem perante a sociedade o ato matrimonial). Um fator explicativo é que algumas das famílias hoje em dia não realizam o Alambamento, preferem se casar diretamente no religioso e no civil sobre o pretexto de que assim irão gastar pouco. Entretanto, isso ocorre devido à falta de ligação entre o modernismo e a tradição, associada à ausência de interesse por parte do estado no sentido de proporcionar tal ligação para assim, recriar uma reinterpretação e adaptação dos valores tradicionais locais.

Desta feita constatamos que entre os Kibalas, apesar das transformações socioeconômicas devido a as especulações monetárias de algumas famílias, o Alambamento é ainda valorizado, muitas famílias ainda fazem e vejam essa prática como sendo muito importante para a manutenção da sociedade no sentido de manter a ligação com os seus ancestrais. Porém, o não enquadramento e reconhecimento do casamento tradicional no código da família fazem com que este fique em segundo plano face ao casamento civil e cristão. Pois existe um pensamento generalizado fruto da colonização que para as pessoas estarem de fato casadas precisam ir à conservatória, fazendo com que atualmente muitos Kibalas diminuam a prática do casamento tradicional.

Por conseguinte, através dessa pesquisa entre os Kibalas, podemos concluir que apesar das transformações socioculturais, económicas e a diminuição da prática do alambamento entre os kibalas, o casamento tradicional ainda ocupa um lugar central nas suas vidas, porém, a não proteção legal do Alambamento no código da família em Angola de um modo geral deixa o casamento local em segundo plano, face ao casamento ocidental, ou seja, a uma hierarquização na qual aquilo que é ocidental é o verdadeiro e o local é o falso, visão essa atrelada etnocentrismo que reduz o Alambamento a uma simples união de fato.

No entanto, isto trás consequências sociais bastantes contundentes que contribuem profundamente para os estigmas e para a deformação das verdadeiras funções do alambamento como: legitimação das relações intima; união entre dois grupos familiares. Colaborando assim para a sua extinção.

Em suma, através desse trabalho de pesquisa propomos ao governo de Angola a adoção e a implementação de políticas que tendem a assegurar as estruturas estatais de proteção social; e no plano do sistema jurídico normativo o enquadramento da ordem normativa sociocultural, avivada pelo parentesco cujo ponto que liga uma família a outra é o casamento tradicional, Alambamento. Por outro lado, sugerimos ao ministério da cultura, garantir a prática de políticas que impulsionam a reinterpretação e recriação das regras que outrora regiam o casamento tradicional. Assim como, apoio a pesquisa científica na área das ciências humanas.

REFERÊNCIAS

ADÃO, J. M. Características da cultura e cosmovisão africanas e centralidade do culto aos Orixás no Brasil. **Revista de Educação, Ciência e Cultura**, Canoas, v. 16, n. 1, p. 57-70, jan./jun. 2011.

ALTUNA, Paul Raul Ruiz de Asúa. **Cultura tradicional Banto**. Luanda: Secretariado Arquidiocesano de Pastoral, 1985.

ADESINA, J. Práticas da Sociologia Africana: lições de endogeneidade e género na academia. *In*: CRUZ E SILVA, Teresa; COELHO, João Paulo Borges; SOUTO, Amélia Neves de (org.). **Como Fazer Ciências Sociais e Humanas em África**: questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas. Dakar: CODESRIA, 2012. p. 227-238. Textos do Colóquio em Homenagem a Aquino de Bragança. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1H9RtDivLyEU-FQYAH0T5uRc9CKqu_FCL/view. Acesso em: 4 out. 2020.

AGOSTINHO, M. **Alambamento no seio dos Ambundu da Província de Luanda**. 2011. Monografia (Licenciatura em Antropologia) – Universidade Agostinho Neto, Luanda, 2011. Disponível em: <http://mateusbineagostinho.blogspot.com/2014/11/v-behaviorurldefaultvmlo.html>. Acesso em: 23 out. 2018.

AGUALUSA, José Eduardo. Tentativa de explicação de Angola: a componente etnocultural da guerra civil. **Política Internacional**, [s. l.], v. 1, n. 6, p. 73-81, 1993. Disponível em: www.ipris.org/files/6/06_Tentativa_de_explicacao.pdf&cd=1&hl=ptBR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-b-d. Acesso em: 3 nov. 2019.

APPIAH, A. K. **Na casa de meu pai**: a África na Filosofia da Cultura. 1997. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 73, p. 45-66, dez. 2005.

BURROWS, R. Marriage. *In*: BURROWS, R. **Words and phrases judicially defined**. London: Butterworth, 1944. Disponível em: <https://link.springer.com/book/10.1057%2F9780230233744>. Acesso em: 23 dez. 2019.

BATSÍKAMA, P. **O poder político entre os Mbundu**. Luanda, 1 out. 2005. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/sankofa/article/download/110350/108920/>. Acesso em: 4 dez. 2019.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ. Cid. São Paulo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

RADCLIFFE-BROWN. **Sistema político africano de parentesco e casamento**. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouse Guilbenkian, 1985.

FERRAROTI, Franco. Sobre a autonomia do método biográfico. *In*: NÓVOA, António; FINGER, Matias (org.). **O método (auto) biográfico e a formação**. Natal: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010. p. 35-57.

FERROTI, Franco. **Sobre a autonomia do método biográfico**. Lisboa: CIES-ISCTE, 1985. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/1239>. Acesso em: 7 out. 2019.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

FRANCISMUNDO. **Origem dos Kibala**. [S. l.], 2015. Disponível em: http://francismundo.comunidades.net/origem-dos-kibala1sintese?fb_comment_id=785402898238756_1087756191336757 Acesso em: 17 nov. 2019.

GEFFRAY, C. **Nem pai nem mãe: crítica do parentesco: o caso da mucua**. Lisboa: Caminho, 2000. (Coleção de Estudos Africanos).

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar; 1999.

GUILHERME, A. M. **A kuna n'kinga: o lobolocomo foco das representações locais de mudança social**. Rio de Janeiro: UFRJ: IFCS, 2009. Disponível em: <http://www.livrosgratis.com.br>. Acesso em: 10 out. 2019.

KI-ZERBO, Joseph (ed.). **Historia Geral da África, I: metodologia e pré-história da África**. Brasília, DF: UNESCO, 2010.

IMBAMBA, José Manuel. **Uma nova cultura para mulheres e homens novos**. Luanda: Editora Paulinas, 2003.

KILALA, Adriano Damião. **A religião Kingunza na Angola contemporânea**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/1465>. Acesso em: 4 out. 2019.

MAIA, da Silva António. **Dicionário complementar: Português-Kimbundu-Kikongo: (línguas nativas do centro e norte de Angola)**. 2. ed. Cucujães: Depositária Editorial Missoes, 1964. Disponível em: <https://alpha.sib.uc.pt/?q=content/dicion%C3%A1rio-complementar-portugu%C3%AAs-kimbundu-kikongo-linguas-nativas-do-centro-e-norte-de-ango>. Acesso em: 4 out. 2019.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Os argonautas do Pacífico Ocidental**. Rio de Janeiro: Ática, 1970. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782006000300009. Acesso em: 6 out. 2019.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História**. Tradução: Barbara Sette. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

MARTINS, Paulo Henrique. A Sociologia de Marcel Mauss: dádiva, simbolismo e associação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 73, p. 45-66, dez. 2005. Disponível

em: <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/73/RCCS73-045-066-Paulo%20H.Martins.pdf>. Acesso em: 26 set. 2019.

MAXWELL. **O contexto da modernidade e da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2013. Certificação Digital N 0310395/Ca. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/10103/10103_3.PDF Acesso em: 3 out. 2019.

MBAMBI, Moises. **O alambamento nos direitos africanos**, 1997. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/aquila/>. Acesso em: 23 Set. 2016.

MUSSANE, A. Guilherme. **A Kunga n'kinga: o lobolo como foco das representações locais de mudança social**. 2009. Dissertação (Mestrado em Antropologia e Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=135654 Acesso em: 27 out. 2019.

ANGOLA. **Código da Família - Lei n.º 1/88, de 20 de Fevereiro**. Aprova o Código da Família. - Revoga toda a legislação que contrarie o disposto na presente lei. 2. ed. Luanda, 2000. Disponível em: https://data.unicef.org/wp-content/uploads/2017/12/codigo-da-familia-lei-no-188-de-20-de-fevereiro_2017-04-06-02-16-27-890.pdf. Acesso em: 7 out. 2019.

PAIM, Antônio. Uma teoria da experiência ética. **Revista Estudos Filosóficos**, São João del-Rei, nº 11, P. 115-125, 2013. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/revistaestudosfilosoficos> Acesso em: 27 out. 2019.

PAIN, Rodrigo de Souza. As características da experiência socialista na agricultura de angola após a independência. **Revista Cultura e Identidade**, Catalão, GO, v. 8, n. 10, p. 181-198, 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/Gilson%20Cores/Downloads/9300-Texto%20do%20artigo-35776-1-10-20100327.pdf>. Acesso em: 12 out. 2019.

PEIRANO, Mariza. **Rituais ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. Disponível em: <http://LeLivros.com>. Acesso em: 6 out. 2019.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832014000200015>. Acesso em: 7 out. 2019.

QUIVY, Raimond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Editora Gradiva, 1998. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/685425/0/fdr4quivy.pdf/282b7293-ce35-4674-90ec40a361773941>. Acesso em: 10 jul. 2018.

REHBEIN, Franziska C. **Candomblé e salvação: a salvação na religião nagô à luz da teologia cristã**. São Paulo: Loyola, 1985. Disponível em: <https://searchworks.stanford.edu/view/1607367>. Acesso em: 7 set. 2019.

RIBAS, Óscar. **Temas da vida angolana e suas incidências**. Luanda: Chá de Caxinde, 2002. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/navegacoes/article/download/8441/6026/>. Acesso em: 4 out. 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 78, p. 3-46, out. 2007.

SILVA, A. C. M. DA. **Angola: história, luta de libertação, independência, guerra civil e suas consequências**. Disponível em: NEARI em Revista, Recife, v. 4, n. 5, p. 1-15, 2018. Disponível em: <https://www.faculadadedamas.edu.br/revistafd/index.php/neari>. Acesso em: 25 Out. 2019

TRIVINO, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pequis qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VIRGÍLIO, Coelho Mulemba. A classificação etnográfica dos povos de Angola (1.^a parte). Classification ethnography of the people of Angola (Part I).5 (9) | 2015 **Mulemba, Revista Angolana de Ciências Sociais**, Luanda, v. 5, n. 9, p. 203-220, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/mulemba.473>. Acesso em: 11 nov. 2019.

WASHINGTON, Santos Nascimento. Contornos das identidades angolanas: o “crioulo”, o “assimilado” e o “angolano” na segunda metade do século xx, (1945 – 1975). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300905247_ARQUIVO_ContornosdasIdentidadesAngolanasANPUHw2003.pdf. Acesso em: 2 mar. 2020.

APÊNDICE A – CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

<i>SEXO</i>		FORMAÇÃO ACADÊMICA			PROFISSÃO	IDADE
		<i>Básico</i>	<i>Médio</i>	<i>Superior</i>		
<i>Masculino</i>	<i>Feminino</i>					
<i>2</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>2</i>	Sociólogo	27-31
<i>7</i>	<i>3</i>	<i>-</i>	<i>2</i>	<i>8</i>	Estudante	25-39
<i>1</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>1</i>	<i>-</i>	Policial	27
<i>1</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>1</i>	Arquiteto	33
<i>1</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>1</i>	Linguista	27
<i>1</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>1</i>	Técnica de informática	39
<i>1</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>1</i>	Humanidades	26
<i>2</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>2</i>	Administrador	28-43
<i>4</i>	<i>3</i>	<i>-</i>	<i>7</i>	<i>-</i>	Autônomo	25-33
<i>2</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>1</i>	<i>1</i>	Eletricista	30-33
<i>2</i>	<i>2</i>	<i>-</i>	<i>2</i>	<i>2</i>	Professor(a)	30-58
<i>-</i>	<i>1</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>1</i>	Enfermeira	35
<i>1</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>1</i>	<i>-</i>	Taxista	32
<i>1</i>	<i>1</i>	<i>1</i>	<i>-</i>	<i>1</i>	Empresário(a)	33-58
<i>1</i>	<i>-</i>	<i>1</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	Marceneiro	33
<i>-</i>	<i>1</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>1</i>	Advogada	33
<i>-</i>	<i>1</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>1</i>	Recursos Humanos	35
<i>-</i>	<i>1</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>1</i>	Design de moda	32
<i>41</i>						Total

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIOS

QUESTIONÁRIO 1

Quadro 1 – Entrevistados por sexo, formação acadêmica, profissão e idade.			
1. O que é o Alambamento?	Idade	Frequência	Porcentagem
Um conjunto de rituais compreendido como casamento na nossa cultura tradicional.	18-90	50	100%
No quadro 1.1 a resposta da pergunta sobre o que o Alambamento?			

QUESTIONÁRIO 2

2- Que importância tem o Alambamento em algumas famílias da sociedade?	Idade	Frequência	Porcentagem
A importância do Alambamento reside na valorização simbólica da mulher como resultado dos cuidados que os pais deram a filha. Além disso, o Alambamento é importante, pois permite às famílias a perpetuação da cultura nupcial africana.	27-33	34	55%
Muitas famílias angolanas consideram o Alambamento mais importante que o casamento convencional.	34-40	5	30%
O Alambamento une duas famílias por meio de duas pessoas, e serve troca de experiências e conhecimentos entre as pessoas da mesma ou de diferentes culturas. Sem contar é no Alambamento onde determinadas famílias vêm recompensadas pelo esforço de criar seus filhos.	41-58	3	15%
Total		50	100%
No quadro 1.2 a resposta da pergunta que importância tem o Alambamento em algumas famílias da sociedade?			

QUESTIONÁRIO 3

3. Porque depois Alambamento a pessoa casa no civil?	Idade	Frequência	Porcentagem
Por causa a influência colonial	25-30	19	40%
Para oficializar a união	31-58	21	60%
Total		50	100%

No quadro 1.3 a resposta da pergunta porque depois do Alambamento a pessoa casa no civil?

QUESTIONÁRIO 4

4. Qual é a visão que você tem sobre o Alambamento atualmente?	Idade	Frequência	Percentagem
É importante porque simboliza a Cultura	25-30	19	40%
Algumas famílias se aproveitam da prática do Alambamento para pedir bens supérfluos	31-58	21	60%
Total		50	100%
No quadro 1.4 a resposta da pergunta qual é a visão que você tem sobre o Alambamento atualmente?			

QUESTIONÁRIO 5

5. Qual o significado do casamento tradicional pra você?	Idade	Frequência	Porcentagem
O Casamento tradicional significa, gratidão, respeito pela tradição pois uma mulher sem lhe ser feito o Alambamento e uma mulher sem valor para a família.	27-40	39	85%
O Casamento tradicional significa, união e concordância entre cônjuges e seus familiares.	41-58	3	15%
Total		50	100%
No quadro 1.5 a resposta da pergunta qual o significado do casamento tradicional pra você?			

QUESTIONÁRIO 6

6. Que importância você vê na cobrança de valores financeiros e valores simbólicos (matérias, roupas, objetos, etc) no Alambamento?	Idade	Frequência	Porcentagem
Não é importante, não passa de oportunismo devido a pobreza espiritual e material que assola a maior parte das famílias angolanas	25-30	19	40%
É importante porque simboliza a cultura nacional.	31-58	21	60%
Total		50	100%

No quadro 1.6 a resposta da pergunta que importância você vê na cobrança de valores financeiros e valores simbólicos (matérias, roupas, objetos, etc) no Alambamento?

QUESTIONÁRIO 7

7.Você acha que é importante que o estado crie lei para amparar o casamento tradicional tal como o casamento civil? Se sim ou se não, justifique a sua resposta.	Idade	Frequência	Porcentagem
Sim acho que o estado deve de maneira obrigatória, estabelecer lei para enquadrar o Alambamento, assim limitar os abusos de familiares que, acabam por deixar a situação econômica da filha e do futuro marido, num estado péssimo.	25-30	19	40%
O controlo desta tradição pelo governo, vai permitir proteger as nossas tradições, os nossos valores africanos. Até que já não nos resta muitos.	31-58	21	60%
Total		50	100%
No quadro 1.7 a resposta da pergunta, você acha que é importante que o estado crie lei para amparar o casamento tradicional tal como o casamento civil? Se sim ou se não, justifique a sua resposta.			

QUESTIONÁRIO 8

8. Você acha que Alambamento está a perder o seu valor simbólico? Se sim ou se não, Justifique a sua resposta	Idade	Frequência	Porcentagem
Sim. Algumas famílias usam o Alambamento para extorquir/explorar a outra família, sobretudo quando a família envolvida tem poder financeiro para arcar com as despesas. Acho que para além de bom senso as famílias perderam o real significado do Alambamento	25-30	19	40%
Sim. Porquê hoje muitas famílias está mais interessadas em bens materiais que isso pode trazer do que no seu valor cultural.	31-58	21	69%
Total		50	100%
<p>No quadro 1.8 a resposta da pergunta você acha que Alambamento está a perder o seu valor simbólico? Se sim ou se não, Justifique a sua resposta</p>			

APÊNDICE C – RESPOSTAS

QUESTIONÁRIO 01

1- O que é o Alambamento?

50 respostas

noivo

casamento tradicional

É uma série de rituais característico dos países africanos. Geralmente consiste na entrega de uma carta com o pedido da mão da noiva, ofertas de bens e até mesmo dinheiro. Essas ofertas podem depender também do estado (grávida ou não) da noiva. Caso esteja grávida, o valor da multa a ser paga pode ser bem alta. Pois, os familiares da noiva alegam que o noivo desrespeitou a família, engravidando antes do pedido.

O alambamento para mim é um pedido tradicional, onde as família se unem para chegar a um acordo.

QUESTIONÁRIO 02

2- Que importância tem o Alambamento em algumas famílias da sociedade (Angolana)?

50 respostas

O alambamento uni duas familias por meio de duas pessoas, e serve troca de experiências e conhecimentos entre as pessoas da mesma ou de diferentes culturas. Sem contar é no alambamento aonde determinadas famílias veem-se recompensadas pelo esforço de criar seus filhos.

Tem una importância muito grande. Serve para honrar a moça e a sua familia

È importante que é o momemto em.que as familias se juntam.E em Angola aonda existe zones que cntinuum cm estes principios.

O alambamento é de extrema importância para as famílias angolanas pois, simboliza o respeito, honra da família, por outro lado muitas famílias vêem nisto uma

QUESTIONÁRIO 03

3- Porque depois Alambamento a pessoa casa no civil?

49 respostas

Isso acontece como resultado da influência ocidental em Angola e como forma de obtenção de statu e respeito da sociedade dita "moderna"

Porque no alambamento não existe registro, simplesmente o comprometimento verbal

Porque o alambamento é um casamento tradicional reconhecido a nível tradicional, diferente do civil que é uma questão de cidadania.

Porque no alambamento já é acertado os próximos passos que são: a data do casamento e como será feito o casamento. E o normal.

Porque aí passa a cumprir os requisitos

QUESTIONÁRIO 04

4- Qual é a visão que você tem sobre o Alambamento atualmente?

49 respostas

Atualmente, algumas famílias solicitam bens supérfluos como por exemplo: antena parabólica e terreno, alegando adequação a realidade vigente. Entretanto, muitas famílias, principalmente de outras provinciais, exigem apenas os aspectos básicos da tradição

Tenho visto que devido a carência econômica muitas famílias veem o alambamento como uma oportunidade para obter valores

Atualmente vejo tem uma dimensão mais comercial do que tradicional

Atualmente modernizou um pouco. Mesmo assim ainda é característico e obrigatório na nossa cultura e a nossa representatividade nossas raízes

QUESTIONÁRIO 05

5- Qual o significado do casamento tradicional pra você?

48 respostas

É a preservação da nossa cultura. É isso nos distingue de países ocidentais.

Tem um valor cultural.

Para mim o casamento tradicional significa valorização cultural e também conexão espiritual com a ancestralidade

O casamento traduz um estímulo de virtudes no seio das famílias Angolanas estando em jogo não apenas duas famílias mas acima de tudo o estabelecimento de uma aliança pública entre duas famílias.

Para mim é um ritual se antecede nos antepassados e considero algo muito nosso e devemos mantê-lo.

QUESTIONÁRIO 06

6- Que importância você vê na cobrança de valores financeiros e valores simbólicos (matérias, roupas, objetos, etc) no Alambamento?

49 respostas

Constitui a valorização simbólica dos esforços que os pais fizeram a sua filha. Longe de ter uma ideia de "venda" da filha, os valores financeiros servem como ferramentas da valorização cultural, cujo fim é a satisfação coletiva da família

Até aonde aprendi esse pedido era um método para os pais da noiva sentirem se o seu futuro genro tem pulso para um lar. Tipo (quem compra as coisas da carta, pode colocar refeição diária em casa)

Para mim tem uma importância forte do ponto de vista tradicional a cobrança de materiais, roupas objetos etc para realçar o valor simbólico da mulher, mas não vejo lógica alguma na cobrança da chamada (Multa) valores monetários.

QUESTIONÁRIO 07

7- Você acha que é importante que o estado crie lei para amparar o casamento tradicional tal como o casamento civil? Se sim ou se não, justifique a sua resposta.

48 respostas

Descordo. Porque foi sempre algo acordado entre duas famílias. Por ser algo muito forte é importante para nós não precisa de arbitragem

Acredito que sim, como singularidade dos demais povos e reconhecimento daquilo que realmente faz quem nos somos.

Sim acho que o estado deve de maneira obrigatória, estabelecer lei para enquadrar o alambamento, assim limitar os abusos de familiares que, acabam por deixar a situação económica da filha e do futuro marido, num estado péssimo.

O controlo desta tradição pelo governo, vai permitir proteger as nossas tradições, os nossos valores africanos. Até que já não nos resta muitos.

QUESTIONÁRIO 08

8- Você acha que Alambamento está a perder o seu valor simbólico? Se sim ou se não, Justifique a sua resposta.

48 respostas

Sim.
Pelo facto do oportunismo econômico

Sim!!
Porquê hoje muitas famílias está mais interessadas em bens materiais que isso pode trazer do que no seu valor cultural.

Já estive a fugir um pouco para a modernização. Atualmente está a voltar as nossas verdadeiras raízes.

Sim, pela banalização em que está sendo encarada.

Sim já começou a perder a muitos anos.
Para mim, o alambamento perde sua função cultural e tradicional, justamente porque tornou-se apenas econômico, perdeu o valor

APÊNDICE D – GRÁFICOS

Gráfico 1 – Gênero dos entrevistados

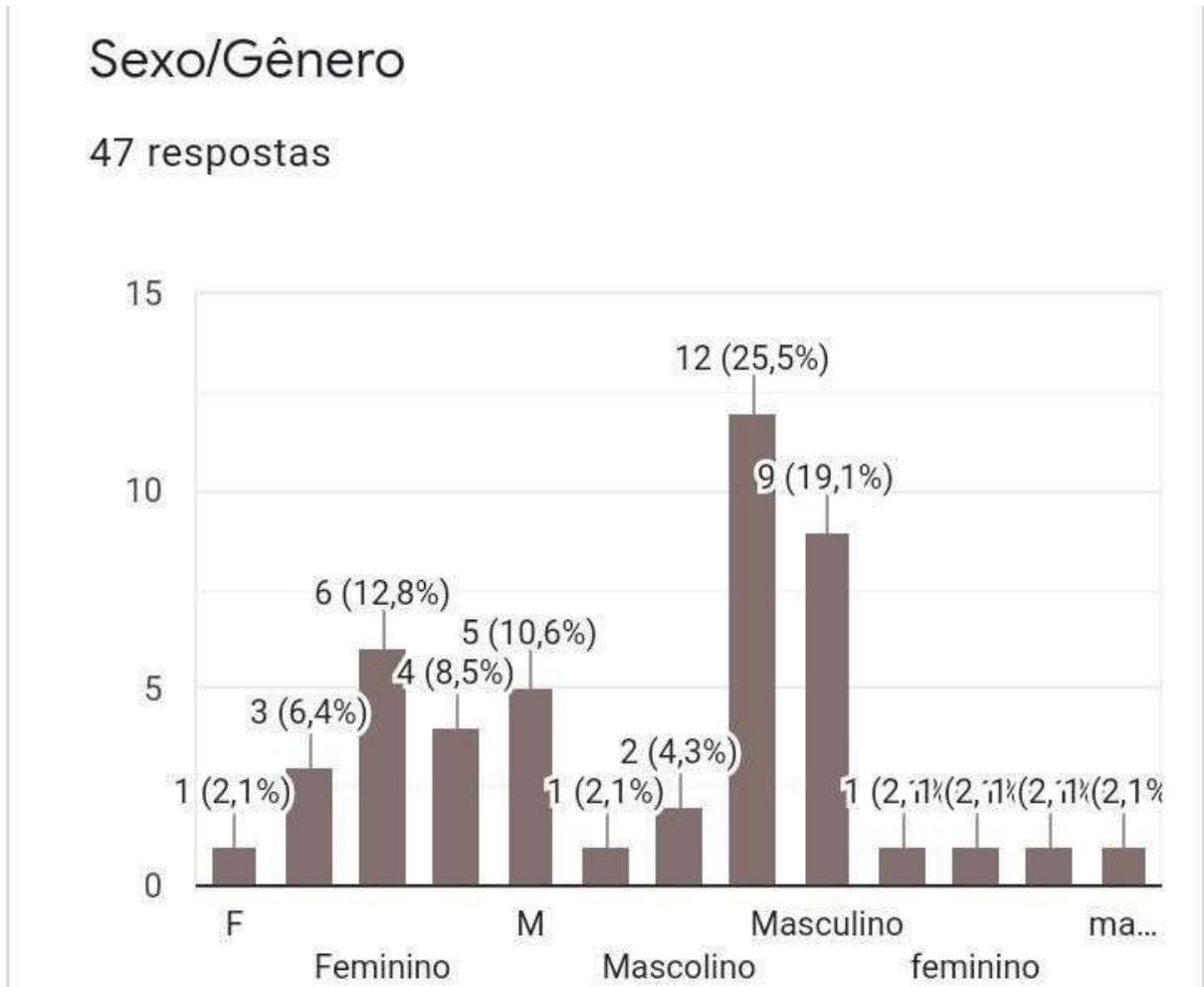


Gráfico 2 – Idade dos entrevistados

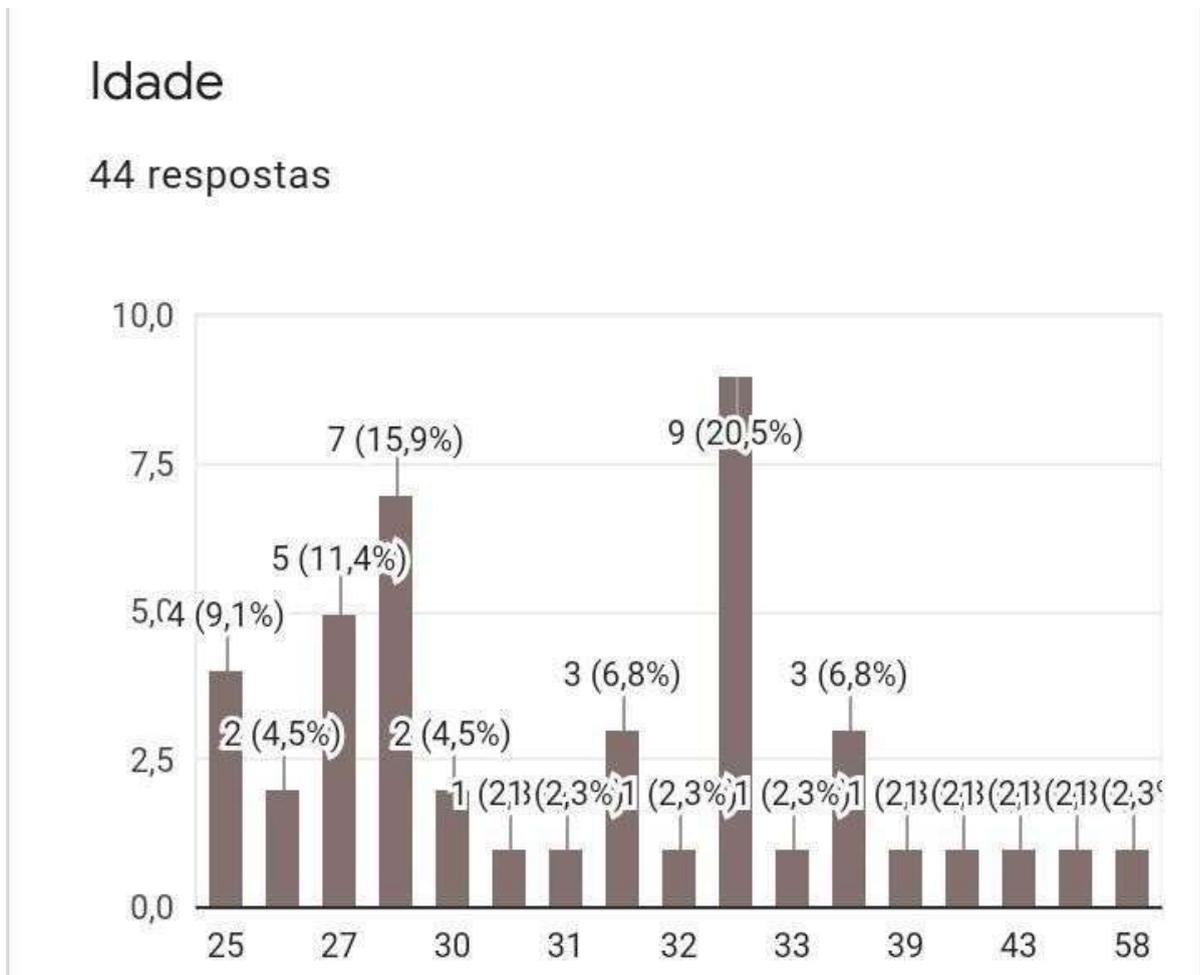
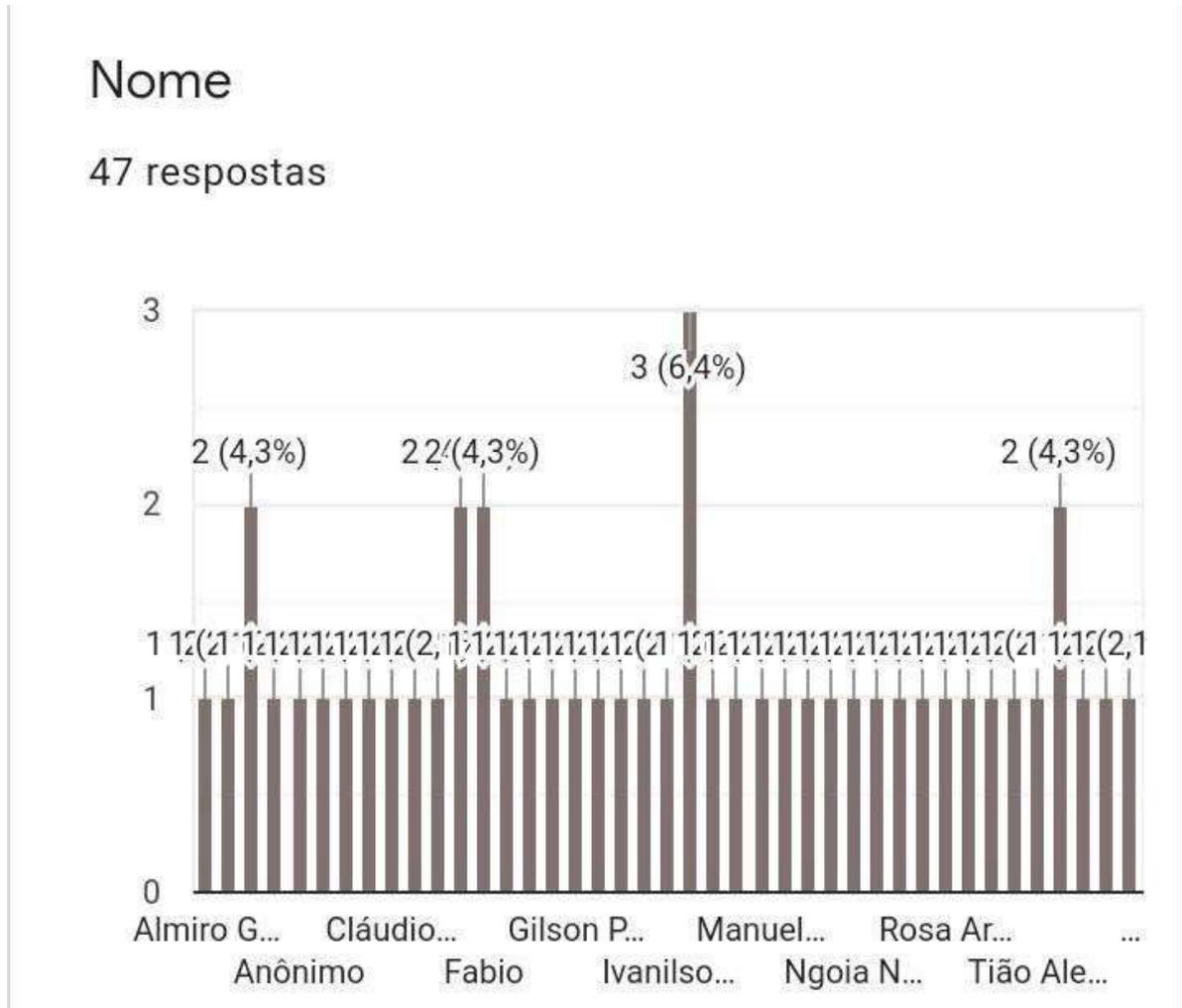


Gráfico 3 – Nomes fictício dos entrevistados



ANEXO A – ACERVO DA FAMÍLIA

Acervo da Família. Fonte: Autor

Foto 1 – A chegada da Família do Noivo



Foto 2 – Apresentação da Família do Noivo



Foto 3 – Apresentação dos bens simbólicos do Alambamento e observação do tio

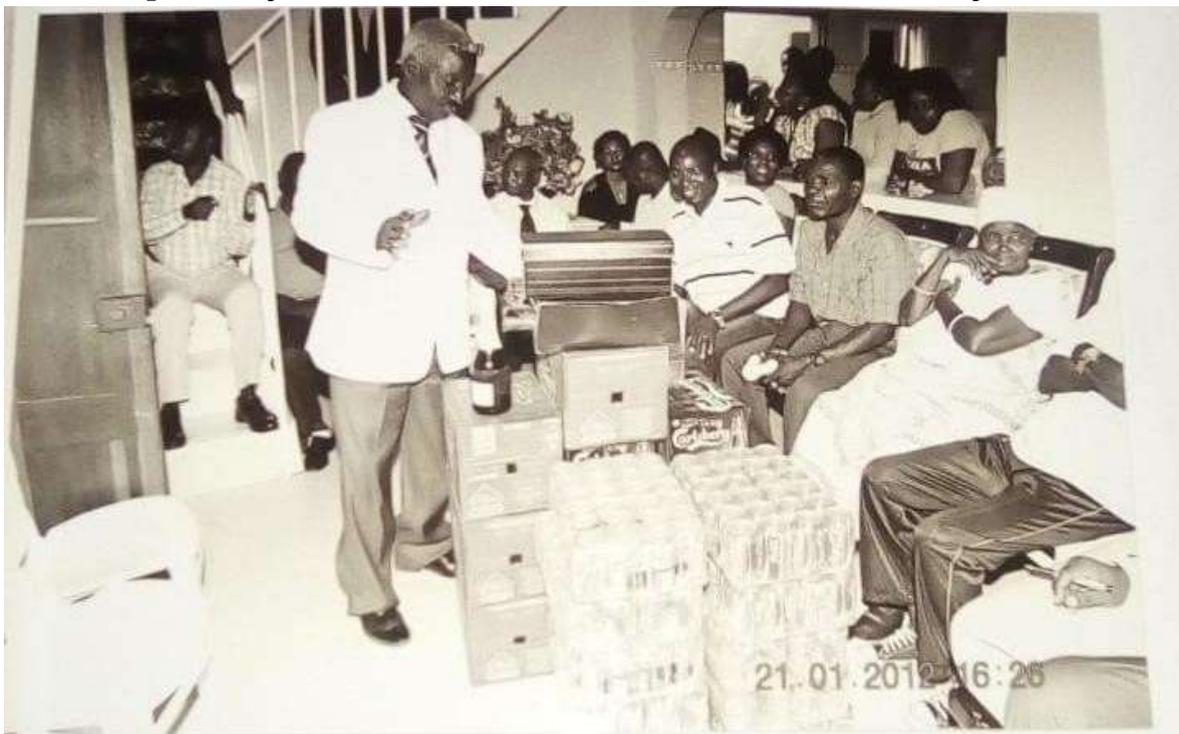


Foto 4 – Recebimento da Carta de Alambamento contendo os valores monetários pedidos pela família da noiva e momento em que as duas famílias fazem referências a Ancestralidade ou pedem a benção dos Ancestrais



Foto 5 – Momento da abertura do envelope



Foto 6 – A entrada da Noiva



Foto 7 – Apresentação da noiva aos familiares do noivo



Foto 8 – Momento da conversação



Foto 9 – Momento da Consumação do ato matrimonial



Foto 10 – Tudo nos conformes. Momento do Brinde



Foto 11 – Momento da festa



Foto 12 – Família do noivo e da noiva sentadas a mesa



Foto 13 – Tios e primos da noiva sentados a mesa



Foto 14 – Abaixo a irmã mais velha da noiva de vestido vermelho acompanhada da amiga e acima aos amigos do casal



Foto 15 – O casal sentada apreciando os convidados



Foto 16 – A baila do casal

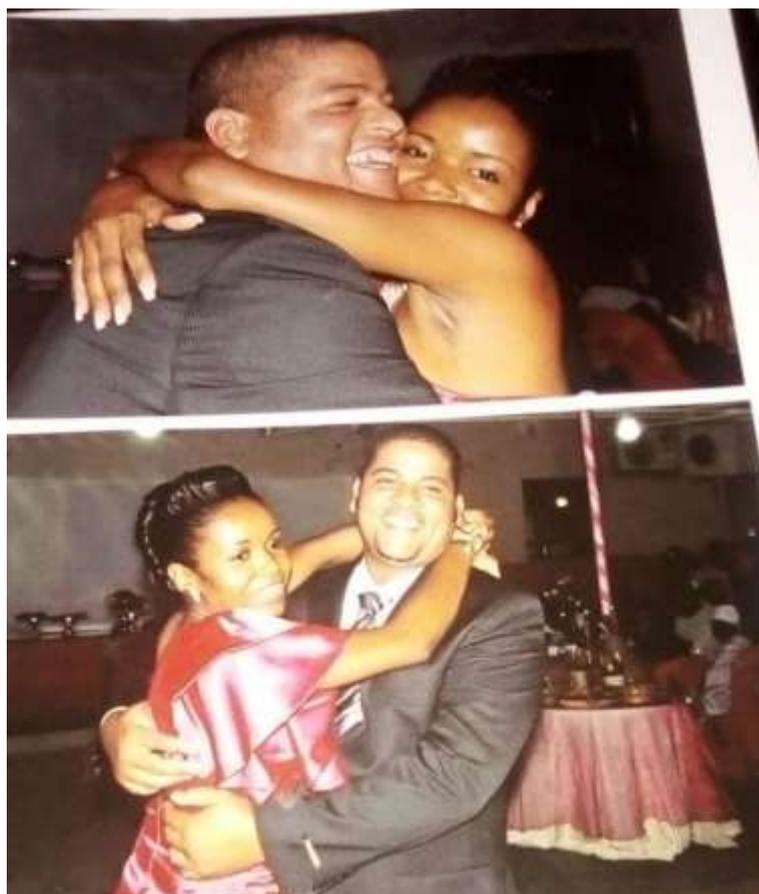


Foto 17 – O Casal

